

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL**

Claudia Galante

CIDADÃOS CONECTADOS: A REVOLUÇÃO DAS VOZES ALTERNATIVAS

Porto Alegre

2011

Claudia Galante

CIDADÃOS CONECTADOS: A REVOLUÇÃO DAS VOZES ALTERNATIVAS

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Pedrinho Arcides Guareschi

Porto Alegre

2011

Claudia Galante

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação:

CIDADÃOS CONECTADOS: A REVOLUÇÃO DAS VOZES ALTERNATIVAS,
como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Social
e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dissertação defendida e aprovada em: 20/04/2011

Comissão Examinadora:

Dra. Aline Reis Calvo Hernandez
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Dra. Christa Liselote Berger Ramos Kuschick
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Dra. Inês Hennigen
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Em especial:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Pedrinho Guareschi, agradeço por todos os valorosos conhecimentos e experiências transmitidos. Agradeço muito pela orientação precisa, pela confiança que sempre imprimiu às nossas discussões, por ter viabilizado escolher os meus próprios caminhos e neles ter trilhado comigo. Agradeço pela sua forma de orientar, que não tem como objetivo gerar um bom trabalho, mas formar um bom aluno capaz de realizar bons trabalhos. Agradeço ainda a confiança, a amizade, o carinho, a sensibilidade e o exemplo, que levarei por toda a vida.

Aos meus colegas do Grupo de Leitura, agradeço pela troca de idéias, ensinamentos e amizade, que de alguma forma integram a minha produção que se concretiza nesta dissertação. Lembrança especial àqueles que se tornaram grandes amigos: Aline Accorsi, Aline Hernandez, Cristiane Redin, Maiko Defaveri, Mariane Hartmann, Marcia Pedroso e Samantha Torres.

Meus agradecimentos aos funcionários e professores do Instituto de Psicologia Social e Institucional da UFRGS pela oportunidade oferecida para realização deste trabalho. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-RS, onde iniciei minha caminhada acadêmica.

Agradeço aos integrantes dos movimentos “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho” e “Movimento em Defesa da Orla do Guaíba”, por terem dedicado tempo e compartilhado suas experiências para auxílio da construção deste trabalho.

Agradeço também a todos os meus amigos que compartilharam esses anos de estudos e expectativas, que sempre auxiliaram tanto no ambiente de trabalho quanto em momentos de descontração, contribuindo com conhecimentos e experiências para a ciência e para a vida. Em especial gostaria de agradecer às amigas Carina Follmann e Viviane Cunha. A todos, meu carinho.

Por último e com certeza não menos importante, agradeço à minha família, Bruno, Ailton, Izabel, Fernanda, Renata, Leonardo e Miguel, que têm sido suporte e estímulo sempre presentes. Em especial gostaria de agradecer ao Bruno, pelo indispensável afeto, dedicação e paciência.

...Utopia não é a invenção do que não existe mais, é uma forma de ver
alternativamente o que pode existir, de concebê-lo previamente.
(Serge Moscovici)

RESUMO

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) tornaram possível o aparecimento de um ambiente interativo, cooperativo e descentralizado, desenhando perspectivas ousadas nas relações entre pessoas, comunidades e governos. Atualmente, as manifestações sociais, organizadas com o apoio dessas tecnologias, podem se fazer ouvir e ter suas reivindicações atendidas em um ambiente até então permeado por uma mídia de massa vertical, que sempre falou em nome de uma minoria para uma maioria, sem qualquer possibilidade de interação. O uso dessas ferramentas pela sociedade civil traz profundas transformações para a ação coletiva contemporânea, e assim, o objetivo deste trabalho é discutir como, e até que ponto, esta nova realidade possibilitará a participação dos cidadãos nos processos democráticos. Para tanto, buscou-se primeiramente refletir sobre o processo de comunicação e sua relação com a sociedade, como se configura o ciberespaço, as possibilidades por ele oferecidas e suas implicações nos movimentos sociais. Foram elaborados quatro estudos de caso: “Movimento Zapatista”, “A Noite dos Celulares”, “Rua Gonçalo de Carvalho” e “Pontal do Estaleiro”. Eventos com motivações, contextos, abrangência e formas de atuação bem diferentes, que através de trocas de informação disseminadas no ambiente *online* foram capazes de mobilizar a adesão dos cidadãos em torno de projetos de interesse comum. Os impactos sociais e políticos dessa comunicação mostram que apesar de restrições estruturais, o uso das tecnologias permite formas inovadoras de exercício da democracia. O trabalho demonstrou que as TICs podem ser pensadas como um “ciberespaço público”, sem no entanto atribuir a sua mera existência a promessa de uma sociedade mais democrática.

Palavras-chave: Comunicação; Internet; Tecnologias de Informação e Comunicação; Ciberativismo.

ABSTRACT

Information and communications technologies (ICT) have allowed the emergence of an interactive, collaborative and decentralized environment, bringing together audacious perspectives in relationships among people, communities and governments. Nowadays, social events organized by ICTs supports have their claims attended in environment that before it was permeated by a vertical mass media. Media which has always spoken on behalf of a minority to a majority, without interaction possibilities. The use of ICTs tools by civil society brings huge changes to the contemporary collective action. Then main challenge of this work is to discuss how and whether this new reality will allow the people participation in democratic processes. For this purpose, we first think about the communication process and their relation with the society. We also consider the way in which the cyberspace is configured, its possibilities and its implications for social movements. We have specified four case studies: "Zapatista Movement", "Night of cell phones", "Gonçalo de Carvalho Street", and "Shipyard Pontal". All these events have motivation, context, scope and ways of acting different once that through information exchanges spread in the online environment allowed mobilize people around projects with common interest. The social and political impacts of this communication have shown that despite structural constraints, the use of new technologies allow innovative ways of exercising democracy. Our work prove that ICTs can be thought as a "public cyberspace", without assign its mere existence for the promise of the a more democratic society.

SIGLAS E SÍMBOLOS

Agapan Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
Amabi Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Independência
APC Association for Progressive Communications
CAUGE Comissão de Análise Urbanística e Gerenciamento
CCRI Comitê Clandestino Revolucionário Indígena
Conai Comissão Nacional de Intermediação
Ebin Empresa Brasileira de Indústria Naval
EPTC Empresa Pública de Transporte e Circulação
ETA *Euskadi Ta Askatasuna* (Pátria Basca e Liberdade)
EVU Estudo de Viabilidade Urbanística
EZLN Exército Zapatista de Libertação Nacional
FLN *Fuerzas de Liberación Nacional*
FOSPA Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
FZLN Frente Zapatista de Libertação Nacional
GPS *Global Positioning System*
IAB-RS Instituto de Arquitetos do Brasil
IBASE Instituto Brasileiro de Análises Sócio-econômicas
LC Lei Complementar
LI Licença de Instalação
Nafta *North American Free Trade*
NMS Novos Movimentos Sociais
ONG Organização não-governamental
OSPA Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
P2P *People to People*
PAN Partido da Ação Nacional do México
PC Computador Pessoal
PDDUA Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre
PNV Partido Nacionalista Basco
PP Partido Popular
PRI Partido Revolucionário Institucional
PSOE Partido Socialista Operário Espanhol
SMAM Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMC Secretaria Municipal da Cultura
SMGAE Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico
SMOV Secretaria Municipal de Obras e Viação
SMS *Short Message System*
SMT Secretaria Municipal do Turismo
SPM Secretaria de Planejamento Municipal
TCL Tratado de Livre Comércio
TICs Tecnologias da Informação e da Comunicação

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 AS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E A DEMOCRACIA | 16 |
| 2.1 A MÍDIA E O SER HUMANO | 17 |
| 2.2 O FENÔMENO DA COMUNICAÇÃO | 20 |
| 2.3 MÍDIA, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS | 22 |
| 2.4 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO | 25 |
| 3 AS DIMENSÕES DO CIBERSPAÇO | 34 |
| 3.1 A CONVERGÊNCIA DOS MEIOS | 35 |
| 3.2 UM HISTÓRICO DAS REDES | 49 |
| 3.3 AS REDES DISTRIBUÍDAS | 57 |
| 3.4 CIBERSPAÇO E CIBERCULTURA | 60 |
| 3.5 CIBERATIVISMO E CIBERDEMOCRACIA | 67 |
| 4 AS POSSIBILIDADES NO CIBERESPAÇO | 73 |
| 4.1 A ERA DA CONEXÃO E DA MOBILIDADE | 75 |
| 4.2 CIBERCIDADES E TERRITÓRIOS INFORMACIONAIS | 77 |
| 4.3 MOBILIDADE E MÍDIAS DE FUNÇÕES PÓS-MASSIVAS | 81 |
| 4.4 SMART MOBS E FLASH MOBS | 86 |
| 4.5 NETWAR | 89 |
| 5 AS REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS | 93 |
| 5.1 MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE | 94 |
| 5.2 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E ATIVISMO | 101 |
| 6 O MOVIMENTO ZAPATISTA | 108 |
| 6.1 HISTÓRIA | 109 |
| 6.2 A COMUNICAÇÃO ZAPATISTA | 117 |
| 6.3 “TODOS SOMOS MARCOS”: A ORIGINALIDADE DO MOVIMENTO | 127 |
| 6.4 CONCLUSÕES | 132 |
| 7 ESPANHA E “A NOITE DOS CELULARES” | 136 |
| 7.1 HISTÓRIA | 138 |
| 7.2 ETA E AL QAEDA | 140 |
| 7.3 ESPANHA: UM PAÍS INVERTEBRADO | 148 |
| 7.4 CELULARES VIBRANDO | 150 |
| 7.4.1 O Atentado terrorista em Madri | 151 |
| 7.4.2 Julgamentos | 157 |
| 7.4.3 Por que tinha que se e o ETA | 158 |
| 7.4.4 Disponibilidade digital: a arma poderosa de quem tem voz | 163 |
| 7.4.5 A resposta do Governo | 170 |
| 7.4.6 Terrorismo em rede | 175 |
| 7.5 CONCLUSÕES | 178 |
| 8 PORTO ALEGRE EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE | 183 |
| 8.1 RUA GONÇALO DE CARVALHO | 186 |
| 8.1.1 Entendendo o caso | 186 |
| 8.1.2 A atuação na luta | 191 |
| 8.2 PONTAL DO ESTALEIRO | 201 |
| 8.2.1 Entendendo o caso | 201 |
| 8.2.2 A atuação na luta | 214 |
| 8.3 CONCLUSÕES | 225 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 229 |
| REFERÊNCIAS | 240 |

1 INTRODUÇÃO

Algo mudou de forma muito rápida nos últimos anos. Em praticamente duas décadas, os avanços tecnológicos trouxeram comodidade, diversão, interação e principalmente possibilidades.

Neste momento, estou sentada em meu computador escrevendo este texto, ao mesmo tempo em que recebo uma mensagem via *email* com notícias de uma pessoa distante, assino um abaixo-assinado *online* contra o aumento de salário dos deputados e participo, através do *Facebook*, do evento virtual "*March of Millions*", em solidariedade aos protestos no Egito pela renúncia do presidente Hosni Mubarak, há 30 anos no poder.

As páginas da Internet apresentam-nos um mundo com uma infinidade de informações, na qual possuímos acesso quase ilimitado. Isto era inimaginável até quase o final do século passado. As alterações foram graduais, através do rádio, telégrafo, telefone e televisão, e sofreram uma verdadeira revolução com o advento dos computadores pessoais, seguidos dos computadores coletivos, conectados em rede através da Internet.

As tecnologias da informação e comunicação (TICs), principalmente a Internet, tornaram possível o aparecimento de um ambiente interativo, cooperativo e descentralizado, desenhando perspectivas ousadas e até então impossíveis nas relações entre as pessoas, comunidades e governos. Como consequência política desse fluxo cada vez maior de informação, os grupos dominantes perderam uma parte significativa do controle tradicional sobre a informação que chega e é transmitida pela população.

O objetivo geral deste trabalho é analisar como as manifestações sociais, organizadas com o apoio de ferramentas das TICs, podem se fazer ouvir e ter suas reivindicações atendidas, em um ambiente até então permeado por uma mídia de massa vertical, que sempre falou em nome de uma minoria para uma maioria sem qualquer possibilidade de interação. É um estudo sobre a relação entre mídia e processos democráticos, sem pretensão de esgotar a discussão ou abranger todos os aspectos de um tema tão controverso, abrangente e multifacetado.

Assim, a questão central que este trabalho se propõe a discutir é como e até que ponto esse território possibilitará a participação dos cidadãos nos processos democráticos. Podemos afirmar que este novo meio propicia novas formas de sociabilidade. Tais recursos tecnológicos ganharam o encargo de promover e tornar mais ágil aquilo que nos define como seres humanos: a comunicação. Mas, diante deste cenário, os sujeitos estão prontos para expandir a participação ou propensos a conformar-se com as antigas relações, apenas através de um novo espaço?

Não podemos ignorar que a utilização de tecnologias de informação e comunicação pelos movimentos organizados pela sociedade civil traz profundas transformações para a ação coletiva contemporânea. Os movimentos que se valem das TICs tornam-se gradualmente menos dependentes da cobertura da grande mídia. E mais do que um meio de comunicação, as tecnologias comunicacionais também se apresentam como um meio de mobilização e interação. Enfim, na sociedade da informação, os movimentos sociais fazem da Internet uma arma na luta pela construção dos significados para a realidade social.

Para tanto, entende-se ser necessário refletir sobre o processo de comunicação e sua relação com a sociedade, assim como se configura o ambiente onde acontecem as mudanças: o ciberespaço, que possibilidades ele oferece e qual

a natureza dos movimentos sociais, tendo sempre em foco as implicações políticas das tecnologias da informação e da comunicação.

Este trabalho se justifica pela constatação de que os movimentos por justiça vêm se multiplicando, constituindo-se não só em um fenômeno social, especialmente no seio da sociedade civil, mas também um fenômeno da comunicação cibernética, envolvendo milhões de cidadãos no mundo todo. Muitos destes *ciberativistas* fazem uso político das tecnologias para protestar e, assim, provocam mudanças nos paradigmas da militância política, introduzindo inovações nos modos de pensar a vida, o mundo e a sociedade.

Metodologicamente, este trabalho foi construído em função da questão principal levantada, através de análise documental, buscando uma interpretação o mais real possível, pois os temas relacionados à comunicação não são unívocos. Desse modo, a hermenêutica ou interpretação se fez necessária e inevitável.

Para analisar o problema proposto, a pesquisa se deu através do “estudo de caso”, metodologia julgada mais adequada para entender e analisar o objeto proposto. De acordo com Yin (2010), os estudos de caso representam a estratégia mais indicada quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. A necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Ou seja, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real.

O estudo de caso como estratégia de pesquisa não é nenhuma tática para a coleta de dados, nem meramente uma característica do planejamento em si, mas uma estratégia de pesquisa abrangente. Segundo Schramm (1971), a essência de

um estudo de caso é tentar esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados.

As evidências foram coletadas através de análise documental em livros, artigos científicos, periódicos, informações oficiais, análise de sites e entrevistas espontâneas com atores que de alguma forma tiveram envolvimento com os movimentos analisados. Foram elaborados quatro estudos de caso, tendo o cuidado de selecionar eventos com motivações, contextos, abrangências e formas de atuação bem diferentes, com o objetivo de obter uma visão panorâmica sobre o fenômeno e para que as conclusões não se limitassem a apenas algumas variáveis.

O primeiro estudo de caso foi sobre o Movimento Zapatista. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) está entre os primeiros grupos que começaram a utilizar a Internet como meio ativo de difusão de informações e busca de apoio. Grupo guerrilheiro mexicano situado no estado de Chiapas, o EZLN passou a transmitir informes e comunicados desde 1994, quando a Internet ainda estava dando seus primeiros passos. Este pioneirismo fez do EZLN um dos grupos mais ativos na grande rede. Seus membros mudaram a fisionomia da guerrilha contemporânea, apoiando-se quase que inteiramente no poder de divulgação das palavras. Hoje, o grupo utiliza-se de revistas virtuais, publicações e rádios que servem de suporte para a divulgação, não só de comunicados referentes às suas reivindicações, mas também para difundir a cultura indígena maia.

O segundo estudo de caso foi “A Noite dos Celulares”, ocorrida no ano de 2004 após o governo espanhol precipitadamente responsabilizar o ETA por um atentado terrorista em Madri. A acusação se manteve, com objetivo de conseguir vantagens políticas, mesmo após a *Al Qaeda* assumir a autoria do ataque. O

movimento apoiou-se basicamente, além da utilização da Internet, em mensagens enviadas via celular.

O terceiro e quarto estudo de caso, “Rua Gonçalo de Carvalho” e “Pontal do Estaleiro”, refletem sobre dois movimentos que trouxeram à luz um jogo de interesses políticos e econômicos, disfarçados de “benefícios à população” e foram escolhidos por terem ocorrido em Porto Alegre/RS. Tal escolha se deu devido ao fato dos outros dois estudos serem referentes a manifestações internacionais de abrangência mundial, e assim, julgamos que seria de grande valia para a pesquisa que fizéssemos uma investigação com uma temática local. Os dois estudos foram feitos em conjunto, pois apesar de reivindicações diferentes, os atores envolvidos estavam interligados.

Nesse sentido, definir este novo ambiente e avaliar se nós, cidadãos comuns, podemos ganhar independência e poder de comunicação através das tecnologias comunicacionais são o foco deste trabalho. Tendo em vista o objetivo geral e seus desdobramentos, bem como os questionamentos suscitados, estruturou-se o presente texto com esta introdução, sete capítulos e algumas considerações finais, sendo os quatro primeiros capítulos constituídos de revisão teórica e os últimos três contendo nossos quatro estudos de caso.

No segundo capítulo, primeiro de nossa revisão teórica, intitulado “As tecnologias da comunicação e a democracia”, procurou-se mostrar a relação do ser humano e da comunicação, contrapondo-se ao fato da comunicação configurar-se como um direito de todo cidadão. Trouxemos também, neste capítulo, os fundamentos da sociedade da informação, ambiente onde nosso objeto de pesquisa se constrói. O objetivo deste capítulo é oferecer todo o contexto por onde nossa investigação caminha, servindo como base para os capítulos seguintes.

O terceiro capítulo, “as dimensões do ciberespaço”, teve por objetivo analisar como se dá o processo de convergência dos meios, possibilitada pelas tecnologias de informação e comunicação e como se dão os novos processos desenvolvidos em seu bojo: a sociedade em rede, a cibercultura e o ciberativismo.

No quarto capítulo, “as possibilidades no ciberespaço”, discutimos, diante das informações apresentadas nos capítulos dois e três, como se configura a Era da Conexão e as possibilidades desenvolvidas com o advento da sociedade em rede. Este capítulo tem por objetivo explicitar alguns conceitos e analisar as manifestações sociais e políticas organizadas com o apoio de ferramentas do ciberespaço.

No quinto capítulo, o último da nossa revisão teórica, “as redes de movimentos sociais”, analisamos como a globalização e informatização da sociedade, na contemporânea sociedade em rede, diversificam e tornam mais complexos os movimentos sociais, oferecendo inéditas condições à resistência e ao ativismo. Este capítulo é desafiador na medida em que acena para a possibilidade da construção de uma comunicação alternativa no ciberespaço, foco do nosso objeto de estudo.

Os três capítulos seguintes apresentam nossos estudos de caso: “Movimento Zapatista”, “A Noite dos Celulares”, “Rua Gonçalo de Carvalho” e “Pontal do Estaleiro”, respectivamente. Dessa maneira, não há como questionar a validade dessa forma de ação na sociedade, reunindo-se os argumentos que justificam a existência desse espaço contra-hegemônico.

Nesse sentido, é fundamental pensar criticamente os novos elementos que compõe as lutas organizadas pela sociedade civil, pois dado o desgaste das formas tradicionais de organização, supõe-se que as formas renovadas de exercer pressão

política podem caracterizar novos paradigmas de resistência à dominação e uma alternativa de transformação.

Assim, sabendo-se que o moinho de vento criou a civilização feudal, o moinho a vapor, a sociedade capitalista (MARX, 1989), pretendemos com este estudo, contribuir com novos elementos para o debate sobre a sociedade que está emergindo do “moinho tecnológico”.

2 AS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E A DEMOCRACIA

Vivemos uma realidade cujo fator principal de desenvolvimento é a informação, dentro de um contexto de inovações tecnológicas que caminham em ritmo acelerado, criando um ambiente onde os meios de comunicação se desenvolvem e ocupam um lugar central na sociedade. As tecnologias da informação e da comunicação, que possibilitaram o surgimento da sociedade da informação, já estão presentes de forma efetiva. Este novo território apresenta uma novidade nas formas de relações e interações sociais. Neste capítulo vamos investigar como esse novo cenário pode representar uma transformação, tanto no modo de produzir como de consumir os meios de comunicação, expandindo a quantidade de vozes que podem ser ouvidas.

Primeiramente vamos expor a concepção do ser humano tal qual a assumimos, considerando-o como resultado das relações, experiências e acontecimentos que ocorrem consigo e a sua volta. Os indivíduos pensam e agem de acordo com o que lhes é apresentado. Na medida em que grande parte dessas experiências e acontecimentos é disponibilizada através dos meios de comunicação, em detrimento de vivências locais, a natureza das relações se transforma. Num segundo momento apresentaremos o fenômeno da comunicação. Temos acompanhado, na contemporaneidade, o surgimento de uma nova produção da subjetividade, na qual as experiências e relações são pautadas pela mídia. Portanto, crianças, jovens e adultos alteraram suas relações intersubjetivas a partir das influências que os meios de comunicação exercem. A mídia é que coloca a pauta de discussão. Dando continuidade, faremos uma análise da relação entre direitos humanos e comunicação e, de que forma esse processo se dá nos dias atuais. A

partir dessa contextualização vamos analisar de que forma se configura a denominada sociedade da informação, contexto onde as tecnologias oferecem condições a uma comunicação mais livre e democrática, representando uma novidade nas formas de relações e interações sociais.

2.1 A MÍDIA E O SER HUMANO

A sociedade vive hoje uma realidade cujo fator principal de desenvolvimento é a informação, dentro de um contexto de inovações tecnológicas que avançam rapidamente. Tal avanço tecnológico, aliado à necessidade da troca de informação, criou um ambiente propício para que os meios de comunicação se desenvolvessem e ocupassem um lugar central e influente na sociedade. Grande parte das experiências acontece através de processos midiáticos. Os indivíduos dependem de experiências mediadas para se modelarem.

A subjetividade humana, a qual Thompson (1998) chamou de *self*, torna-se totalmente dependente desse tipo de experiência. Nas palavras de Thompson “Enquanto experiências vividas permanecem fundamentais, há uma crescente suplementação das experiências mediadas, que possuem um papel cada vez maior no processo de formação do *self*”. (1998, p.202)

Dessa forma, faz-se necessário para podermos nos aprofundar no estudo da influência dos processos midiáticos, a apresentação de como se dão as interações e como se dá a concepção do indivíduo. Apontamos ainda, que essa nova configuração social, mediada por computador, mantém a presença de elementos próprios da interação face a face.

De acordo com Simmel (1971) o intercâmbio ou troca é a forma mais pura e concentrada de todas as formas de interação humana. Em uma interação temos um dispêndio de energia de tal modo que, ao seu final, a soma de valores é maior do que antes de ter sido estabelecida. Cada parte dá mais do que possuía antes.

Ainda na interação, Blummer (1969) nos propõe duas formas de interação: a não simbólica e a simbólica, sendo que, nesta última, temos a interpretação dos atos. No interacionismo simbólico proposto por Blummer temos três premissas: a primeira estabelece que os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentados nos significados que este lhes oferece. A segunda consiste no fato dos significados de tais elementos serem provocados pelas interações que o sujeito estabelece com as demais pessoas. E a terceira nos diz que tais significados são manipulados e modificados por um processo interpretativo, utilizado pelo sujeito, ao se relacionar com os elementos da interação. Esse processo interpretativo compreende duas fases distintas. Na primeira o agente determina a si mesmo os elementos com os quais se relaciona, constituindo um processo social interiorizado, no qual o sujeito interage com ele mesmo. Já na segunda fase, em virtude desse processo de autocomunicação, o sujeito seleciona, modera, susta, reagrupa e transforma os significados sob o ponto de vista da situação e da direção de seus atos. Nas palavras de Blummer “o significado dos elementos é constituído no contexto de interação social e é originado pelo indivíduo a partir dessa mesma interação” (1969, p. 122).

Caminhando um pouco mais, assumimos o ser humano como sendo o resultado de todas as relações que o vão construindo e o transformando. Dentre essas relações estabelecidas, ele agrega para si fragmentos diferenciados de cada uma, tornando-se um ser único. Dessa forma, podemos dizer que o ser humano é

um ser social. Como diz Neves “o homem é, por excelência, um ser social, visto que ele tem necessidade de outros homens para se construir enquanto tal” (2004, p.13).

E já que são as relações que concebem o ser humano, torna-se imprescindível definir o que é relação. A relação é muito mais que a troca entre duas pessoas. Ela ocorre sempre que há a necessidade, para que exista, de uma orientação intrínseca de um ser em direção a outro. De acordo com Guareschi, “relação existe sempre que uma coisa não pode, sozinha, dar conta de sua existência, de seu ser” (2005, p. 61). Ainda sobre a importância das relações na concepção do ser humano, afirma Durkheim: “Um homem que não pensa com conceitos não seria um homem, pois ele não seria um ser social. Restrito apenas a percepções individuais, ele não seria diferente de um animal” (1989, p. 18). Dessa forma o ser humano se forma, historicamente, a partir de suas relações, e a comunicação mediada é hoje umas das relações mais persuasivas e abrangentes a qual o individuo se condiciona.

A crescente presença das tecnologias de informação e de comunicação em todas as esferas da vida social contemporânea, rearticulando experiências pessoais e possibilitando novas formas de interação social é, sem dúvida, um campo de grande importância que se abre na atualidade. Muitas são as formas com que essas tecnologias participam da nossa vida cotidiana, redesenhando limites que antes pareciam bastante nítidos, como, por exemplo, o público e o privado. Tais tecnologias criam novas formas de sociabilidade, novas formas de ação social e novos processos de subjetivação. Além disso, por operarem em rede, cada uma delas articula outras tantas, de forma que se torna praticamente impossível identificar seus limites e impactos. Elas tomam conta de nosso cotidiano de tal modo que falar em sociedade contemporânea é falar em mídia e tecnologia. Assim, nossa

sociedade é tecida com as tecnologias da informação, e podemos arriscar a dizer que não há sujeito fora delas. Veremos a seguir como se dá, dentro desse contexto, o fenômeno da comunicação.

2.2 O FENÔMENO DA COMUNICAÇÃO

É impossível imaginar uma sociedade ou entender qualquer fenômeno fora do contexto da comunicação. Em qualquer civilização, as formas simbólicas assumem um papel fundamental à medida que a linguagem se desenvolve. A comunicação torna-se então a relação básica para essas trocas simbólicas. Atualmente, com o advento tecnológico, seu papel passa a ser cada vez mais central e importante.

Houve um tempo em que a produtividade esteve ligada à terra, depois à indústria. Hoje, o desenvolvimento está diretamente ligado à informação. Guareschi diz que “foi no bojo da comunicação que as novas tecnologias foram geradas e desenvolvidas. E é a informação o novo modo de desenvolvimento responsável pela produtividade do sistema capitalista nos dias de hoje” (2000, p. 38).

Não há instância da sociedade que não tenha uma relação profunda com a mídia. Vamos apresentar aqui alguns pontos que demonstram a relevância dos meios de comunicação. Como aponta Thompson “para a maioria das pessoas hoje, o conhecimento que nós temos dos fatos que acontecem além do nosso meio social imediato é, em grande parte, derivado de nossa percepção das formas simbólicas mediadas pela mídia” (1998, p. 285).

Guareschi e Biz (2005) e Guareschi (2005, 2007) nos propõem quatro proposições que ajudam a particularizar e compreender a influência dos meios de comunicação no cotidiano das pessoas.

A primeira delas é que a mídia de massa, ainda hoje, constrói a realidade, instituindo o que é real ou não. Entendemos por realidade o que existe, o que tem valor, o que traz respostas, o que legitima e dá densidade significativa ao nosso cotidiano. Algo passa a existir ou deixa de existir se é, ou não, mediado. A mídia tem na contemporaneidade esse poder.

A segunda proposição dá continuidade a primeira e mostra o duplo poder da comunicação: tanto pode criar realidades, como pode fazer com que elas deixem de existir pelo fato de serem silenciadas. Para complementar esta afirmação, podemos ainda dizer que a mídia tem o poder de valorizar negativa ou positivamente coisas já existentes. Como diz Guareschi “as coisas veiculadas pela mídia são boas e verdadeiras, a não ser que seja dito expressamente o contrário” (2005, p. 83).

A terceira proposição sugere que a mídia propõe ainda a pauta de discussão. A grande maioria dos temas e assuntos falados em casa, no trabalho, nos encontros sociais etc. é colocada em discussão pela mídia.

Na quarta proposição temos, no mundo mediado, a TV como um novo personagem dentro de casa. Guareschi sustenta a respeito dessa realidade: “ele é único, praticamente, que fala; estabelece com os interlocutores uma comunicação vertical, de cima para baixo; não faz perguntas, apenas dá respostas” (2005, p. 85). Passamos a interagir com a TV, queiramos ou não, e isso influi na construção e constituição de nossa subjetividade.

Nosso propósito aqui foi mostrar como a mídia tem importância decisiva em nossas vidas. Em seguida vamos trazer algumas questões relativas à comunicação e direito humanos e de que forma se dá essa relação na sociedade contemporânea, em especial no Brasil.

2.3 MÍDIA, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

Não existe democracia sem comunicação democrática. A democracia implica na soberania popular e na distribuição igualitária de poderes, e os meios de comunicação fazem parte desses poderes. Para que haja democracia em uma sociedade é necessário que haja democracia no exercício do poder de se comunicar. Caminhando um pouco mais, o direito à comunicação é um dos direitos humanos. Muito mais do que ser informado, ligar a TV ou rádio em determinado canal e trocar quando desejar, significa o direito de cada um poder dizer, pronunciar sua palavra, ouvir sua voz ou escrever seu pensamento.

Em 10 de dezembro de 1948 foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, um dos documentos básicos das Nações Unidas. Nela são enumerados os direitos de todos os seres humanos, considerando que são o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e, sendo inalienáveis, são o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Em seu artigo XIX, seu texto diz que “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

Dessa forma, como aponta Guareschi “Temos direito a uma comunicação ativa e não apenas passiva. Temos o direito de sermos sujeitos e não apenas objetos da comunicação” (2009, p. 148). Nós estamos tão acostumados à dominação pelos meios de comunicação que, na maioria das vezes, não nos damos conta. A liberdade de expressão não se restringe apenas a um direito individual frente à censura de Estado ou frente a situações de guerra, violência ou conflitos.

Tal liberdade é um direito difuso e coletivo, que inclui o acesso aos meios de produção e difusão midiática, de maneira a abarcar a representação da diversidade cultural, social e política da sociedade e de estratégias de governo que garantam a participação e representação desses grupos. A liberdade de expressão deve ser tratada na perspectiva do direito à comunicação.

Nada expressa mais a violação desse direito do que a concentração da mídia. No Brasil, apenas 11 famílias controlam a maior parte da informação que circula no país e contabiliza-se que 25% dos senadores e cerca de 10% dos deputados são concessionários de rádio ou TV. São essas famílias que decidem quais informações os brasileiros devem receber e quais não devem, por não terem relevância jornalística ou por não atraírem atenção do público consumidor, segundo seus próprios interesses.

Organizadas em monopólios regionais e nacionais, esse pequeno grupo de famílias controla jornais impressos, canais de televisão e rádio, canais a cabo de TVs e portais de acesso a conteúdo de Internet. Estes grupos têm um poder enorme em relação a recursos públicos e privados, que dão sustentação a uma estrutura extremamente concentrada da mídia, que por sua vez determina a circulação de praticamente todo conteúdo da informação e cultura que permeia a sociedade da informação.

Essa concentração de mídia está diretamente ligada à problemática da globalização e teve seu início no mínimo há 500 anos, quando espanhóis e portugueses começaram suas viagens transoceânicas nos séculos XV e XVI. Entretanto sua expansão ocorre na Terceira Revolução Industrial, na década 70 do século XX, com a introdução de novas tecnologias de informática e processos de produção. Isso se tornou possível graças à globalização da comunicação.

Segundo Postman, após a invenção do telégrafo por Morse, a informação passou a ter um caráter anônimo, descontextualizado, tornando as diferenças entre culturas irrelevantes. “O telégrafo criou um público e um mercado não só para a notícia fragmentada, descontínua e essencialmente irrelevante, que até hoje é a principal mercadoria da indústria da notícia” (1999, p. 85). O telégrafo foi o precursor das mudanças que o seguiram: prensa rotativa, fotografia, telefone, cinema, rádio, TV e Internet, que tornaram a comunicação instantânea em todo o mundo.

A globalização da informação é essencial à estruturação do capitalismo. Esse processo reflete profundamente na economia política. Thompson (1997) aponta quatro tendências no processo de globalização: a crescente concentração das indústrias de mídia, sua crescente diversificação, crescente globalização e a tendência para a desregulamentação. Dessa forma, a concentração de mídia nas mãos de poucos grupos, conforme demonstrado acima, é uma das características do neoliberalismo e consequência da globalização. Tais mudanças trouxeram consequências em todas as instâncias da sociedade.

Um efeito esperado da concentração da propriedade dos meios de comunicação é a diminuição da pluralidade de visões de mundo e a consequente sub-representação de grupos sociais. Hoje, há um crescente número de ações dos movimentos sociais e entidades representativas, no sentido de tentar garantir a veiculação de sua versão dos fatos, e de reverter o que consideram a representação preconceituosa de certos grupos ou temas.

A liberdade à manifestação do pensamento, previsto também na Constituição Federal, inclui a proibição a qualquer tipo de censura, seja ela estatal (via imposição pelo uso da lei ou da força), ou privada (por meio da restrição causada pelo abuso do poder econômico ou qualquer outro tipo de coerção). O direito humano à

comunicação deve ser tomado como um dos pilares centrais de uma sociedade democrática e como conceito orientador da organização de um modelo institucional para a área das comunicações. Tal concepção abarca a liberdade de expressão e o direito à informação. Esse direito vai além. Diz respeito ao direito de todas as pessoas de ter acesso aos meios de produção e veiculação de informação e cultura, de possuir condições técnicas e materiais para ouvirem e serem ouvidas e, de ter o conhecimento necessário para estabelecer uma relação autônoma e independente frente aos meios de comunicação. A concepção da comunicação como direito humano está inserida numa matriz de pensamento que os compreende como instrumentos da luta política contra-hegemônica, por uma sociedade justa, igualitária e sem opressão de qualquer tipo. Entende-se o direito humano à comunicação como um direito ao mesmo tempo individual, coletivo e difuso, em oposição à idéia da informação e da cultura como mercadorias, como meros objetos de consumo.

Trouxemos aqui a importância da comunicação, como um direito do homem e, de que forma, no neoliberalismo, os cidadãos têm sido privados de exercerem sua cidadania por interesses econômicos e políticos das oligarquias midiáticas. A seguir veremos que é possível uma conscientização e mudança desse cenário, possibilitado pela atual configuração da sociedade: a sociedade da informação. Nela as novas tecnologias da informação e da comunicação podem permitir aos indivíduos “cantar ao mundo sua luta por novos modos de viver”. (AUTOUN, 2001, p. 16).

2.4 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Em 1924 os modismos que cercavam o crescente modernismo brasileiro estavam associados a expressões como *jazz-band*, aeroplano, velocípedes, frigoríficos, etc. Hoje, no pós-modernismo, precisamos falar em *website*, virtual e interatividade. Embora algumas análises sejam atravessadas pelo viés frankfurtiano¹, que denuncia o caráter invasivo e controlador das novas tecnologias, a tendência que prevalece é uma apreciação otimista das perspectivas por ela geradas. O marco inicial desta tendência é o livro de Radovan Richta, influente quando publicado ainda nos anos 60, conforme apresenta Miguel (2000). Richta e seu grupo afirmaram a incompatibilidade intrínseca da forma-mercadoria com os avanços tecnológicos (automação e informática) que não só tornaram possível, mas exigiram, o socialismo indicado por Marx. A máquina traria o fim da divisão do trabalho, a ampliação do tempo livre e, portanto, a poliquificação e a realização multidimensional das potencialidades dos indivíduos. Ainda no campo marxista, porém bem mais recente, Lojkin (1995) concede ênfase maior à informação, cujas transformações, conforme ele, põem em cheque a estrutura hierárquica da gestão empresarial. Apesar das críticas a Richta e seu grupo, Lojkin compartilha com eles a crença de que a revolução tecnológica em curso, que chamou de “revolução informacional”, constituiu o anúncio e a potencialidade de uma nova civilização pós-mercantil. Em ambos os casos, a idéia central subjacente é a de que as transformações técnicas colocam obstáculos à reprodução do capitalismo.

Para analisarmos a democratização, questão que nos interessa para este estudo, é mais relevante outro aspecto do debate sobre a revolução tecnológica: a sociedade da informação. Apesar de receber diferentes denominações, as

¹ Os filósofos alemães Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, integrantes da Escola de Frankfurt, fundada em 1924, criaram o termo “indústria cultural” como um sistema político e econômico que tem por finalidade produzir bens de cultura (filmes, livros, música popular, programas de TV etc.) como mercadorias e como estratégia de controle social.

expressões sociedade pós-industrial, pós-tradicional, programada ou da informação referem-se a processos semelhantes.

Sociedade da informação é uma expressão recorrente nas análises recentes sobre a sociedade. Utilizada em diferentes contextos teóricos, designa geralmente um ambiente de relações sociais mediado por sistemas de informação cujo suporte tecnológico são as redes de computadores. A noção de conectividade que atravessa essas análises pressupõe uma sociedade global, na qual a informação está disponível numa rede eletrônica mundial de dados acessíveis, teoricamente, a qualquer pessoa, em qualquer lugar e a qualquer momento.

A idéia de uma sociedade da informação pode ser considerada como uma reedição da expressão “aldeia global”, de McLuhan (1964), segundo a qual haveria uma simulação tecnológica da consciência, em que o processo criativo do conhecimento se estenderia coletiva e corporativamente a toda a sociedade humana. A expressão é ainda associada a um projeto político liberal que aposta em um novo tipo de dominação, representada pelos monopólios dos serviços de informação.

Independente de qualquer definição, a expressão sociedade da informação permanece vazia de significado enquanto estiver associada apenas a processos técnicos e desvinculada de processos culturais. As tecnologias são o elemento mais visível. No entanto, o essencial é o modelo cultural que veiculam. Dessa forma, a denominação conferida à expressão busca uma forma mais apropriada, levando em conta que a alusão à participação dos meios de comunicação nessa configuração não pode ser tratada apenas como mais uma variável. A informação sempre foi um recurso básico para qualquer sociedade. A diferença está, portanto, na maneira pela qual essa informação é produzida, acessada e processada.

A discussão é assim mais abrangente e não se reduz a apologias ou condenações. Faz-se necessário articular o aumento da oferta de informação pelos sistemas de conhecimento, a mediação ou tradução dessa informação pelos sistemas técnicos, e as interpretações operadas pelos atores sociais.

O fato é que a comunicação eletronicamente mediada diminui a importância do contexto e cria novas situações de discurso. O modo de informação introduz uma linguagem que ocorre em lugares não relacionados a limitações materiais. A linguagem é, dessa forma, auto-referencial. Esse aspecto da linguagem foi explorado por Castells (2003), que propõe a idéia da sociedade em rede, que ele não chamou de sociedade da informação, mas sociedades cujo princípio de desenvolvimento é informacional. Segundo ele, as tecnologias da informação, desde a microeletrônica, a computação, as telecomunicações, a radiodifusão, a optoeletrônica e até a engenharia genética, introduzem um princípio que penetra em todas as esferas da vida social: o informacionalismo. Esse princípio caracteriza a sociedade em rede, em que:

“os principais processos de geração de conhecimentos, produtividade econômica, poder político, militar e a comunicação via mídia já estão profundamente transformados pelo paradigma informacional e conectados às redes globais de riqueza, poder e símbolos que funcionam sob essa lógica. É uma estrutura social comum, com tipos, cenários e expressões culturais diferentes” (CASTELLS, 2003, p. 38).

A integração de vários modos de comunicação numa rede interativa provoca a formação de um super texto e de uma metalinguagem que, pela primeira vez na história, integra ao mesmo tempo, texto, imagem e som, o que muda o caráter da comunicação. E como a comunicação molda a cultura, esta muda com o novo sistema eletrônico de comunicação.

Essa abordagem das tecnologias da comunicação é muito parecida com a que fez McLuhan na década de 60. Ele previu que a sociedade se transformaria em

uma aldeia global e tal idéia estava relacionada à forma pela qual a televisão organiza a percepção. A TV representou o fim da “Galáxia de Gutemberg”² e do homem tipográfico como extensão do texto impresso. Castells (2003) afirma que a comunicação eletrônica representa o fim da “Galáxia de McLuhan”, indicando que não vivemos em uma aldeia global, com uma cultura homogênea, e sim, em domicílios sob medida, de acordo com a segmentação dos produtos de mídia e com as diferentes formas de percepções da realidade.

Entre as características do novo sistema multimídia, está a integração das mensagens em um padrão cognitivo comum, que mistura conteúdos e códigos, em um contexto de significados multifacetados, que constrói um novo ambiente simbólico, chamado por Castells de cultura da virtualidade real. Baseada na noção de “ Simulacro de Baudrillard”³, essa cultura não separa realidade e representação simbólica, num sistema em que a própria realidade é inteiramente captada e imersa numa composição de imagens virtuais no mundo do faz-de-conta, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam na própria experiência. “As sociedades ficam final e verdadeiramente desencantadas porque todos os milagres estão *online* e podem ser combinados em mundos de imagens auto-construídas” (CASTELLS, 2003, p. 397).

Apesar disso, é importante trazer o fato de que o desenvolvimento tecnológico não é a única variável a considerar quando se pretende discutir as transformações

² McLuhan propõe que até o surgimento da televisão, todo o conhecimento era visto apenas em sua dimensão visual. Antigamente, o conhecimento era transmitido oralmente, por lendas, histórias e tradições. Quando Gutemberg inventou a imprensa, permitiu que o conhecimento fosse mais difundido, porém reduziu a comunicação a um único aspecto, o escrito.

³ Baudrillard entende o simulacro como a transição para além da mera imitação, uma possível fabricação de uma cópia de algo real para sua substituição pelo simulacro. Acredita que a verdade foi substituída por simulacros e assim perdemos o sentido das coisas. Prevê sua significância como sinal múltiplo e móvel que parece se erguer de uma realidade fixa e singular, mas termina por transformar-se em uma hiper-realidade: isto é, a geração através do processo de simulação de um real sem origem.

sociais recentes, principalmente quando se trata de mídia, um fenômeno que não é tão recente como pode parecer. Indo mais além, o aumento considerável da oferta de informação pelos sistemas de conhecimento, e conseqüentemente sobre as possibilidades de intervenção social, traz algumas mudanças na forma de perceber os problemas e permite situar melhor o lugar dos sistemas de comunicação nas configurações sociais recentes.

Bauman (2001) traz o atual estágio da modernidade como fluida, leve, capilar e reticular, diferente do aspecto clássico: sólida, pesada, condensada e sistêmica. Ele identifica que o processo de individualização é a chave para o entendimento da sociedade contemporânea. Sem uma orientação estável, o indivíduo se obriga a construir seu destino, com base nas informações diversas e abundantes que invadem seu cotidiano.

Dessa forma, a individualização torna-se política, as questões privadas tornam-se públicas e sua defesa passa a ocupar o espaço público, que por sua vez é redefinido juntamente com a política sem necessariamente estar dentro das instituições. A isso Bauman chamou de política da vida, onde se evidenciam conflitos contemporâneos, originados como dilemas individuais e partilhados como coletivos. Há um renascimento não institucional do político, que não se configura como um desengajamento, mas sim um engajamento múltiplo e contraditório.

Em uma versão mais extrema, há a crença de que as tecnologias tornam possível uma espécie de democracia direta, assistida por computador, eliminando qualquer forma de delegação de poder e todos os vícios a ela associados. Ocorreria o fim da esfera pública discursiva, potencialmente aberta a todos, e a esfera da tomada de decisões, hoje restrita às elites políticas. A Internet, vista por esse ângulo, estaria devolvendo o poder ao povo e promovendo uma “ciberinsurreição”.

Levy (1998), seguindo essa visão mais extrema, trouxe várias contribuições sobre as possibilidades associadas às tecnologias da informação. De forma mais abrangente, suas idéias estão presentes em muitos autores. Ele faz um mapeamento sobre um suposto “Espaço do Saber” que a informática estaria criando. Seria um quarto espaço, sobreposto aos anteriores criados pela humanidade em sua trajetória: “Terra” (comunidade orgânica), “Território” (política) e “Espaço das mercadorias” (capitalismo). A aparição de um novo espaço não elimina os anteriores; uma vez surgido, o espaço se torna irreversível. Porém, o espaço mais recente se sobrepõe aos anteriores e, sobre sua lógica superior, comanda-os. Ele organiza toda a sociedade, incluindo a política, que é transformada pela sobreposição desses espaços.

De acordo com o autor, esse processo é composto por três fases: a primeira diz respeito aos grupos orgânicos, cuja regulação ocorre de forma quase espontânea, através do conhecimento mútuo de seus integrantes (famílias, clãs, tribos e mesmo a democracia direta da Antiguidade). A segunda fase refere-se aos grupos molares, ou organizados, que para se regulamentarem necessitam de burocracias e lideranças. E em último, o grupo molar que o Espaço do Saber anuncia, caracterizado por algo que pode ser chamado de “auto-organização tecnologicamente mediada”.

Assim como outros autores, Levy vislumbra o fim da representação política, o renascimento de uma democracia direta através da Internet. A rede proporciona um fórum em que é possível participar e votar em tempo real. Porém, Levy destaca que tal democracia inscreve-se “na construção lenta mas contínua de um debate coletivo e interativo, no qual cada um pode contribuir elaborando questões, refinando as

posições, emitindo e ponderando argumentos, tomando e avaliando decisões.” (1998, p. 76).

Em sua concepção ideal, a Internet geraria um espaço de discussão, altamente democrático, em que todos que desejassem poderiam ser ouvidos em igualdade de condições. Apesar das várias ressalvas que podem ser endereçadas a essa visão, a Internet é hoje a maior esperança para a descentralização da produção de informações. As versões não tão radicais apostam numa cidadania preparada e responsável, graças ao acesso a informações cada vez mais plural.

Seja como sociedade pós-industrial, em rede, pós-tradicional, programada, da informação ou modernidade líquida, o que essas teorias sustentam é o caráter aberto das relações sociais. Sintetizada por Melucci (1999), essa sociedade expressa a artificialidade da vida social. Na medida em que aumenta o fluxo de informação, aumenta no mesmo grau a incerteza, que demanda mais informação para ser combatida. Diante da grande profusão de possibilidades, as decisões envolvem riscos, entendidos como ambivalências, e a cada decisão uma nova incerteza é gerada.

Numa sociedade baseada na intervenção social, surge o conflito sobre como usar a informação. Conforme aponta Prudêncio (2006), isso implica reconhecer que a diferença de interesses e os conflitos não podem ser eliminados e que os limites estabelecidos para a sua negociação podem ser alterados. O poder é um desses limites e sua negociação depende de sua visibilidade. Assim, os conflitos se deslocam para o âmbito cultural, como lutas pela produção e reapropriação do significado da informação. Se a informação é organizada por códigos, estes, como novo fundamento do poder, passam a ser alvo dos conflitos.

O papel dos meios de comunicação na sociedade da informação não se limita à transmissão de conteúdos informativos, mas se constitui como espaço de mediação e tradução das questões que importam aos indivíduos. Esse contexto também redefine a ação coletiva contemporânea, voltada para questões de política de vida, que por sua vez, reorienta a prática dos tradutores midiáticos. Nesses termos, a expressão sociedade da informação começa a fazer outro sentido. A ação coletiva conecta, via mídia, as demandas individuais e coletivas. Isso implica reconhecer que é principalmente a mídia que inscreve os debates políticos na esfera pública, tendo se tornado fonte de informação e ação política.

A teoria crítica sempre lamentou a influência da mídia na política, embora o discurso político tenha sido sempre mediado pelos meios de comunicação. Dessa forma, os meios de comunicação tornam-se atores privilegiados na sociedade da informação, uma vez que organizam grande parte do fluxo de informação. Seu papel político se encontra na capacidade de tradução das demandas coletivas para o debate público.

No próximo capítulo vamos analisar como se dá o processo de convergência dos meios, possibilitada pelas tecnologias de informação e comunicação, e como se dão os novos processos desenvolvidos em seu bojo: a sociedade em rede, a cibercultura e o ciberativismo.

3 AS DIMENSÕES DO CIBERESPAÇO

Não há dúvidas de que vivemos em tempo de profundas mudanças que, de alguma forma, têm a ver com as tecnologias da informação e comunicação e com as redes sociais possibilitadas por elas.

O conceito referente às redes sociais é muito amplo. Se as redes que mencionamos se referem às redes que as pessoas formam quando se relacionam, então a sociedade sempre foi uma rede. Se a referência se dá aos movimentos de ativistas, também estes sempre existiram. Porém o que pretendemos abordar é um elemento novo relacionado às redes: o surgimento e popularização da Internet e, como consequência direta, o desenvolvimento de uma esfera de relações sociais que conecta milhões de pessoas a cada dia.

Como apresenta Ugarte (2008), hoje há toda uma série de movimentos que vão desde a revolução até o protesto cívico, passando por um novo tipo de sofisticadas manifestações que ninguém sabe classificar muito bem e que abarrotam as páginas dos jornais. Tais manifestações chegaram ao conhecimento público em 2001, quando uma multidão tomou as ruas de Manila, no México, para pedir a demissão do presidente Estrada. Naquela ocasião a mídia destacou a ausência de convocantes e o modo como as organizações políticas e sindicais se viram compelidas a seguir o povo ao invés de conduzi-lo.

Em 2004, Urrutia (2003) denominou esses movimentos como “ciberturbas”. Um ano e meio depois, em novembro de 2005, a polícia francesa confessava sua impotência para conter a revolta das periferias, alegando a velocidade com que os rebeldes adquiriam técnicas e experiências de verdadeira guerrilha urbana. Alguns autores apontam para o surgimento de um novo e misterioso sujeito coletivo, que Rheingold (2004) chamou de “multidões inteligentes”. O objetivo deste capítulo,

dentro do contexto supracitado, é analisar como se dá o processo de convergência dos meios, em que inúmeras formas de comunicação atuam juntas, com mobilidade, possibilitado pelas tecnologias de informação e comunicação e apresentar uma história das redes com o objetivo de mapear as relações através das quais as idéias e informações mudaram ao longo do tempo, impulsionadas pelas diferentes tecnologias de comunicação. Após o histórico vamos trazer algumas definições e conceitos para que possamos entender como se organiza o ciberespaço em um mundo em que todos nós somos potenciais ciberativistas.

3.1 A CONVERGÊNCIA DOS MEIOS

Vemos nascer um novo paradigma dentro do processo comunicacional: a convergência dos meios, possibilitada pelas tecnologias de informação e comunicação. No emergir desse fenômeno, novas e antigas mídias interagem de forma complexa e inesperada, alterando significativamente nossa relação não só com os meios de comunicação, mas também nossas relações sociais, políticas e culturais. Esta tecnologia possibilita que todos nós possamos ser não só consumidores de informação, mas também produtores e, dessa forma, expandir nossa participação nos processos democráticos, como cidadãos.

O surgimento de uma sociedade em rede traz novas formas comunicacionais e, mais importante ainda, possibilita novos processos discursivos de produção e de construção de identidades. Assim, induz a novas formas de construção social, principalmente no que diz respeito à socialização, já que os formatos de interação já não estão atrelados a um tempo e espaço determinados. De acordo com Castells

“isso ocorre porque a sociedade em rede está fundamentada na disjunção sistêmica entre o local e o global para a maioria dos indivíduos e grupos sociais” (2003, p. 27).

Esta nova ambiência comunicacional reflete diretamente nas práticas sociais. A implantação tecnológica é alimentada pelo uso e vice-versa. A aplicação intensa presente em todas as instâncias da população está alterando hábitos e conceitos sobre o uso do ciberespaço. O virtual se desloca no espaço físico e cria com ele uma relação complexa de cooperação. A questão de onde se está fisicamente não é mais central. Conforme Lévy:

“o universo cultural, próprio dos seres humanos, estende ainda mais esta variabilidade de espaços e das temporalidades. Por exemplo, cada novo sistema de comunicação e de transporte modifica o sistema das proximidades práticas, isto é, o espaço pertinente para as comunidades humanas” (1999, p. 22).

Um dos principais apontamentos neste fenômeno é o processo de transformação cultural que está intrínseco nesta ambiência. De acordo com Pellanda “desta maneira se junta através da técnica três anseios do homem da contemporaneidade: a rapidez, a eficiência de locomoção e o permanente contato com os demais membros da comunidade” (2004, p. 5).

Essa virtualização vivida pelas sociedades contemporâneas adiciona outra dimensão ao debate. É esta nova realidade que pretendemos analisar. Prevenimos que, devido ao tema ser abrangente e multifacetado, não pretendemos abordar todos os aspectos deste objeto. A complexidade deste fenômeno se dá não só pelo aumento das interações, mas pelo número de efeitos que o acompanham. Quando buscamos a compreensão do novo cenário comunicacional, torna-se limitante a abordagem de um só aspecto. Qualquer análise desta virtualização torna-se reducionista, sem considerarmos o objeto por vários ângulos e contradições.

Faz-se necessário, nesse momento, expormos as discussões que ocorrem no que se refere às definições de termos muito utilizados quando se fala em interações mediadas. A definição do que é virtual e real torna-se imprescindível para qualquer estudo acerca da virtualização dos meios de comunicação.

Esta definição tem sido tema de extenso debate na filosofia contemporânea, com destaque aos trabalhos de Pierre Lévy (1996). Esse autor expõe sua preocupação em desmistificar a relação que haveria entre o virtual e o real. Segundo o autor, o virtual é um complexo problemático, enquanto o potencial é um conjunto de possíveis que aguardam por sua realização. O autor aponta ainda que existe uma certa confusão na análise do real e do virtual. O real é costumeiramente entendido como uma efetuação material, uma presença tangível. Já o virtual é visto como a simples ausência da existência. Lévy entende que essa abordagem é muito restrita e não expressa o todo de seu significado.

Etimologicamente, virtual deriva do termo medieval latino *virtualis*, que teria vindo de *virtus*, isto é, força, potência. Já na filosofia escolástica, o virtual seria o que existe em potência, não em ato. Por exemplo, a árvore está presente virtualmente na semente. Já Aristóteles, na filosofia antiga, dentro de sua obra sobre metafísica fala em Ato e Potência. “A semente é, em ato, semente, mas contém em potência a árvore”. É preciso, porém, distinguir o possível do virtual. O possível é aquilo que já está completamente constituído, mas permanece no limbo. Isto é, será realizado se não houver interferência. Desta forma, é exatamente como o real, só lhe faltando a existência. Dentro desse contexto, o virtual não é uma oposição ao real, mas sim ao atual. Virtualidade e atualidade seriam então duas maneiras diferentes de ser. O virtual seria um complexo problemático, um nó de tendências, de forças e coerções

acompanhando situações, acontecimentos, objetos e entidades. Seria o movimento inverso da atualização.

Já a atualização precisa ser entendida como um processo de criação, a invenção de uma forma derivada de configuração dinâmica de certas forças e finalidades. Portanto, não é apenas uma realização de um possível, ou escolha entre um conjunto predeterminado. É "uma produção de qualidades novas, uma transformação das idéias, um verdadeiro devir que alimenta de volta o virtual" (LÉVY, 2006, p. 17).

Sendo assim, não se pode também confundir o atual com o real, que é a ocorrência de um estado predefinido. A realização é, assim, uma seleção de possíveis predeterminados e definidos. Se o possível é uma forma, uma estrutura ou uma reserva, a realização lhe confere matéria.

Se o real se assemelha ao possível, o atual em nada se parece com o virtual. Porém, responde a ele. Enquanto o virtual é uma problematização, o atual é a sua solução. O virtual não pode ser confundido com uma desrealização, nem, portanto, com a passagem do real para um conjunto de possíveis. Também não podemos pensá-lo como um desaparecimento no ilusório ou uma desmaterialização. Ao contrário, é preciso entender que a virtualização é um dos principais elementos da criação de realidade. Podemos entendê-la como uma "dessubstanciação".

Outra definição comum do virtual é que ele se trata de um fenômeno que não está preso a lugar nenhum. Na verdade, isto ocorre com grande freqüência, pois na maioria dos casos, o virtual não está presente. Porém, o virtual, no processo de criação do real, não precisa necessariamente de um lugar, de estar presente para compor tal processo. Sobre essa desterritorialização, Lévy (1996) cita como exemplo

as comunidades virtuais que, mesmo não compartilhando nenhum espaço geográfico comum, criam convívios reais.

Desse modo, a virtualização nos traz novas relações, em que a unidade de tempo está dissociada da unidade de lugar e continuidade de ação, apesar da duração descontínua. Porém, não podemos, erroneamente, entender o virtual como imaginário, tendo em vista que ele produz efeitos. Lévy (1996) conclui que:

“o real, a substância, a coisa, subsiste ou resiste. O possível contém formas não manifestas, ainda adormecidas: ocultas no interior, essas determinações insistem. O virtual [...] não está aí, sua essência está na saída: ele existe. Enfim, manifestação de um acontecimento, o atual acontece, sua operação é a ocorrência” (p. 137-138).

De acordo com Lévy, no que se refere à informática, a execução lógica de um programa se refere ao par possível/real. Já a interação de humanos com sistemas informáticos relaciona-se com a dialética do virtual e do atual, a qual utilizamos neste estudo. A seguir, mais um exemplo que pode esclarecer esses processos:

“Estou escrevendo em meu computador com o auxílio de um programa de processamento de texto. Sob o aspecto puramente mecânico, uma dialética do potencial e do real está operando, pois, de um lado, as possibilidades do programa e da máquina se realizam e um texto é apresentado (se realiza) na tela, resultante de toda uma série de codificações e traduções bem determinadas. De outro lado, a energia elétrica potencializa a máquina e eu potencializo o texto, cuja releitura modifica em troca o espaço virtual de significação ao qual ele responde (o que constitui um virtualização)”. (LÉVY, 1996, p. 142).

Voltando à nossa discussão, vivemos hoje a formação de um novo ambiente midiático. As distâncias estão cada vez mais virtuais e as conexões em rede são permanentes. Esse contexto proporciona uma revolução impactante no modo de relacionamento dos seres humanos com a comunicação, com conseqüências imensuráveis para a forma como as sociedades vivem e se organizam. Todas as ações, interações, formas de trabalho, relacionamentos, transportes, organizações e trocas são transformadas.

É importante destacar aqui que a virtualização não presume que as pessoas estão se comunicando por interfaces de computadores pessoais de maneira estática. Desde o início da humanidade, a necessidade de mobilidade está implícita ao ser humano. O desenvolvimento das tecnologias de Internet e telefonia e o advento da TV digital proporcionaram a liberação dos fios que, até então, serviam de cordões umbilicais dos usuários com os computadores, possibilitando uma maneira nova de comunicação. Pierre Lévy (1994) mostra que acontece uma “amplificação das funções cognitivas” porque as pessoas se relacionam não com uma máquina simplesmente: o processo é de simbiose.

A multiplicação de aparelhos com várias funções incorporadas está cada vez mais acentuada, o que leva a novos usos e combinações não imaginadas originalmente. Esses aparelhos traduzem a possibilidade de conexão sem limites de tempo e espaço.

Diante desse quadro, em que aparelhos conectados acompanham as pessoas em qualquer lugar, temos um novo cenário de convergência de mídia. O fenômeno desta convergência é ainda muito recente e, por isso, sua definição ainda não está bem amadurecida. Pellanda propõe que “a convergência de mídias se dá quando em um mesmo ambiente estão presentes elementos da linguagem de duas ou mais mídias interligadas pelo conteúdo” (2004, p. 6).

Assim, é possível navegar em páginas da Internet, trocar informações, assistir TV, ouvir rádio, tudo em tempo real. A forma de interação com o conteúdo não é somente por intermédio de textos e fotos. Já se pode contar com áudio, vídeos e gráficos animados convergindo linguagens em uma nova grande mídia.

De acordo com Pellanda (2004):

“Já é possível ter um computador conectado ao celular, que está no bolso da calça, conectado a um pequeno fone de ouvido, que está

preso à orelha. Com isso a simbiose homem-máquina que possivelmente leva a uma transparência do uso de dispositivos comunicacionais móveis já pode estar sendo utilizada sem que ninguém se dê conta, num processo semelhante ao uso de um óculos ou de um relógio.” (p. 4).

Na nova cultura, velhas e novas mídias colidem, a mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, o poder do produtor e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis.

Jenkins (2008) definiu este fenômeno como:

Fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca de experiência de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando. (p. 27).

Com a crescente expansão desse fenômeno, podemos observar uma mídia invisível. Por estar em todas as partes, passa a ser despercebida como mídia, criando um novo ambiente de comunicação. Nesta realidade encontramos, acima de tudo, a informação onipresente.

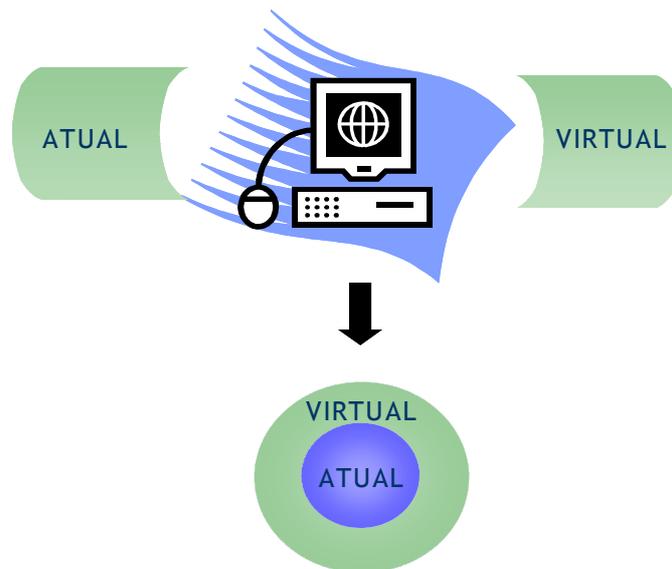
A mobilidade possui o poder de manter as pessoas em rede estejam elas onde estiverem. No início desta década, Costa (2002) já colocava:

“Parece que o início do século 21 está preparando outra mutação na maneira que as pessoas se comunicam. Se olharmos para a direção certa, será possível detectar os primeiros sinais de comunidades virtuais que se distanciam dos desktops e saem do ciberespaço. É a chegada dos sem fio. A essência desses novos grupos tem um nome: mobilidade. Eles se conectam por telefones, celulares, palmtops ou pequenos radiotransmissores de curto alcance. São os portáteis. O essencial é poder estar sempre ligado em qualquer lugar. (p. 74)

Esse é um sinal de que o virtual pode potencializar o mundo atual. Antes tínhamos uma ponte entre o virtual e o atual. Hoje, há a possibilidade de o indivíduo estar envolto durante a vida atual em um ambiente de mídias conectadas. Dessa

forma, a rede quebra a fronteira rígida que existia entre o atual e o virtual e altera as formas de interação. As experiências da realidade virtual afetam a vida atual, alterando essa relação, conforme figura abaixo, baseada em Lévy (1999) e Pellanda (2003).

Figura 1: Relação entre atual e virtual



Com efeito, a compreensão do ambiente virtual coexistindo cada vez mais no atual através das tecnologias exige um novo olhar sobre a relação entre esses elementos. Precisamos olhar por vários ângulos a relação entre elementos que, até então, tinham limites rígidos. A Internet em todo lugar é muito mais do que uma facilidade do cotidiano ou uma onda de oportunidades comerciais; ela tem a potencialidade de mudar conceitos estabelecidos pela rede até esse ponto histórico.

A convergência entre os meios altera a demanda da mensagem de acordo com a necessidade de expressão. Não só o emissor, mas o receptor passa a escolher e a interagir com as mídias que mais lhe convém, tornando-se também autor.

Dessa forma, é possível constatar o nascimento de uma nova linguagem resultante da fusão de mídias tradicionais. As mensagens passam a ser narradas de

acordo com a linguagem e o tempo necessário para sua compreensão. Com isso, tiramos nosso foco do meio e o transportamos para a mensagem, pois o meio passa a constituir-se na forma de um ambiente midiático transparente que suporta várias linguagens. O que importa então, nesse contexto, é principalmente a mensagem.

Negroponte afirma que “No mundo digital o meio não é a mensagem: é uma das formas que ela assume. Uma mensagem pode apresentar vários formatos derivando automaticamente dos mesmos dados” (1999, p. 73). O mais importante deste processo é que a convergência não ocorre por meio de aparelhos, por mais sofisticados que venham a ser. Essa nova cultura ocorre dentro do cérebro dos indivíduos e em suas interações sociais. Vemos nascer um novo paradigma.

A revolução digital dos anos 90 presumia que as novas mídias substituiriam as antigas, mas o que encontramos na emergência das tecnologias de informação e comunicação são antigas e novas mídias interagindo de formas cada vez mais complexas.

O processo de convergência está tornando as fronteiras entre os meios de comunicação imprecisas e dessa forma, a relação um a um que existia entre um meio de comunicação e seu uso está se corroendo. As mídias antigas são obrigadas a conviver com as mídias emergentes. Os meios de comunicação, muito mais que sistemas de distribuição e tecnologia, são sistemas culturais construídos sobre protocolos que expressam uma grande variedade de relações sociais, econômicas e materiais.

Assim, o atual cenário comunicacional muito mais que apenas uma mudança tecnológica, altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. Representa uma mudança no modo como encaramos nossas relações com as mídias, tendo implicações no modo como aprendemos,

trabalhamos, participamos do processo político e nos relacionamos com as outras pessoas. O que temos é um processo, não um ponto final. Estamos vendo a emergência de um novo paradigma que está afetando profundamente nossas relações sociais, políticas e culturais.

Conforme vimos, o ambiente digital expande o alcance e a esfera da ação das atividades dos indivíduos. Hoje, a comunicação através das tecnologias é a maior expressão desta complexidade comunicacional. Ela permite a criação de um sistema de significados e interatividade baseado na liberdade de produção e de busca de informação. Os sujeitos podem, facilmente, expressar-se, comunicar-se e criar redes de sociabilidade através dela.

Esse novo território representa uma novidade nas formas de relações e interações sociais. Gera formas de relações com códigos e estruturas próprios, não necessariamente inéditos, mas uma adaptação de formas conhecidas de sociabilidade às condições de tempo e espaço virtuais. A atual diversificação dos canais é importante porque expande o conjunto de vozes que podem ser ouvidas, mudando assim a natureza do debate.

Se informação é poder, então a nova tecnologia, que tem condições de distribuir informação de forma justa e possibilita também que os indivíduos sejam produtores desta informação, está realmente distribuindo poder. O poder está se deslocando de um governo de cima para baixo, para um novo modelo, distribuído democraticamente e compartilhado por todos. Dessa forma, podemos pensar de forma otimista que as tecnologias de informação e comunicação possibilitarão a construção de uma esfera pública no ciberespaço.

Habermas (1984) demonstra que uma parcela importante das conquistas e liberdades que desfrutamos hoje se deve à formação de uma esfera pública, em que

sujeitos, em princípio livres, se reuniam para discutir e deliberar sobre seus interesses comuns. Transferindo para a atualidade, a economia de mercado criou, em seus primórdios, um espaço público sustentado pela circulação de mídia impressa, que permitiu à burguesia desenvolver uma consciência crítica em relação às autoridades tradicionais, encarnadas no Estado e na Igreja. Entretanto, a expansão do aparelho de Estado e do poder econômico, ocorrida no século XX, rompeu com o frágil equilíbrio em que se sustentava essa forma de sociabilidade, transformando o papel da mídia ao mesmo tempo em que sua base tecnológica.

Dessa forma, a esfera pública passou a ser colonizada pelo consumismo promovido pelos interesses de mercado. A figura do cidadão passou a ser a figura do consumidor e do contribuinte e assim a mídia passou a ser empregada a serviço do Estado e a política converteu-se em objeto de espetáculo.

A comercialização da comunicação de massa alterou o caráter da esfera pública de maneira fundamental: o que tinha sido, numa época, um fórum privilegiado de debate racional crítico, transformou-se em mais um campo de consumo cultural. Nas palavras de Thompson “A comercialização da comunicação de massa destruiu, progressivamente, seu caráter como um meio da esfera pública, pois o conteúdo dos jornais e dos outros produtos foi despolitizado, personalizado e transformado em sensacionalismo” (1997, p. 148).

Analisando alguns estudos de Habermas, Thompson (1997) coloca que, no nível da política nacional e internacional, e nos níveis superiores onde o poder é exercido em organizações civis e comerciais de grande escala, é difícil ver como a idéia de formação de opinião participativa poderia ser implementada de maneira significativa. No início dos anos 90, quando foi feita essa análise, Thompson propôs que num mundo em que há ampla escala e complexidade dos processos de tomada

de decisão, a idéia original da esfera pública, enquanto ligada à noção de formação de opinião de maneira participativa, é de importância limitada.

Aproveitando este viés deixado por Thompson, na emergência do novo paradigma, podemos pensar sim, por um prisma mais humanitário e menos tecnocrata, como um meio pelo qual a humanidade tem buscado se reconectar consigo mesma, através da gestão de novas formas de comunicação, sociabilidade e reorganização de uma esfera pública virtual.

Turkley nos propõe o seguinte questionamento: “Ela (comunicação mediada por computadores) satisfará nossas necessidades de conexão e participação social ou minará ainda mais os frágeis relacionamentos?” (1997, p. 23). Essa questão representa uma problemática fundamental diante do paradoxo de uma sociedade cada vez mais fragmentada e desinteressada com as coisas de ordem pública, paralelamente à proliferação cada vez maior de mecanismos tecnológicos a favor da comunicação.

Na cultura da convergência, ao invés de se falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras. A convergência envolve uma transformação tanto na forma de produzir quanto na forma de consumir os meios de comunicação. Dessa forma, a convergência corporativa coexiste com a convergência alternativa.

As tecnologias possibilitam um espaço para que nos tornemos mais livres, envolvidos e bem informados. O que muda é que amadores conseguem inserir suas imagens e pensamentos no processo político e, qualquer integração crescente entre política, cultura popular e vida cotidiana ajuda a mobilizar os indivíduos a pensar em uma cidadania democrática como estilo de vida. Há a possibilidade da entrega dos

meios de produção, que é a lógica do acesso público. Neste processo, o monólogo do transmissor ao espectador agradecido tende a desaparecer.

A cultura da convergência está provocando constantes alterações na mídia e expandindo as oportunidades para os grupos alternativos reagirem aos meios de comunicação de massa. Este poder de participação deve ser direcionado a reciclagem, mudança e expansão destes meios, adicionando maior diversidade de ponto de vista, e não a destruir a cultura comercial.

A velha mídia está se tornando mais rápida, mais transparente e mais interativa. Como coloca Jenkins (2008):

A convergência não depende de qualquer mecanismo de distribuição específico. A convergência representa uma mudança de paradigma – um deslocamento de conteúdo midiático específico em direção a um conteúdo que flui por vários canais, em relação a uma elevada interdependência de sistemas de comunicação, em direção a múltiplos modos de acesso a conteúdos midiáticos e em direção a relações cada vez mais complexas entre a mídia corporativa, de cima para baixo, e da cultura participativa, de baixo para cima. (p. 310).

A mídia alternativa diversifica e a mídia de radiodifusão amplifica. Por esse motivo faz-se necessária uma preocupação do fluxo entre as duas. É muito provável que a mídia comercial vá monitorar as novas idéias e que, pontos de vista alternativos surjam no ambiente digital, procurando conteúdos que possa cooptar e circular. Como aponta Jenkins (2008):

“Em algum ponto, claro, haverá convergência. Uma caixa. Uma tela. Você vai checar os emails, fazer comprar e verificar a lição de seu filho na mesma tela. Este talvez seja o momento mais perigoso para o movimento democrático que está desabrochando – o momento em que as corporações e os anunciantes ameaçarão cooptar e corroer a ética democrática *online*. O futuro talvez dependa do que irá exercer maior domínio sobre essa caixa: as regras da velha radiodifusão ou o poder popular da Internet”. (p. 277).

Nesse ambiente onde velhas e novas mídias colidem, mídia alternativa e corporativa se cruzam, o poder do produtor e o poder do consumidor irá interagir de maneira imprevisível. O discurso da reforma midiática costuma ignorar a

complexidade da relação do público com a cultura popular, ficando ao lado dos que se opõem a uma cultura mais diversificada e participativa.

É fato que o novo contexto comunicacional representa uma novidade nas formas possíveis de relação e interação. Porém, alguns autores apresentam uma visão mais pessimista do cenário. De acordo com Santos “As conclusões postulam a tese de que a Internet representaria de fato uma inovação social, propiciando inclusive a construção de uma esfera pública virtual, carece ainda, a meu ver, de consistência e evidências empíricas”. E acrescenta: “Não é exatamente a esfera pública que está sendo incrementada nesse processo, uma vez que a percepção do outro – presente no ciberespaço – é um artifício utilizado mais para a exclusão do que para a inclusão.” (2005, p. 42).

Ainda na visão de Santos (2005), esse novo espaço tem se apresentado muito mais como um mosaico de distintas comunidades que ignoram a existência de outras comunidades, do que como um espaço de compartilhamento e organização. Dessa forma, as interações mediadas estão muito distantes da visão otimista da construção de esferas públicas virtuais. As comunidades no ciberespaço representam um momento de comunicação com o semelhante e não com o distinto. Viver em comunidade é algo implícito e totalmente condicionante ao ser humano. As comunidades se afirmam e são possíveis na medida em que há a percepção do eu e do outro, isto é, da individualidade e da pluralidade. Porém, esta percepção não está direcionada à integração. “O que está por detrás da construção de comunidades virtuais no ciberespaço é precisamente a tentativa da exclusão e da diferenciação, na medida em que as comunidades não devem ser violadas por intrusos” (SANTOS, 2005, p. 43).

Vivemos um importante momento de transição, em que as antigas regras estão abertas a mudanças e somos obrigados a renegociar nossas relações. Estamos preparados para expandir a participação ou propensos a conformar-se com as antigas relações com as mídias?

O foco deve estar nas mudanças em sistemas de comunicação e normas culturais, que devem ser compreendidas por meio de ferramentas provenientes do estudo das mídias e da cultura popular. Assim, quando falamos em participação, o foco se desloca para os protocolos e práticas culturais.

A ênfase deve ser dada na expansão das possibilidades de utilizar a mídia para nossos próprios fins. Precisamos enfrentar os protocolos sociais, culturais e políticos que existem em torno da tecnologia, e definir como utilizá-la. Esse poder emergente de participar serve como um vigoroso corretivo às tradicionais fontes de poder, embora elas também procurem usá-la para seus próprios fins.

Podemos afirmar que esse novo meio propicia novas formas de sociabilidade. Tais recursos tecnológicos ganharam o encargo de promover e tornar mais ágil aquilo que nos define como seres humanos: a comunicação. Mas, diante desse cenário de mudanças tecnológicas bastante surpreendentes, não temos como afirmar ao certo o que o futuro nos reserva.

Após a análise, nesta seção, do processo de convergência dos meios, vamos em seguida apresentar uma história das redes, com o objetivo de mapear as relações através das quais as idéias e informações mudaram ao longo do tempo.

3.2 UM HISTÓRICO DAS REDES

Após já termos claro como se configura a sociedade da informação e as tecnologias da informação e da comunicação, vamos apresentar agora um breve histórico das redes. Partindo-se do princípio de que todo criado é histórico e, portanto, relativo, é fundamental entender como as redes se desenvolveram até a contemporaneidade para nos aprofundarmos em nosso problema. Para esta análise histórica vamos nos basear em Ugarte (2008) e Levy (1999b).

Como apresentava um *slogan ciberpunk* espanhol na década de 90, “Por trás de toda arquitetura informacional esconde-se uma estrutura de poder”. A tecnologia, principalmente a das comunicações, produz possibilidades de mudança na estrutura de poder. O imperialismo europeu do século XIX só dominou grande parte da superfície terrestre quando a tecnologia de transportes e telecomunicações se estabeleceu. Uma nova colônia conquistada só tornava-se valiosa porque era criada uma rede de comunicação e transportes.

A divisão da África em 1885, em Berlim, só se tornou possível devido à existência do telégrafo, que se constituía em uma rede primitiva de comunicação instantânea. Em novembro de 1851, foi aberta ao público a primeira linha de telégrafo entre o Reino Unido e a França. A primeira mensagem direta entre Londres e Paris chegou poucos meses depois. Em 1858, o primeiro cabo transatlântico uniu os Estados Unidos com a rede européia. É interessante observar aqui, conforme analisa Ugarte (2008), que os três primeiros protagonistas daquela rede tenham formado um bloco até hoje.

O telégrafo uniu não somente as bolsas, mas também uniu e miscigenou os interesses econômicos dos três países, dando impulso tanto à primeira globalização como ao imperialismo. E assim, impulsionou-os com uma potência maior do que a rivalidade gerada pelas forças centrífugas da competição entre os três países. Com

a invenção do telégrafo surgiram as agências de notícias, que contribuíram ainda mais para o debate público entre as três potências.

O surgimento das agências de notícias trouxe profundas transformações, difíceis de serem explicadas. No início, a novidade permitiu incorporar notícias nacionais e globais à imprensa local, em um contexto de crescimento da alfabetização tanto em função das necessidades produtivas, já que as máquinas requeriam cada vez mais habilidades operativas, quanto pela ação educativa do movimento sindical e associativo.

Quando a imprensa popular passou a incorporar assuntos nacionais e internacionais, até então exclusivos às elites, a política externa e de Estado passou a fazer parte da opinião de qualquer cidadão; a informação e a opinião passaram a fazer parte do conjunto da cidadania.

O telégrafo foi, dessa forma, o precursor da ascensão de novos sujeitos com novos valores, e a partir de então se passou a sonhar com ações sindicais coordenadas entre França e Inglaterra. A convocatória em 1864, que viria a ser denominada de Primeira Internacional, tratava de impedir que os patrões enfrentassem as greves em ambos os lados do Canal da Mancha e foi conseqüência direta do primeiro cabo telegráfico sob o canal. Os sindicatos e as agremiações operárias encontraram no telégrafo a possibilidade de coordenar suas reivindicações. Essa primeira rede internacional de cabos de cobre, no final do século XIX e início do século XX, possibilitou tanto o internacionalismo operário quanto, em contrapartida, o Imperialismo.

A tradução política completa das conseqüências da nova estrutura de comunicação veio em 1889, com a Segunda Internacional. Seu objetivo era fomentar as grandes organizações para que coordenassem seus movimentos sociais em

âmbito nacional e levassem os interesses dos trabalhadores à agenda política e aos Parlamentos.

Hoje, já nos parece natural a idéia de uma concepção descentralizada de poder, uma articulação de organizações humanas e uma estrutura de representação social e política que dá origem a progressivas fases de centralização de decisões (local, regional, nacional, internacional, global etc.) produzidas sobre um universo igualmente amplo de temas. Porém, é importante percebermos que antes do telégrafo não era assim. Nem mesmo nas organizações políticas mais avançadas surgidas na Revolução Francesa. Havia uma concepção centralizada pura e o universo de temas era diferente em cada nível. As estruturas descentralizadas são originadas diretamente da interconexão efetiva de redes centralizadas e, em longo prazo, adquirem sua própria lógica, gerando novos nodos.

Essa primeira revolução das redes, que configurou nosso mundo, provocou a migração da tendência à organização centralizada e nacional, própria do Estado Moderno, para a descentralizada e internacional dos séculos XIX e XX. Passamos assim, dos estabelecimentos locais para as classes nacionais; da guerra entre Estados para as guerras entre blocos e alianças; da colônia ao imperialismo; dos partidos-clube aos partidos de massas. Tudo isso só foi possível graças a primeira grande revolução das telecomunicações.

Agora, dando um salto no tempo, vamos passar à segunda revolução que mais uma vez modificou a topologia. Ao final da Segunda Guerra Mundial, o mundo havia desenvolvido inteiramente a forma descentralizada, possibilitada pelo telégrafo. As tecnologias que foram se desenvolvendo da própria necessidade da guerra e das empresas em um mundo globalizado, superaram o telégrafo e levaram ao desenvolvimento de novas ferramentas para o processo de informação.

Em 1945 nasceu a informática. Os primeiros computadores surgiram na Europa e nos Estados Unidos e por muito tempo foram utilizados exclusivamente por militares para cálculos científicos. Seu uso se disseminou apenas durante a década de 60 e, já nessa época, previa-se que o desenvolvimento de *softwares* aumentaria constantemente. Apesar de já existirem sinais de que o sistema descentralizado global estava perto de seu ponto crítico, ninguém podia prever um movimento geral de virtualização da informação e da comunicação, afetando profundamente os dados elementares da vida social.

Os computadores ainda eram grandes máquinas de calcular, frágeis, isoladas em salas refrigeradas, que cientistas alimentavam com cartões perfurados, e que de tempo em tempo despejavam listagens ilegíveis. A informática servia assim aos cálculos científicos, às estatísticas dos Estados e das grandes empresas, às tarefas pesadas de gerenciamento. O valor da produção crescia continuamente. A porcentagem do valor devido ao componente científico-técnico e criativo no total da produção era cada vez mais determinante.

À medida que o sistema necessitava cada vez mais da ciência e da criatividade, o sistema de incentivos do modelo de produção hierárquica descentralizada parecia funcionar como um freio e, nesse contexto, começam a aparecer respostas culturais, como o movimento estudantil de 1968 nos Estados Unidos. Surgem assim novos valores e novos sujeitos. Nos pontos de interseção entre a grande informática e a academia apareceu um novo personagem: o hacker.

Esse novo modelo de produção intelectual e processamento da informação, nascido nas periferias das principais universidades norte-americanas, era muito pequeno se comparado ao da matriz de uma empresa. Os dois primeiros conflitos daquele então minúsculo círculo causaram conseqüências globais. O primeiro, em

1969, foi protagonizado por Whitfield Diffie, um jovem matemático que percorreu os Estados Unidos buscando e juntando pistas soltas sobre a evolução secreta da criptografia, desde o início da Guerra Mundial. Entrevistando veteranos, investigando bibliotecas e memórias, foi criando o mapa fragmentado de um mundo oculto. Ninguém o financiava. Diffie fazia-o por puro prazer. Dessa forma, foi seguramente o primeiro hacker da Sociedade da Informação. Rapidamente, foi mais longe do que qualquer outro sistema de inteligência da época: descobriu e implementou a criptografia assimétrica, base atual de todas as comunicações seguras. Com ele, a criptografia saiu do segredo militar e passou à privacidade.

Difícil explicar como isso aconteceu no sistema burocrático mais desconfiado da história. O que aconteceu foi apenas um anúncio do mundo que estava por vir: a lógica do sistema de incentivos. Os incentivos que o velho sistema fechado podia produzir não se alinhavam com os novos objetivos a alcançar.

A segunda batalha continua até os dias atuais. Seu iniciador talvez seja o hacker mais famoso da história, Richard Stallman, que, incapaz de compreender os motivos pelos quais estava legalmente impedido de compartilhar ou melhorar seus próprios avanços, fez uma crítica demolidora da propriedade do *software*, cujas conseqüências, a licença *GNU*, *GNU-Linux* etc., constituíram a base da primeira grande estrutura de propriedade livre em desenvolvimento distribuído da história, o movimento do *software* livre. Porém, para a eclosão de todo esse novo sistema alternativo de produção de conhecimento, seriam necessárias duas coisas: o surgimento de ferramentas pessoais de computação e uma rede global distribuída de comunicações entre elas. Isto é: o computador pessoal e a Internet.

E a virada fundamental se deu na década de 70, com o desenvolvimento e comercialização do microprocessador, que dispararam diversos processos

econômicos e sociais de grande amplitude. Enquanto por um lado o microprocessador abriu uma nova fase na automação da produção industrial, por outro, um verdadeiro movimento social apossou-se das novas possibilidades técnicas e inventou o computador pessoal. Os *hackers* da eletrônica puderam começar a construir suas próprias máquinas compatíveis por componentes e a vendê-las, em seguida, por um preço muito inferior aos originais. O sonho do hacker, de viver disso tornou-se realidade. Os *hackers* da eletrônica dos anos 70 acabaram montando o computador pessoal (PC) por sua conta, em pequenas oficinas, lojas e garagens.

Caminhando um pouco mais, quando se tem em casa mais de um computador, ainda que seja apenas para montá-los para os outros, é inevitável a tentação de colocá-los em comunicação e conectá-los em rede. E assim, quanto mais potentes tornavam-se os PCs, mais potentes tornavam-se também as arquiteturas de rede dos *hackers*.

Os anos 80 trouxeram o prenúncio do horizonte contemporâneo das redes. A informática foi perdendo gradativamente seu status de técnica e de setor industrial e passou a fundir-se com as telecomunicações, a editoração, o cinema e a televisão. A digitalização, através dos microprocessadores e das memórias digitais, tendia a tornar-se a infra-estrutura de produção de todo o domínio da comunicação. Novas formas de mensagens interativas apareceram e a informática triunfou como uma ferramenta acessível, com interfaces gráficas e o surgimento dos primeiros hiperdocumentos.

No final dos anos 80 e início dos anos 90, um novo movimento sócio-cultural originado pelos jovens profissionais das grandes metrópoles e dos *campi* americanos tomou rapidamente uma dimensão mundial. As diferentes redes que se

formaram desde os anos 70 se juntaram umas às outras, enquanto o número de pessoas e de computadores conectados à inter-rede começou a crescer de forma exponencial. Uma corrente espontânea e imprevisível impôs um novo curso ao desenvolvimento técnico econômico. As tecnologias digitais surgiram como a infraestrutura do ciberespaço, um novo território de comunicação, de organização e de transação, e também um novo mercado de informação e conhecimento.

Apesar da técnica em si não nos interessar para este estudo, é necessário expor as grandes tendências da evolução técnica contemporânea para abordar as mutações sociais e culturais que as acompanham. As projeções sobre os usos sociais do virtual devem integrar esse movimento permanente de crescimento de potência, redução nos custos e descompartmentalização. Tudo nos leva a crer que essas três tendências irão continuar no futuro.

Em apenas poucos parágrafos realizamos uma longa viagem. A descentralização, nascida como possibilidade com o telégrafo, reordenou o mundo quase que por completo ao final da Segunda Guerra Mundial. Mas um mundo global descentralizado é um mundo com grandes necessidades de gestão, um mundo que precisa de computadores e de informação instantânea. Informação, tecnologia e criatividade pesarão cada vez mais no valor da produção. O PC e a Internet são as formas que, sob uma estrutura distribuída, a informática e a transmissão de dados assumem.

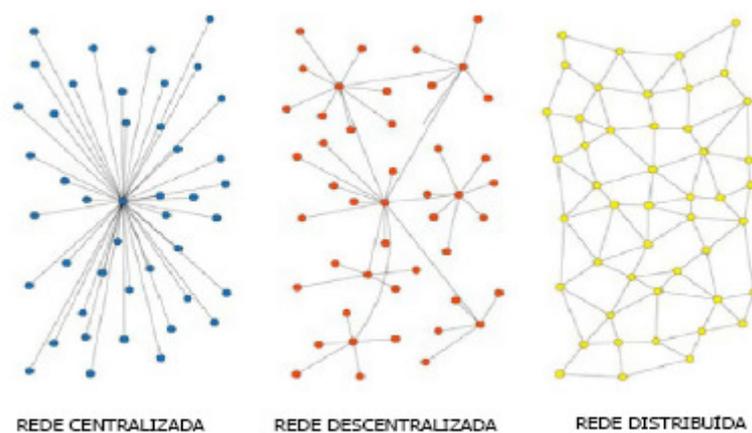
A estrutura da informação como temos presenciado introduz valores. A tendência é uma ética do trabalho baseada no reconhecimento e não na remuneração; é uma ética do tempo na qual desaparece a divisão calvinista entre o trabalho, entendido como castigo divino, e o tempo livre, associado ao gozo. Tais valores tendem a se incorporar ao desenho de novas ferramentas e às mudanças

culturais e políticas que provocarão. Sim: mudanças políticas. Porque a mudança na estrutura da informação que a Internet supõe abre as portas a uma nova distribuição do poder. Com a Internet conectando milhões de computadores hierarquicamente iguais, nasce a era das redes distribuídas, que abre a possibilidade de passar de um mundo de poder descentralizado a outro mundo de poder distribuído. O mundo que estamos construindo, de redes distribuídas, é o que veremos na seção seguinte.

3.3 AS REDES DISTRIBUÍDAS

A figura a seguir ilustra a estrutura de um projeto que mais tarde se converteria na Internet. Os três gráficos unem os mesmos pontos de diferentes maneiras. São disposições tecnicamente denominadas topologias e que descrevem formas completamente diferentes de se organizar uma rede:

Figura 2: Redes centralizadas, descentralizadas e distribuídas



A ilustração nos mostra que a grande maioria dos novos fenômenos sociais e políticos com que nos deparamos podem ser entendidos através da diferença entre um mundo no qual a informação se distribui em uma rede descentralizada, e outro em que o faz em uma rede distribuída.

Como afirma Ugarte: “Em toda estrutura descentralizada aparece, necessariamente, a hierarquia. Quanto mais alto estivermos na pirâmide da informação, menos dependeremos de outros para receber informações, e mais possibilidades teremos de transmiti-las” (2008, p. 34).

Como já vimos anteriormente, a capacidade de transmitir informações é uma condição prévia à ação política e em toda estrutura descentralizada, tal capacidade concentra-se, na realidade, em alguns poucos nodos. Já nas redes distribuídas, que presenciamos hoje, ninguém depende exclusivamente de ninguém para poder emitir sua mensagem. Não há filtros únicos. Em ambas, descentralizadas e distribuídas, tudo se conecta com tudo; porém, nas distribuídas, a diferença efetiva está no fato de que os emissores não precisam passar obrigatoriamente e sempre pelos mesmos nodos para poder chegar a outros.

Isso não significa que as redes distribuídas não têm formas políticas de organização. Estamos tão habituados a conviver com redes descentralizadas, que a organização da representação e a organização da ação coletiva se confundem. Hoje, infelizmente, a grande maioria das pessoas considera democracia como sinônimo de eleição de representantes, isto é, de nodos filtro. O que define a rede distribuída é que todo indivíduo decide sobre si mesmo, mas carece da capacidade e da oportunidade para decidir sobre qualquer dos demais atores. Dessa forma, toda rede distribuída é uma rede de iguais, ainda que existam nodos mais conectados que outros. Mas o importante aqui é que em um sistema desse tipo, a tomada de decisão

não é binária. Não temos a lógica cartesiana do “sim” ou “não”. O que encontramos é “em maior ou menor medida”. Alguém propõe e somam-se a ele quem quer.

Quando a rede distribuída entra em confronto com a descentralizada, a distribuída leva vantagens na capacidade de mobilização e reflexo. Há muitos exemplos que podem comprovar isso. Nos últimos anos, os governantes que imaginaram que bastaria controlar os filtros tradicionais, os meios de comunicação de massa, para condicionar os cidadãos, assegurando-se de que só chegaria a eles a informação conveniente, muitas vezes foram colocados em confronto com milhares de cidadãos nas ruas. Em alguns casos, como por exemplo, na Espanha, que será um dos nossos estudos de caso, levou-os até a perder o poder.

O fundamental é entender que essas ciberturbas teriam sido impensáveis sem o nascimento de um novo meio de comunicação distribuído, que elimina a separação emissor/receptor, característica dos meios dos modelos centralizado e descentralizado. Sua potência reside no fato de que desaparece a capacidade de filtro: eliminar ou filtrar um nodo ou um conjunto de nodos não impedirá o acesso à informação. Ao contrário do sistema informativo descentralizado, nascido do telégrafo, é impossível derrubar pontes e controlar a informação que chega aos nodos finais mediante o controle de alguns emissores.

Em resumo, as redes distribuídas expandiram a nossa autonomia pessoal com relação às instituições estabelecidas. A rede nos permite atuar socialmente sem ter que contar com a mediação de nodos ou filtros e assim desenha-se uma nova perspectiva social e política: um mundo de fronteiras difusas sem mediadores profissionalizados e sem elites filtradoras.

Diante desse contexto, na próxima seção veremos como se organiza o ciberespaço, permitindo que todos nós possamos ser ciberativistas, com liberdade e autonomia.

3.4 CIBERESPAÇO E CIBERCULTURA

As tecnologias da comunicação e da informação trouxeram consigo o surgimento de alguns neologismos e torna-se importante, para nos aprofundarmos em nosso tema, trazê-los aqui, explicá-los e analisá-los. Apesar de serem termos já conhecidos e de já terem sido abordados anteriormente, nesta seção vamos investigar o ciberespaço e nos aprofundar no que vem a ser a cibercultura.

O ciberespaço, que também chamamos de rede, é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo de informações que ele abriga e os seres humanos que nele navegam e o alimentam. Esse novo meio tem a vocação de servir de interface e de colocar em sinergia todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. A perspectiva de digitalização geral das informações tende a tornar o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade no século XXI. É nesse meio que se desenvolve o que chamamos de cibercultura, que especifica o conjunto de técnicas materiais e intelectuais de práticas, atitudes, modos de pensamento e valores, que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.

Podemos dizer que três princípios orientaram o crescimento inicial do ciberespaço: a interconexão, a criação de comunidades virtuais e a inteligência

coletiva. Uma das pulsões mais fortes na origem do ciberespaço é a interconexão. A conexão é sempre preferível ao isolamento. A interconexão provoca uma mudança na física da comunicação: passamos da noção de canal para uma sensação de espaço envolvente. Os veículos de comunicação não estariam mais no espaço, contudo, através das tecnologias todo o espaço se tornou um canal interativo. A cibercultura aponta assim para uma civilização da tele-presença generalizada. Para além de uma física da comunicação, a interconexão constitui a humanidade em um ambiente sem fronteiras, com seres e coisas unidos em uma comunicação interativa.

Apoiados na interconexão temos o desenvolvimento das comunidades virtuais. Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação e troca, independente de proximidades geográficas ou filiações institucionais. É importante ressaltar que as relações *online*, longe de serem frias, não excluem emoções fortes. Além disso, a responsabilidade individual e a opinião pública não desaparecem no ciberespaço. Podemos dizer que a comunicação mediada não substitui pura e simplesmente os encontros físicos, mas sim, em grande parte do tempo, os complementa.

A ética implícita nas comunidades virtuais é a da reciprocidade. Sendo assim, podemos dizer que a cibercultura é a aspiração da construção de um laço social, não fundado sobre ligações territoriais ou relações de poder, mas sobre a reunião em torno de interesses comuns, em processos abertos à colaboração. As comunidades virtuais baseiam-se em relações desterritorializadas, transversais e livres.

Um grupo humano só se interessa em constituir-se como comunidade virtual para aproximar-se do ideal do coletivo inteligente, mais imaginativo, mais rápido e

mais capaz de aprender e de inventar que um coletivo gerenciado. Reconhecemos que o melhor uso que podemos fazer do ciberespaço é colocar em sinergia os saberes e as imaginações daqueles que estão conectados a ele.

Dessa forma, cada um dos três aspectos constitui condição necessária para o desenvolvimento da cibercultura: não há comunidade virtual sem interconexão, não há inteligência coletiva em grande escala sem virtualização ou desterritorialização das comunidades no ciberespaço. A interconexão condiciona a comunidade virtual, que é uma inteligência coletiva em potencial.

Não podemos, de forma alguma, encarar a tecnologia como um ser autônomo, separado da sociedade e da cultura. Como aponta Levy (1999b), a técnica é um ângulo de análise dos sistemas sócio-técnicos globais, um ponto de vista que enfatiza a parte material e artificial dos fenômenos humanos, e não uma entidade real, que existiria independente do resto. As atividades humanas abrangem, de maneira indissolúvel, as interações entre pessoas vivas e pensantes, entidades materiais naturais e artificiais e idéias de representações. É impossível separar o homem de seu ambiente natural, da mesma forma que não podemos separá-lo dos signos e das imagens as quais ele atribui sentido.

Dessa forma, as imagens, as palavras, as construções de linguagem encontram-se arraigadas na alma humana, fornecendo meios e razões de viver aos homens e suas instituições, e são recicladas por grupos organizados e instrumentalizados, como também por tecnologias de comunicação. Assim, a distinção entre cultura, sociedade e técnica é apenas conceitual. Ao invés de falarmos em impacto das tecnologias, podemos falar em produtos de uma sociedade e de uma cultura. Entendemos aqui, de acordo com Levy (1999b), cultura como a dinâmica das representações, sociedade como as pessoas e seus laços, suas trocas

e relações de forças e técnica como artefatos eficazes. As verdadeiras relações não são criadas entre a tecnologia, que seria a ordem da causa, e a cultura, que sofreria seus efeitos; e sim são criadas entre um grande número de atores humanos que inventam, produzem, utilizam e interpretam as técnicas de diferentes formas.

Aquilo que identificamos como novas tecnologias recobre na verdade a atividade multiforme de grupos humanos, em um devir coletivo complexo que se cristaliza, sobretudo, em volta de dispositivos de comunicação. O ciberespaço não determina automaticamente o desenvolvimento de uma inteligência coletiva, apenas fornece a essa inteligência um ambiente propício.

Sem perder de vista o contexto apresentado acima, podemos compreender a cibercultura, segundo Lemos (2003), como a forma sociocultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base micro-eletrônica, que surgiram da convergência das telecomunicações com a informática na década de 70. A cibercultura é assim cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais e é consequência direta da evolução da cultura técnica moderna. Hoje, vivemos a cibercultura.

Não podemos entender a cibercultura sem sua perspectiva histórica, sem compreendermos os diversos desdobramentos sociais, históricos, econômicos, culturais, cognitivos e ecológicos da relação do homem com a técnica. A cibercultura nasceu no desdobramento da relação da tecnologia com a modernidade, que se caracterizou pela dominação através do projeto racionalista-iluminista, da natureza e do outro. Se para Heidegger (1954) a essência da técnica moderna estava na requisição energético-material da natureza para a livre utilização científica do mundo, a cibercultura seria uma atualização dessa requisição, centrada agora na transformação do mundo em dados binários para futura manipulação humana.

A partir da década de 60, a emergência de novas formas de sociabilidade transformaram, desviaram e criaram relações inusitadas do homem com as tecnologias de informação e comunicação. Ao atingir a comunicação, as tecnologias tornaram-se mídias e nos libertaram de amarras espaço-temporais. Neste sentido, se a modernidade pode ser caracterizada como uma forma de apropriação técnica do social, a cibercultura se caracteriza por diversas formas de apropriação sócio-midiática da técnica.

Toda mídia altera a nossa relação espaço-temporal, emitindo informação para além do espaço e do tempo. Na contemporaneidade, vivenciamos uma sensação de tempo real, imediato e de ausência do espaço físico-geográfico. O tempo real pode inibir a reflexão, o discurso bem construído e a argumentação. Mas, por outro lado, permite a potência da ação imediata, o conhecimento simultâneo e complexo, a participação ativa nos diversos fóruns sociais. Vivemos uma nova conjuntura espaço-temporal marcada pelas tecnologias digitais, onde o tempo real parece desmaterializar o “espaço de lugar” Castells (2003), criando espaços de fluxos e redes mundiais em tempo real. Assim, se permite a ampliação das formas de ação e comunicação sobre o mundo.

Essa nova dinâmica técnico-social da cibercultura instaura uma estrutura midiática ímpar na história da humanidade, onde, pela primeira vez, qualquer indivíduo pode, a princípio, emitir e receber informação em tempo real, sob diversos formatos e modulações, para qualquer lugar do planeta. Esse fenômeno inédito alia-se ainda a uma transformação fundamental para a compreensão da cibercultura: a transformação do computador pessoal em um instrumento coletivo móvel que, conseqüentemente, cria novas formas de relação social, bem como novas

modalidades de comércio, entretenimento, trabalho, educação etc. A rede é tudo e tudo está em rede.

A conexão generalizada traz uma nova configuração comunicacional onde o fator principal é a inédita liberação do pólo da emissão (*chats*, fóruns, *emails*, listas, *blogs*, páginas pessoais) depois de séculos de dominação pelo exercido controle da emissão pelas mídias de massa. A Internet é um ambiente, uma incubadora de instrumentos de comunicação e não uma mídia de massa, no sentido corrente do termo. Trata-se da migração dos formatos, da lógica da reconfiguração e não do aniquilamento de formas anteriores.

As novas ferramentas de comunicação geram efetivamente novas formas de relacionamento social. A cibercultura é repleta de novas maneiras de se relacionar com o outro e com o mundo. Não se trata, mais uma vez, de substituição de formas estabelecidas de relação social e sim do surgimento de novas relações mediadas. Não é transposição e não é aniquilação. Estamos mais uma vez diante da liberação do pólo da emissão, do surgimento de uma comunicação bidirecional sem controle de conteúdo. E novos instrumentos surgem a cada dia.

É recorrente ouvirmos falar sobre a ausência de referência física, sobre o perigo e a dificuldade em se estabelecer relações de confiança em formas midiáticas, como fatores principais dessas novas práticas sociais. Obviamente que questões inéditas surgem, mas as diferenças devem ser matizadas já que várias práticas guardam semelhanças com as formas sociais e os papéis que desempenhamos no dia-a-dia fora da rede. A relação face a face guarda semelhanças com as relações *online*.

Podemos dizer que as relações *online* são diferentes das relações de proximidade tipo face a face, mas guardam aproximações com o espaço das

teatralizações cotidianas, como analisou Goffman (1982). Desempenhamos papéis diferentes em diferentes situações sociais e, nesse sentido, a relação com o outro é sempre complexa e problemática, na rede e fora dela. No fundo, todo o conflito está na contradição entre sermos em função do outro e delegar ao outro as nossas mazelas e problemas. Devemos assim estar atentos para a potência do instrumento característico da cibercultura e constatarmos que hoje o maior uso da Internet é para busca efetiva de conexão.

Fazendo um resumo das questões relativas à cibercultura, vamos apresentar três pressupostos com o objetivo de sistematizá-la. Essas questões podem ser úteis para análise dos variados aspectos da sociedade contemporânea. O primeiro seria o pressuposto da reconfiguração. Devemos evitar a lógica da substituição ou do aniquilamento. Várias expressões da cibercultura tratam de reconfigurar práticas, modalidades midiáticas, espaços, sem a substituição de seus respectivos antecedentes.

O segundo pressuposto seria a liberação do pólo da emissão. As diversas manifestações socioculturais contemporâneas mostram que o que está em jogo com o excesso de informação é a emergência de vozes e discursos, anteriormente reprimidos pela edição da informação feita pelos meios de comunicação de massa. A liberação do pólo da emissão está presente nas novas formas de relacionamento social, de disponibilização da informação e na opinião e movimentação social da rede. Assim *chats*, *blogs*, *sites*, listas, novas modalidades midiáticas, *emails*, comunidade virtuais, entre outras formas sociais, podem ser compreendidas por esse segundo pressuposto.

O terceiro é o da conectividade generalizada, que começou com a transformação do computador pessoal em computador coletivo. As diversas redes

sócio-técnicas contemporâneas mostram que é possível estar só sem estar isolado. A conectividade generalizada põe em contato direto além de homens e homens, e homens e máquinas, também máquinas e máquinas, que passam a trocar informação de forma autônoma e independente. Nessa Era da Conexão, o tempo reduz-se ao tempo real e o espaço transforma-se em não-espaço. O espaço real e o tempo cronológico têm suas importâncias renovadas.

Devemos compreender o fenômeno como uma nova forma de relação social, trazida à tona pelas tecnologias digitais. Assim, ver o outro e ser visto, trocar mensagens e entrar em fóruns de discussão é, de alguma forma, buscar o sentimento de ligação. A cibercultura instaura novas formas de exercício dessa relação. E como diz Lemos “busca-se assim, fazer da vida uma obra de arte, a arte da vida, como forma de apropriação e de liberalização do pólo da emissão. As práticas comunicacionais pessoais atuais da cibercultura mostram a pregnância social para além da assepsia ou simples robotização”. (2003, p. 16).

Essas novas relações afirmam que as tecnologias têm engendrado uma inteligência coletiva, com comunidades virtuais emancipatórias, e uma cidadania planetária e interativa, que re-significam os espaços territoriais e aperfeiçoam uma ciberdemocracia, conforme veremos na seção seguinte.

3.5 CIBERATIVISMO E CIBERDEMOCRACIA

O desenvolvimento das comunidades virtuais e da cibercultura é um dos eventos mais importantes da contemporaneidade, visto que faz emergir uma forma nova de socialização. Podemos vislumbrar o uso da tecnologia para novas propostas sociais, e para tal temos evidências concretas do seu uso para propostas

humanitárias e democráticas nas práticas da sociedade civil. As comunidades virtuais constituem assim o fundamento social e a chave da ciberdemocracia.

O fortalecimento dessas comunidades e a possibilidade de manifestações globais levam a diferentes compreensões de democracia, que não se restringem mais apenas à democracia representativa clássica, mas, sobretudo, ao que se produz numa ciberdemocracia. Segundo Levy (2002):

“Quando em geral a democracia eletrônica faz pensar em voto eletrônico, defendo aqui a idéia de que o essencial da renovação democrática da cibercultura se deve a um aumento da transparência dos governos (e da vida social em geral), assim como a emergência de novos espaços (virtuais) de deliberação e diálogo político. Nem os jornais, os salões e os cafés do século XIX, nem a abundância midiática e televisiva do fim do século XX haviam permitido semelhante acessibilidade à informação política, semelhante abertura do espaço de conversação, semelhante disponibilidade de instrumentos ao serviço do cidadão no sentido de influenciar seus representantes.” (p. 117).

A espantosa disponibilidade de informações de toda a espécie sobre a vida política, assim como a frequência de fóruns de discussão, civilizados e bem organizados, tornam o debate político cada vez mais transparente e preparam uma nova era do diálogo político, que conduz à democracia a um estágio superior: a ciberdemocracia.

A realização das previsões de McLuhan, a consciência global, hoje possível pelo uso das tecnologias, também colaboram para a construção de um Estado transparente. A novidade trazida pela Internet é a possibilidade dos movimentos da sociedade civil se organizarem e se coordenarem em tempo real e escala planetária.

Desse modo, a cibercidadania surgida na sociedade em rede pode ser caracterizada também pelo acesso aos meios que garantem a interatividade, tanto entre os cidadãos quanto entre os distintos atores na sociedade, públicos ou privados. Nesse sentido, são relevantes não apenas os recursos materiais, dados

pela condição econômica, mas em especial os recursos simbólicos controlados pelos indivíduos para o exercício da cidadania interativa. Segundo Castells (2001):

“os movimentos sociais do século XXI, ações coletivas deliberadas que visam à transformação de valores e instituições da sociedade, manifestam-se na e pela Internet, assim como os ambientalistas, feministas, movimentos de direitos humanos [...], numa lista infindável de projetos sociais e causas políticas.” (p. 114).

Os movimentos sociais na sociedade em rede têm como característica serem mobilizados em torno de valores culturais e preencherem o vazio deixado pela crise das organizações herdadas da Era Industrial. As comunidades virtuais apontam para novas formas de mobilização e articulação que confirmam o foco nas idéias, ações e transformações na vida cotidiana, muito distante da articulação política partidária tradicional, mais condicionada ao poder.

Como vimos até agora, nunca a tecnologia havia sido tão instrumental, tão pouco protagonista por si mesma, como tem sido na sociedade contemporânea. Ainda nos anos 90 Arquilla e Ronsfeld (2000) apontaram que a revolução informacional está mudando a forma pela qual as pessoas lutam ao longo de todo o espectro do conflito. Apontam também que o estão fazendo, fundamentalmente, mediante a melhoria da potência e da capacidade de ação de pequenas unidades, favorecendo a emergência de formas reticulares de organização, doutrina e estratégia, que tornam cada vez mais difícil a vida das grandes e hierárquicas formas tradicionais de organização. A tecnologia importa sim, porém subordinada à forma organizacional que se adota ou desenvolve. Hoje, a forma emergente de organização é a rede.

Neste mundo reticular, com a multiplicidade de agentes que atuam com autonomia, coordenando-se espontaneamente na rede, a luta se dá em múltiplos canais; ocorre simultaneamente em muitas frentes e do aparente caos emerge uma

ordem espontânea, o *swarming*, tão letal para as velhas instituições organizativas. Essa coordenação, na maioria dos casos, não demanda sequer uma direção consciente ou uma direção centralizada. O *swarming* é a forma do conflito na sociedade em rede, a forma na qual o poder é controlado no novo mundo e, no seu devido tempo, a forma em que o novo mundo alcança a sua tradução do virtual ao material.

Os movimentos em um mundo de redes distribuídas surgem por auto-agregação espontânea, de tal forma que planificar o que se vai fazer, quem e quando o fará, não tem nenhum sentido, porque não saberemos “o quê”, até que “o quem” tenha atuado. Conforme analisa Ugarte (2008), o ciberativismo hoje está baseado no desenvolvimento de três vias unidas pelo empoderamento das pessoas: o discurso, as ferramentas e a visibilidade.

Para entendermos o desenvolvimento do discurso, assumimos que o ciberativismo de sucesso tem muito de profecia autocumprida. Quando se alcança um determinado limiar de pessoas que não só querem, mas que também acreditam que podem mudar as coisas, a mudança se torna inevitável. Por isso os novos discursos partem do empoderamento, de relatos de indivíduos ou pequenos grupos com causa que transformam a realidade com vontade, imaginação e engenho. Conforme Urrutia (2008), podemos definir ciberativismo como:

“toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do boca a boca multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal”. (p. 77).

O ciberativismo não é uma técnica, mas uma estratégia. Fazemos ciberativismo quando publicamos na rede esperando que os que lêem avisem aos outros, e assim a informação se multiplique. Estamos todos enredados nele.

Podemos dizer que existem duas formas básicas de estratégia. A primeira é a lógica de campanha, isto é, construir um centro, propor ações e difundir a idéia. A segunda é iniciar um *swarming*, um grande debate social distribuído, com conseqüências de início imprevisíveis. Ambas as estratégias requerem formas de comunicação muito diferenciadas. Na primeira se propõe um tema, ao estilo do ativismo tradicional, um antagonista, algumas medidas a defender e uma forma de mobilização. Convidam-se as pessoas a aderir, mas não para idealizar a campanha. Na segunda, inicia-se um tema e espera-se que ele esquente no processo deliberativo até desembocar espontaneamente em uma ciberturba ou em um novo consenso social.

Esses novos mitos não impõem uma hierarquia de valores estrita, um jogo de valores ou um credo. Eles propõem níveis, vias de uma determinada maneira de se olhar o mundo, de um certo estilo de vida que será o verdadeiro aglutinante da rede. Por isso, toda essa lírica discursiva traz implícito um forte componente identitário, que facilita por sua vez a comunicação entre pares desconhecidos, sem que seja necessária a mediação de um centro e assegurando o caráter distribuído da rede, sua robustez de conjunto.

É também de fundamental importância o desenvolvimento de ferramentas que tornem claramente visível a possibilidade de uma ação social aos indivíduos. O ciberativismo se reitera no mito do “faça você mesmo”, da potência do indivíduo para gerar consensos e transmitir idéias em uma rede distribuída. A idéia é que se desenvolvam ferramentas e as coloque à disposição pública. E sempre haverá quem saiba o que fazer com elas. As ferramentas não são neutras. Desde arquivos descarregáveis para fazer modelos, volantes e camisetas, até *software* livre para

fazer e federar *blogs*, passando por manuais de resistência civil não-violenta, com pequenos gestos cotidianos para sua disseminação.

As ferramentas devem ser pensadas para que as pessoas, mediante pequenos gestos, possam se reconhecer em outras pessoas como elas. A visibilidade do dissenso e a ruptura da passividade são o ápice da estratégia do empoderamento. A visibilidade é algo por que se tem que lutar permanentemente. Primeiro *online* e depois *offline*. A visibilidade é fundamental para se alcançar que a informação e as idéias se propaguem por meio de um número de pessoas com crescimento exponencial. É aí que reside a importância simbólica e real das ciberturbas, manifestações espontâneas convocadas por meio do “passe adiante”, *blog a blog*, boca a boca e SMS a SMS.

Um ciberativista é alguém que utiliza as tecnologias de informação e comunicação para difundir um discurso, colocando à disposição pública ferramentas que devolvam às pessoas o poder e a visibilidade até então monopolizados pelas instituições. Um ciberativista é uma enzima do processo pelo qual a sociedade deixa de se organizar em redes hierárquicas descentralizadas e passa a constituir-se em redes distribuídas basicamente igualitárias.

A potência das redes distribuídas só pode ser aproveitada plenamente por aqueles que crêem em um mundo de poder distribuído e, em um mundo assim, o conflito informativo adota a forma de um *swarming*, no qual os nodos vão sincronizando mensagens até propiciarem uma mudança na agenda pública.

No capítulo seguinte veremos, no contexto das informações já discutidas nos capítulos dois e três, como se configura a Era da Conexão e as possibilidades desenvolvidas com o advento da sociedade em rede.

4 AS POSSIBILIDADES NO CIBERESPAÇO

As tecnologias de informação e comunicação têm desenhado perspectivas ousadas e inimagináveis nas relações entre pessoas, comunidades e governos. Este capítulo visa apresentar a Era da Conexão na qual vivemos hoje e ainda explicitar alguns conceitos e analisar as manifestações sociais e políticas organizadas com o apoio de ferramentas do ciberespaço.

A informatização da sociedade, que começou na década de 70, caracterizou-se pela convergência tecnológica e pela informatização total das sociedades. No início do século XXI nos deparamos com o surgimento de uma nova fase da Sociedade da Informação, iniciada na década e 80 com a popularização da Internet. Essa nova fase, a partir da popularização dos telefones celulares, das redes de acesso à Internet sem fio (*Wi-Fi* e *Wi-Max*) e das redes caseiras de proximidade, com a tecnologia *Bluetooth*, radicalizou o desenvolvimento da computação sem fio, pervasiva e ubíqua. Os termos ubiqüidade e pervasividade são praticamente sinônimos. A computação pervasiva define-se por possuir os meios de computação distribuídos no ambiente de trabalho dos usuários, de forma perceptível ou imperceptível. Por essa definição, o computador seria capaz de detectar e extrair dados e variações do ambiente, gerando automaticamente modelos computacionais, controlando, configurando e ajustando aplicações conforme as necessidades dos usuários e dos demais dispositivos. A computação pervasiva, portanto, caracteriza-se pela introdução de *chips* em equipamentos e objetos que passam a trocar informações e está diretamente ligada à idéia de ubiqüidade. A computação ubíqua significa aquela que está ao mesmo tempo em toda a parte, isto é, o foco dos usuários é voltado para a tarefa e não para a ferramenta, utilizando-se de computação sem perceber ou necessitar de conhecimentos técnicos. Portanto, a

melhor definição para a computação ubíqua seria: integração entre a mobilidade e a presença distribuída, em grande parte imperceptível, inteligente e altamente integrada dos computadores e suas aplicações em benefício dos usuários.

O que está em jogo no século XXI são profundas transformações nas práticas sociais, na vivência do espaço urbano e na forma de produzir e consumir informação. Como aponta Lemos, “a cibercultura solta as amarras e desenvolve-se de forma onipresente, fazendo com que não seja mais o usuário que se desloca até a rede, mas a rede que passa a envolver os usuários e os objetos numa conexão generalizada”. (2005, p. 2).

O desenvolvimento da cibercultura deu-se com o surgimento da micro-informática nos anos 70, a convergência tecnológica e o estabelecimento dos computadores pessoais. Nos anos 80 e 90 tivemos popularização da Internet e a transformação do computador pessoal em computador coletivo, conectado ao ciberespaço. A partir de então, a rede é o computador e este uma máquina em conexão. Lemos (2005) aponta essa nova fase como a “Era das Conexões”.

Nesse contexto, entendemos por mobilidade o movimento do corpo entre espaços, localidades, espaços privados e públicos. Com a interface entre mobilidade, espaço físico e ciberespaço, surgem novas práticas do espaço urbano. A Era das Conexões não é apenas a era da expansão dos contatos sobre a forma de relação mediada. O que temos hoje são computadores coletivos móveis.

Após a primeira fase da micro-informática, nos anos 70 e 80, com os computadores pessoais e a segunda, nos anos 80 e 90, com a popularização da Internet, os computadores sem conexão tornaram-se subaproveitados. Hoje o computador é de fato a grande rede. O que encontramos são computadores coletivos estabelecidos com a computação ubíqua sem fio. Trata-se da ampliação de

formas de conexão entre homens e homens, máquinas e homens, e máquinas e máquinas, motivadas pelo nomadismo tecnológico da cultura contemporânea e pelo desenvolvimento da computação ubíqua e pervasiva. Há uma continuação natural de processos de emissão generalizada e de trabalho cooperativo da primeira fase dos computadores coletivos (*blogs, fóruns, chats, software* livres etc). Na Era da Conexão, dos computadores coletivos, a rede transforma-se em um ambiente generalizado de conexão, envolvendo o usuário em plena mobilidade, como veremos em seguida.

4.1 A ERA DA CONEXÃO E DA MOBILIDADE

A Era da Conexão é a Era da Mobilidade. A Internet sem fio e a telefonia celular de última geração trazem novas questões em relação ao espaço público e espaço privado. Com a privatização do espaço público, em que nos conectamos a Internet ou falamos ao celular em uma praça, por exemplo, redefinimos o uso do “espaço de lugar e dos fluxos”, termo apresentado por Castells (2003). Cada vez mais deixamos rastros dos nossos percursos no cotidiano, alterando significadamente a noção de privacidade e a relação social em grupo.

Nas cidades contemporâneas, os tradicionais espaços de lugar, como rua, praças, avenidas e monumentos, estão gradativamente transformando-se em espaços comunicacionais, lugares digitais. As comunicações móveis estão promovendo uma reconfiguração do espaço e tempo, processo que implica na forma e propósito da comunicação, definem o público e privado e não mais o espaço no qual a comunicação acontece. Dessa forma, as práticas contemporâneas ligadas às tecnologias da cibercultura têm configurado a cultura contemporânea como uma

cultura da mobilidade. As sociedades estão imersas em um processo de territorializações e desterritorializações sucessivas, de práticas nômades e tribais, tanto em termos de subjetividade como de deslocamentos e afinidades, de reconfiguração dos espaços urbanos e de constituição de uma sociologia da mobilidade.

A idéia da mobilidade é central para se conhecer as novas características das cidades contemporâneas no que diz respeito às tecnologias em relação ao espaço público. Essas transformações sociais colocam em sinergia mobilidade e tecnologias de comunicação sem fio. A comunicação sem fio torna-se pano de fundo do ambiente humano natural. As tecnologias desaparecem, entrelaçam-se no tecido da vida cotidiana até tornarem-se indistinguíveis. As máquinas e objetos comunicacionais encontram-se imersos no cotidiano, de forma onipresente. Trata-se, efetivamente, de uma fusão, do surgimento de práticas híbridas entre o espaço físico e o espaço eletrônico. Essa nova configuração vai disseminar práticas de nomadismo tecnológico, onde as tecnologias tornam-se cada vez mais pervasivas, transparentes e ubíquas.

Nesse sentido, podemos dizer que as sociedades estão se tornando “nômades globais na savana digital” (MEYROWITZ, 2004), fazendo um resgate à cultura nômade primitiva. Para Meyrowitz, o mundo atual, marcado pelas tecnologias móveis e pelas diversas formas de flexibilidade social, está colocando a cultura contemporânea numa forma de organização social mais fluida, com papéis menos rígidos e lugares sociais intercambiáveis, o que se aproxima muito da forma social dos primeiros agrupamentos humanos. Com o desenvolvimento da Era da Conexão, Meyrowitz (2004) diz que:

“De várias maneiras, nós retornamos a experiências semelhantes e aos papéis imprecisos dos nômades. Mais uma vez, nós

enfrentamos a dificuldade de escapar uns dos outros. De fato, é cada vez mais difícil separar uma esfera social da outra, uma atividade da outra, uma área de conhecimento e experiência da outra” (p. 25).

Termos que pensar no novo paradigma do “social como mobilidade”, já que a sociedade da mobilidade se configura como um fluxo internacional de imagens, informação, migrações, turismo, fluxo de capital financeiro, nos colocando em meio a uma sociedade dos fluxos planetários, conforme analisa Castells (2003).

Pensar a sociedade hoje é pensar em termos de territorializações e desterritorializações, em termos de mobilidade urbana, de não-lugares intercambiáveis, de cidades globais. A metáfora que mais se aproxima do estado social atual é a da sociedade em rede. Para Castells (2003), as redes constituem a nova morfologia social das nossas sociedades e a difusão da lógica das redes modifica substancialmente a operação e as consequências dos processos de produção, experiência, poder e cultura.

4.2 CIBERCIDADES E TERRITÓRIOS INFORMACIONAIS

Na sociedade da informação, a mobilidade social, a relação com o espaço urbano e as formas comunicacionais passam por profundas transformações. O desenvolvimento dos meios de comunicação se dá na própria dinâmica da industrialização e da urbanização da Era Moderna. As mídias reconfiguram os espaços urbanos, dinamizam o transporte público e tornam mais complexo esse organismo-rede que são as cidades.

A comunicação móvel promove mudanças na referência do local; o espaço de interação passa a ser definido no interior dos fluxos de comunicação. As pessoas

estão aqui e lá, lá e aqui, numa constante combinação de lugares. Os lugares não desaparecem, mas passam a existir como pontos de convergência das redes de comunicação estabelecida, de acordo com suas necessidades e propósitos.

Na paisagem comunicacional contemporânea qualquer um pode produzir, armazenar e fazer circular informação sobre vários formatos. Dessa forma, o cenário das metrópoles contemporâneas e o reflexo das práticas comportamentais e discursivas sobre a arquitetura das cidades refletem um declínio na centralidade, com a desvalorização das dimensões físicas. Para Castells (2003), a Era da Informação está produzindo uma nova forma urbana, a cidade informacional. A interação entre as tecnologias de informação e os processos atuais de transformação social causa um grande impacto nas cidades e no espaço.

De um lado, o layout da forma urbana passa por uma grande transformação, mas essa transformação não segue um padrão único, universal, mas apresenta uma variação considerável que depende das características dos contextos históricos, territoriais e institucionais. Por outro lado, “a ênfase na interatividade entre os lugares rompe os padrões espaciais de comportamento em uma rede fluída de intercâmbios, que forma a base para o surgimento de um novo tipo de espaço, o espaço de fluxos”. (CASTELLS, 2003, p. 487).

As cidades contemporâneas podem ser entendidas como estruturas técnico-sociais que dão suporte para a mobilidade e o fluxo – fluxo de pessoas, mercadorias, informação, capital, resíduos e significado. O espaço de fluxos das mega cidades não se opõe ao espaço de lugar, pelo contrário, ele intensifica a conexão entre os dois espaços. As ruas, as praças e os monumentos, os lugares antropológicos das cidades, passam a ser interfaceados pelo espaço de fluxos, devido aos diversos dispositivos móveis de comunicação e a mobilidade proporcionada por sua utilização.

As cidades se desenvolvem como sociedades em rede - física, simbólica, cultural, política, imaginária e econômica. A particularidade contemporânea é a hegemonia de um conjunto de redes, as redes telemáticas, que passam a integrar e até mesmo a comandar as diversas redes que constituem o espaço urbano e as diversas formas de vínculo social que daí emergem.

A cidade é desde sempre artefato, e a particularidade atual está na sua relação estreita com as redes telemáticas. As tecnologias digitais e as novas formas de conexão sem fio criam usos flexíveis do espaço urbano: acesso nômade à Internet, conectividade permanente com os telefones celulares, objetos sencientes que passam informações aos diversos dispositivos, equipamentos com *bluetooth* que criam redes caseiras etc. A cidade contemporânea torna-se, assim, cada vez mais uma cidade da mobilidade, onde as tecnologias móveis passam a fazer parte de suas paisagens.

A cidade pós-industrial acena para a virtualidade e a para construção de espaços cibernéticos. As cidades virtuais, em que o acelerado processo de fluxos de informação desconhece distâncias e tempo, tomam outra dimensão de processos de agir, comprar, divertir-se, trabalhar etc. Implica em formas diferentes de usar a cidade e em mudanças em relação à referência nos centros urbanos. A centralidade espacial, como referência simbólica, perde o sentido. Segundo Guattari (1992):

“O ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado. Com isso, podemos dizer que seus territórios originários – corpo, clã, aldeia, culto, corporação – não estão mais dispostos em um ponto preciso da terra, mas se incrustam, no essencial, em universos incorporais. A subjetividade entrou no reino de um nomadismo generalizado”. (p. 169).

A desterritorialização marca a era da sociedade pós-industrial pela perda de controles fronteiriços, pela flexibilização das fronteiras, sejam políticas, econômicas, sociais e culturais, permitidas pelas rápidas comunicações e fluxos estabelecidos na

cibercultura. A desterritorialização é um fato, mas não implica necessariamente em uma perda de experiência ou empobrecimento de relações, visto que as comunidades hoje são semânticas, aglutinam-se em torno de temas e interesses comuns, fortalecendo a identidade e não a esvaziando. A insurgência de movimentos globais baseados na máxima “pensar globalmente e agir localmente” reflete essa ambigüidade da desterritorialização, que de fato ameaça o sentimento de pertencimento, mas não tem em si uma desconstrução da política ou da democracia, visto que hoje os conflitos e problemas são globais e exigem ações planetárias para sua solução.

Dessa forma, o processo de complexificação do organismo-rede se dá com as metrópoles cibernéticas contemporâneas, as “cibercidades” (Lemos 2004, 2005, 2007), que podem ser definidas como cidades onde as infra-estruturas de comunicação e informação já são uma realidade e as práticas daí advindas formam uma nova urbanidade. A essa urbanidade chamamos de “ciberurbe” (Lemos 2005). As cibercidades podem ser pensadas como formas emergentes do urbano na Era da Informação. Estas metrópoles estão se tornando cidades desplugadas, um ambiente generalizado de conexão, envolvendo o usuário em plena mobilidade, interligando máquinas, pessoas e objetos urbanos. Nas cidades contemporâneas, os tradicionais espaços de lugar (Castells, 2003) estão, pouco a pouco, se transformando em ambiente generalizado de acesso e controle da informação por redes telemáticas sem fio, criando zonas de conexão permanente e ubíquas: os territórios informacionais.

Na atual fase da mobilidade e das redes sem fio, estamos imersos em uma nova relação com o tempo, com o espaço e com os diversos territórios. Trata-se de formas de “desterritorialização”, como define Deleuze (1997) ou dos “espaços

líquidos” de Bauman (2001), em que podem entrar crises de fronteiras: do sujeito, da identidade, do espaço geográfico, da cultura, da política ou da economia. A sensação, na globalização atual, apesar de perdas de fronteiras e de desterritorialização, é principalmente de novas territorializações. O urbano é a alma das cidades e uma nova cidade institui por sua vez uma nova urbanidade. Assim sendo, podemos dizer que a nova forma física das cidades, a cibercidade, institui uma nova alma dessa cidade, o novo urbano, a ciberurbe. A cibercidade alimenta e cria a ciberurbe, que por sua vez alimenta e cria a cibercidade, assim como a dinâmica do virtual e do atual constituindo a realidade, segundo Levy (1999).

Nessa interface das cidades contemporâneas com as tecnologias de comunicação e informação, desde a gestão do planejamento urbano até as práticas corriqueiras do cotidiano, como terminais públicos, telefonia celular e *smart cards*, surgem as diversas facetas da Era da conexão. A mobilidade é vista como a principal característica das tecnologias digitais.

Mobilidade e cidades são indissociáveis. Essa relação é uma constante, mas novas dimensões emergem com as novas tecnologias digitais. Na próxima seção discutiremos, a partir da relação entre processos midiáticos e cidades, os novos processos comunicacionais em jogo com a cibercultura: as funções pós-massivas dos meios de comunicação.

4.3 MOBILIDADE E MÍDIAS DE FUNÇÕES PÓS-MASSIVAS

A relação entre mídias de massa e cidades surge a partir do século XVI com a formação da opinião e do público, primeiro pela imprensa e mais tarde pelos meios audiovisuais, o rádio e a televisão. O transporte à distância do pensamento criaram

as redes das primeiras cidades modernas e ganharam nova dimensão no século XIX com a Revolução Industrial e as mídias de função massiva. No final do século XX e início do século XXI, com a Era pós-industrial, deparamo-nos com processos comunicativos de função pós-massiva - Internet, celulares e suas diversas ferramentas, conforme veremos a seguir.

Na cidade industrial, os meios de massa – a imprensa, o rádio, o telefone e a televisão – configuraram o espaço urbano e até hoje são fundamentais para definir relações de trabalho, moradia e constituição urbana. A relação cidade-comunicação acompanha o desenvolvimento das tecnologias de comunicação. Se as cidades da Era Industrial constituíram sua urbanidade a partir do papel social e político das mídias de massa, as cibercidades contemporâneas estão constituindo sua urbanidade a partir de uma interação intensa entre mídias de função massiva e as novas mídias de função pós-massiva.

Por função massiva compreendemos um fluxo centralizado de informação, com o controle editorial do pólo de emissão por grandes empresas em processo de competição entre si, já que são financiadas pela publicidade. Busca-se, para manter as verbas publicitárias, sempre o *hit*, o sucesso de massa que resultará em mais verbas publicitárias e maior lucro. As mídias de função massiva são centradas, na maioria dos casos, em um território geográfico nacional ou local. As mídias e as funções massivas têm um importante papel social e político na formação do público e da opinião pública na modernidade. As funções massivas são aquelas dirigidas para a massa, ou seja, para pessoas que não se conhecem, que não estão juntas espacialmente e que têm assim, pouca possibilidade de interagirem.

As mídias de função pós-massiva, por sua vez, funcionam a partir de redes telemáticas, onde qualquer um pode produzir informação, atuando como emissor,

sem necessariamente haver empresas e conglomerados econômicos por trás. As funções pós-massivas não competem entre si por verbas publicitárias e não estão centradas sobre um território específico, almejam virtualmente todo o planeta. O produto é personalizável e, na maioria das vezes, atua em fluxos comunicacionais bidirecionais, de todos para todos, diferente do fluxo unidirecional de um para todos das mídias de função massiva. As mídias de função pós-massivas agem não por *hits*, mas por nichos, criando a possibilidade de oferta de inúmeros produtos que são para poucos, mas que pela estrutura da rede se mantêm disponíveis.

Dessa forma, um autor não precisa necessariamente passar para uma grande produtora de *hits* para viver de sua obra. Com novas ferramentas de funções pós-massivas ele pode dominar todo o processo criativo, criando sua comunidade de usuários, estabelecendo vínculos abertos entre eles, neutralizando a intermediação e interagindo diretamente com os nichos. Aí encontramos os três princípios fundamentais da cibercultura: a liberação da emissão, a conexão generalizada e a reconfiguração das instituições e da indústria cultural de massa.

Mais do que informativas, como as mídias de massa, as mídias pós-massivas criam processos mais comunicativos, por troca bidirecional de mensagens e informações entre consciências. As ferramentas comunicacionais com funções pós-massivas não funcionam com a centralização da informação, não estão necessariamente ligadas a empresas de comunicação, não se limitam a apenas enviar informação, não estão necessariamente ligadas à publicidade e ao marketing, pagantes pelas emissões, como também não são concessões do Estado e ou se limitam a uma cobertura geográfica precisa. Diferentemente dos meios de massa, os meios de função pós-massiva permitem a personalização, a publicação e a disseminação de informação de forma não controlada. Suas ferramentas possibilitam

processos de conversação, de interações e de comunicação. Em seu sentido mais nobre, têm uma importante dimensão política, podendo criar maneiras efetivas de comunicação e reapropriação do espaço físico, reaquecendo o espaço público, favorecendo a apropriação social das novas tecnologias de comunicação e informação e fortalecendo a democracia contemporânea.

No entanto, devemos pensar em termos de função e não de dispositivo, já que as funções massivas e pós-massivas estão presentes tanto nas mídias analógicas como nas digitais. Devemos pensar não em dualismos simplórios, mas em reconfiguração de sistemas. Dessa forma, o que temos hoje é um enriquecimento da paisagem comunicacional pela oferta de mais opções de acesso, de emissão livre e de circulação em redes planetárias. Hoje convivem, em permanente tensão, mídias desempenhando papéis massivos e pós-massivos, reconfigurando a indústria cultural e as cidades.

A cibercultura instaura assim uma estrutura midiática jamais vista até então, com funções massivas e pós-massivas, onde pela primeira vez qualquer indivíduo pode produzir e publicar informação em tempo real em diversos formatos e modulações, adicionar e colaborar em rede com outros.

Assim, a mobilidade informacional é o diferencial atual. O desenvolvimento da tecnologia da informação e da comunicação estabelece, no começo do século XXI, a passagem do acesso por presença física (Internet fixa por cabos), ao ambiente generalizado de conexão (comunicação móvel), que envolve o usuário em plena mobilidade. As cibercidades da cibercultura estão se constituindo hoje como ambientes generalizados de acesso pessoal e móvel à informação, construindo um “território informacional”, conforme veremos em seguida.

Conforme Lemos (2010), entendemos por territórios informacionais áreas de controle do fluxo informacional digital em uma zona de intersecção entre o ciberespaço e o espaço urbano. O acesso e o controle informacional realizam-se a partir de dispositivos móveis e redes sem fio. O território informacional não é o ciberespaço, mas o espaço movente, híbrido, formado pela relação entre o espaço eletrônico e o espaço físico. Ele cria um lugar, dependente dos espaços físico e eletrônico a que ele se vincula.

A idéia de território informacional está vinculada a uma forma identitária, criando um “lugar informacional” que se diferencia do espaço abstrato. Todo território é um lugar social de controle de fronteiras. Os territórios informacionais são lugares onde se exercem controles do fluxo de informação na ciberurbe, marcada pela imbricação dos espaços eletrônicos e físicos. As redes telemáticas planetárias de informação, em relação concreta com os espaços urbanos, constituem novos territórios informacionais. Esses se caracterizam como o interstício, como a interface das redes telemáticas e das redes físicas das cidades e seus espaços “de lugar”. São as ruas, cafés, restaurantes, pontos de ônibus, metrô, hotéis, praças etc. que compõem um ambiente generalizado de acesso onde qualquer pessoa pode, dentro do seu território informacional constituído através de suas senhas de acesso, enviar e receber informações multimodais, em mobilidade.

Trata-se de uma nova forma de mobilidade: a mobilidade por fluxos de informação, por territórios informacionais, que altera e modifica a mobilidade pelos espaços físicos da cidade, com a possibilidade de acesso, produção e circulação de informação em tempo real. Por exemplo, o uso de celular e sistemas de localização pode mudar a prática do uso do transporte urbano. Com um telefone celular, o usuário pode se informar, em tempo real, sobre o horário da passagem de um

ônibus, podendo alterar a forma de espera e criar novas dinâmicas de movimento no espaço físico ao redor dessa atividade social. Portanto, mobilidades informacionais criam gestões fluidas do tempo e conseqüentemente do espaço, criando a partir da intersecção entre espaço eletrônico e espaço físico, territórios informacionais.

Hoje, as novas funções pós-massivas constituem uma cultura da mobilidade inédita, com implicações sociais, estéticas, comunicacionais e políticas planetárias. O que constitui essa nova prática é o controle individual e a partilha coletiva da informação em mobilidade, com alcance planetário e a difusão imediata. Esses novos formatos midiáticos podem criar novas práticas da política. Há possibilidades reais de podermos agir sobre a grande mídia, controlar as informações recebidas, desmenti-las e até mesmo produzi-las. O fenômeno das mobilizações sociais para coordenar atividades corriqueiras e políticas via dispositivos móveis, que Rheingold (2004) chamou de *smart mobs*, é visto como um fenômeno decisivo, como veremos na seção seguinte.

4.4 SMART MOBS E FLASH MOBS

A atual configuração do espaço e do tempo dá origem a fenômenos socioculturais complexos que vão refletir diretamente nas nossas referências perceptivas, cognitivas e políticas. Esse novo regimento de espacialização das experiências sociais e subjetivas, que se estrutura em torno do deslocamento e não da fixação, nos remete às cidades da cibercultura. A dinâmica dos três princípios da cibercultura – emissão, conexão e reconfiguração – modifica a prática política e as relações sociais em meio às novas tecnologias da mobilidade. Na contemporaneidade emergem novas formas políticas e sociais. As novas funções

pós-massivas constituem uma cultura da mobilidade inédita, com implicações sociais, estéticas, comunicacionais e políticas, com abrangência planetária.

O fenômeno das mobilizações sociais para coordenar atividades corriqueiras e políticas via dispositivos móveis foi chamada por Rheingold (2003) de *smart mobs*. Rheingold é o principal teórico das *smart mobs* e da cibercultura nos Estados Unidos. Ele as descreve como a próxima revolução social. Rheingold afirma que as novas tecnologias propiciam ações coletivas e formas de agir que nunca seriam possíveis, amplificando os talentos humanos para cooperação. *Smart mobs* são manifestações que utilizam as tecnologias como forma de se comunicar e atingir um maior número de pessoas que, em geral, não se conhecem, mas têm alguma causa em comum.

As novas formas de agregação e manifestação social descritas por Rheingold podem ser de dois tipos: as *smart mobs*, de caráter político e são manifestações que utilizam a Internet (*blogs*, *Twitter* etc.) ou as tecnologias do celular, principalmente SMS (Short Message System) como forma de comunicação e mobilização. O outro tipo são as *flash mobs*, que lembram os *happenings* dos anos 1970, com características artísticas e performáticas, sem necessidade do caráter político. São manifestações artísticas, lúdicas, que libertam a imaginação e buscam uma crítica ao cotidiano e à massificação dos comportamentos sociais. Um exemplo recente das *flash mobs* são as *silent parties* (festas silenciosas), reuniões de centenas de jovens nos metrô de Londres e nos Estados Unidos, munidos de tocadores de música (*walkmans*, *Ipods*, *Iphones*), a dançar isolados ao som da música escolhida, com seus fones de ouvido, numa estranha festa sem música para os que observam, mas não participam da festa.

Das *smart mobs*, ou mobilização inteligente, a mais conhecida e discutida no mundo foi a grande mobilização promovida na Espanha em 2004, após os atentados

na Estação Ferroviária Atocha, em Madri. Esse *smart mob* será um dos nossos estudos de caso e será analisado em profundidade no capítulo sete. O governo espanhol, mesmo sem a devida investigação, atribuiu a autoria dos atentados ao grupo separatista Basco, ETA, descartando a possibilidade, que depois se confirmou, de que o atentado poderia ser uma represália da rede *Al Qaeda* pelo apoio do governo espanhol à política norte-americana no Iraque.

Diante da mentira governamental, as pessoas se mobilizaram via mensagens de celular (SMS) e Internet, em passeatas e manifestações contra o governo, que resultaram numa reviravolta nas eleições do país, ocorridas poucos dias após o ato.

Diversas outras *smart mobs* se espalharam pelo mundo: na China mais de um milhão de mensagens fizeram o governo recuar na instalação de uma indústria poluente em 2007. Em 2009, o *Greenpeace* realizou uma *smart mob* global contra a ampliação do aeroporto Heathrow em Londres, quando mais de 1.000 manifestantes com camisetas temáticas invadiram o aeroporto e centenas de pessoas pelo mundo se inscreveram como co-proprietárias de parte de um terreno comprado pela entidade para impedir tal expansão. Para citar outros exemplos com grande repercussão, no Chile em 2006 e 2007 foram realizadas *smart mobs* contra a *Microsoft*, no Paquistão houve mobilização contra o Presidente Pervez Musharraf e em Uganda pelos direitos das mulheres.

Como nos sugere Freire (2009), a mais significativa *smart mob*, do ponto de vista de sua força política, ocorreu nas Filipinas em 2001, contra o presidente Estrada. A manifestação de mais de um milhão de pessoas que saíram às ruas vestidos de preto derrubou um governante corrupto de forma pacífica.

A principal característica do *smart mob* é sua instantaneidade, não só em sua encenação como também na sua articulação, e isso só se torna possível graças à

popularização das tecnologias virtuais móveis, que por terem um caráter descentralizado tem a capacidade de fazer circular a informação num curto espaço de tempo.

Trata-se assim de uma reconfiguração. Não de uma oposição simplória entre o poder das mídias massivas e a rebelião associada aos movimentos sociais, por meio dos novos dispositivos de comunicação pós-massivos, mas de uma mudança nas práticas sociais e comunicacionais, oferecendo à sociedade maior capacidade de controle e intervenção, além de maior organização política àqueles que não fazem parte do sistema tradicional.

O uso das tecnologias como ferramenta de interação e construção de comunidades tem servido para re-significar e incentivar a esfera pública, permitindo o exercício da cidadania interativa, das mobilizações com uso da informação em tempo real e engendrando uma ciberdemocracia planetária, fortalecendo a democracia local. A emergência das formas de organização em rede nessa revolução da informação anuncia uma profunda transformação na estruturação do mundo contemporâneo, inclusive na forma como as sociedades lutam. É o que veremos em seguida.

4.5 *NETWAR*

A emergência das formas de organização em rede com a revolução da informação anuncia uma profunda transformação na estruturação do mundo contemporâneo, inclusive na forma com que as sociedades lutam. Como aponta Arquilla e Ronfeldt (2001), muito tempo depois do surgimento das tribos, hierarquias e mercados, as redes parecem ser as próximas formas dominantes de organização,

chegando ao seu próprio modo de redefinir as sociedades e, conseqüentemente, a natureza do conflito e da cooperação.

Mesmo que ainda não possamos fazer uma previsão do que resultará essa nova configuração, podemos concluir que as redes modificaram para melhor o perfil das sociedades. “A partir de sua presença na estruturação do mundo, os cenários de futuro ganharam um novo contorno, com curiosas figuras a habitá-lo.” (AUNTON, 2002, p. 7).

Algumas redes têm confirmado o potencial das novas tecnologias de reformar setores específicos da sociedade, gerando assim uma democracia eletrônica, corporações em rede e sociedade civil global, na sociedade em rede proposta por Castells (2003).

Para Arquilla e Ronfeldt (2000), a luta pelo futuro que faz o cotidiano de nossas manchetes não está sendo mais travada por exércitos liderados por Estados, ou sendo conduzida por imensas e milionárias armas feitas para os tanques, aviões ou esquadras. Ela se desenvolve através de grupos que operam em unidades pequenas e dispersas, podendo se desdobrar, repentinamente, em qualquer lugar ou tempo como uma incontrolável infecção por afluência popular. Para tal afluência Arquilla e Ronfeldt (2000) deram o nome de *swarming*. Eles sabem como enxamear e dispersar, penetrar e romper ou iludir e fugir. Os combatentes podem pertencer a redes de terroristas como a *Al Qaeda*, redes de traficantes como *Cali*, redes de militantes anarquistas como o *Black Bloc*, redes de luta política como o *Zapatismo* ou redes de ativistas da sociedade civil global como o DAN (*Direct Action Network*).

Para compreender este modo emergente de luta e conflito, surgido na sociedade contemporânea a partir da revolução tecnológica que construiu a infraestrutura do ciberespaço, Arquilla e Ronfeldt (1993) desenvolveram o conceito de

guerra em rede, chamado *netwar*. O termo pode ser traduzido por guerra em rede, como por rede de guerra, porém conforme sugere Antoun (2004), iremos utilizar o termo “guerra em rede” para designar esse tipo de conflito.

A guerra em rede é o oposto correlato do conceito de guerra de controle, ou *cyberwar*, termo também criado por Arquilla e Ronfeldt na mesma ocasião, e ambos constituem grande parte do campo da guerra da informação, a *infowar* (Arquilla e Ronfeldt, 1993). No mundo contemporâneo, enquanto a guerra de controle compreende a luta de alta intensidade conduzida através de alta tecnologia militar travada por dois Estados, como por exemplo, a Guerra do Golfo, a guerra em rede representa uma luta de baixa intensidade, travada de modo assimétrico por um Estado e grupos organizados em rede. A luta se dá através do uso de táticas e estratégias que envolvem o intenso uso das tecnologias da informação e da comunicação.

A guerra em rede tem uma dupla face composta por um lado de conflitos travados por extremistas, sejam eles terroristas, criminosos ou etno-nacionalistas e, por outro, de lutas conduzidas por ativistas da sociedade civil. O que distingue a guerra em rede como uma forma de conflito é a estrutura organizacional em forma de rede de seus adeptos, com vários grupos estruturados no modo da resistência sem líder e uma flexível habilidade de atingir rapidamente, em qualquer lugar, com ataques de afluência e aglutinação de multidões - o *swarming*. O poder, ao mesmo tempo maleável e integrador das redes formadas pelas tecnologias comunicacionais, favorece a informalidade das redes sociais contra a rígida forma hierarquizada das instituições do estado, centradas e localizáveis, no conflito entre grupos assimétricos.

A *netwar* reforça a constatação da profunda mudança introduzida nas relações sociais e na base organizacional das comunidades, através do acesso do

indivíduo comum às tecnologias informacionais da comunicação. A globalização que transformou a informação em uma arma de Estado, global ou local, está sempre envolta, pós-modernamente, nas guerras de informação. A ciberguerra, teorizada por Arquilla e Ronfeldt logo após a Guerra do Golfo, revela a emergência de uma guerra constante e absoluta. Vivemos em guerra e as armas usadas na maior parte do tempo são as notícias que os jornais, rádios, televisões e revistas despejam sobre as populações, em seu bombardeio incessante. É a capacidade de comunicação, controle e comando do ciberespaço.

No próximo capítulo veremos como a globalização e informatização da sociedade, na contemporânea sociedade em rede, diversificaram e tornaram mais complexos os movimentos sociais, oferecendo inéditas condições à resistência e ao ativismo.

5 AS REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Nos capítulos anteriores vimos como a comunicação, entendida como um mecanismo de intervenção social, adquire significado relevante no mundo atual. Se pensarmos na predominância das tecnologias da informação e da comunicação dentro da perspectiva social dos movimentos sociais e da veiculação de conteúdos disponíveis para os usuários da rede, deparamo-nos com uma situação bastante desafiadora, acenando para a possibilidade da construção de uma comunicação alternativa. O objetivo deste capítulo é analisar as formas pelas quais se podem realizar um movimento de resistência através das tecnologias de comunicação.

A sociedade contemporânea, baseada no controle da informação como fundamento do poder, faz com que a dimensão da visibilidade dos movimentos sociais assumam uma fundamental importância. Partindo da premissa de que estamos assistindo a novas formas de organização social, que evidenciam uma inversão na perspectiva totalizadora dos meios de comunicação tidos como de massa, podemos dizer que a dinâmica das atuais tecnologias de comunicação e sua capacidade de multiplicar a circulação das informações num curto espaço de tempo repercutem nas práticas sociais.

Para realização da análise proposta dividimos o capítulo em duas partes. Primeiramente vamos expor o que entendemos como movimentos sociais e como hoje eles atuam em rede mediados pelas TICs. Para finalizar o capítulo vamos nos aprofundar em como tais tecnologias podem garantir espaços para os cidadãos exercerem a democracia.

5.1 MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE

O desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, visto anteriormente, representado principalmente pela Internet, é um dos principais impulsionadores do processo denominado globalização, produzindo uma sociedade como espaço de relações, na qual a informação torna-se recurso indispensável para a definição dos rumos incertos da vida. Essa condição se reflete nas formas de fazer política no cenário contemporâneo, onde as demandas do mundo ganham a esfera pública através da ação dos atores coletivos, responsáveis pela sua politização. Isso implica em mudanças nas formas de intervenção, cada vez mais atreladas aos processos midiáticos de inscrição pública dos problemas que se pretende debater. A comunicação e a mídia desempenham assim um enorme papel na trajetória dos movimentos sociais. Para nos aprofundarmos na relação cada vez mais indissociável entre mídia e movimentos sociais, faz-se necessário explicar como nós os entendemos.

Na contemporaneidade, os conceitos clássicos de movimentos sociais não são suficientes para dar conta de aspectos tão variados. Até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais contemplava especialmente a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. De acordo com Moscovici (2007), o progresso pela revolução proletária ou a revolução pelo progresso nos moldes americanos marcaram os movimentos sociais do final do século XIX e, principalmente, do século XX. Pela imposição de uma organização em rede e ao amplo domínio das tecnologias de informação, os movimentos sociais locais vêm se refletindo globalmente. Apesar do desenvolvimento que o conceito teve nos últimos anos, não há um consenso ainda sobre seu significado. Além disso, o tema é abrangente e

multifacetado. Dessa forma, prevenimos que não temos a pretensão de abordar todos os seus aspectos. Nossa intenção é apresentar nosso entendimento de como os movimentos sociais se posicionam na sociedade contemporânea para podermos contribuir com nosso problema de estudo na análise da participação dos cidadãos nos processos democráticos através das tecnologias de comunicação. Vamos basear nossa exposição nas análises propostas por Downing (2002), Scherer-Warren (1998, 2000 e 2006) e Castells (2001 e 2003).

O termo “movimentos sociais” foi empregado de diferentes maneiras para se referir às muitas revoltas sociais e políticas que ocorreram no século XX. Arato e Cohen oferecem três classificações para os diferentes sentidos em que o termo foi utilizado. A primeira e mais antiga referia-se à rebelião das massas, à multidão em tumulto, agindo de maneira cega e insensata, levadas apenas por emoções impetuosas e descontroladas, isto é, a percepção do ativismo público das massas por aqueles que ficaram horrorizados com a Revolução Francesa e os levantes operários e socialistas.

A segunda se opõe a esse modelo: assume os movimentos sociais como atores racionais. Os membros do público em geral, em sua maioria pobres e sem propriedades, precisam criar recursos alternativos para exercer influência sobre o processo político e de alocação. Esses recursos políticos consistem em alocações coletivas como greves, ocupações, passeatas, operações tartaruga, bloqueios de tráfego etc. Tais ações, longe de serem explosões irracionais de grupos ensandecidos, são táticas refletidas levadas a cabo por aqueles que não possuem riqueza e poder instituído ou estatal.

A terceira categoria originou-se do estudo acadêmico sobre os denominados Novos Movimentos Sociais (NMSs), ou seja, os movimentos sociais ecológicos,

feministas ou pacifistas. Os estudiosos sustentam que esses movimentos representam um novo estágio qualitativo na cultura política contemporânea e são bem diferentes daqueles primeiros, principalmente do movimento operário, que buscava ganhos econômicos específicos da classe capitalista. Os NMSs não perseguem resultados materiais determinados, ao invés disso, visam objetivos relacionados a um senso de crescimento e identidade pessoais em interação com a subcultura do movimento, independentemente do que o Estado pode conceder. Os teóricos dessa corrente usam como exemplo a dimensão de conscientização dos movimentos feministas, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, durante a década de 1960 e início da década de 1970. Neles, pequenos grupos de mulheres se reuniam para falar de suas experiências de vida, com o objetivo de aprofundarem-se em suas próprias psiques e assim livrarem-se do controle patriarcal ao qual estavam submetidas desde o nascimento, sem necessariamente estabelecerem um projeto organizado para o futuro. A identidade coletiva era só o que importava.

Hoje, os movimentos políticos são um componente vital da política em muitas nações, sobretudo naquelas em que os processos políticos formais foram colonizados pelas pretensas demandas da televisão instituída por um lado, e pelos custos exorbitantes das campanhas por outro. Em tal situação, os partidos políticos convencionais são cada vez menos sensíveis às necessidades mais profundas do público. O dinamismo no processo político, com frequência, deriva de movimentos políticos que operam fora das estruturas partidárias, embora muitas vezes mantendo relação com um ou mais partidos políticos, que legislam, mas em geral, não iniciam nem lideram movimentos importantes da opinião social. Isso quer dizer que a energia política vital e as cadentes questões de uma nação são encontradas, com

mais frequência, dentro e no entorno dos movimentos sociais e não nas instituições oficiais da democracia.

Na contemporaneidade, podemos entender os movimentos sociais como uma rede que conecta sujeitos e organizações de movimentos, expressões de diversidades culturais e de identidades abertas em permanente constituição, que buscam reconhecimento na sociedade civil. Entendemos as organizações como redes de interação e práticas particulares pela defesa de direitos específicos ou pela melhoria da qualidade de vida (de gênero, ecologistas, étnicos etc.) como as associações de bairro e grupos comunitários, grupos de mútua-ajuda e voluntariado, associações de classe, organizações não-governamentais (ONGs) e organizações de defesa da cidadania. Esses grupos passam a ser movimentos sociais quando começam a surgir táticas de lutas pela cidadania, transcendendo as reivindicações específicas e particularizadas e a prática localizada e temporal de uma organização.

O movimento social acontece quando começam a se formar redes que articulam um conjunto de organizações e sujeitos. Podemos citar como exemplo o movimento ecológico, cujo conjunto de práticas e valores transcende as ONGs ou grupos de ecologistas, com repercussões no tecido social - do cotidiano à esfera pública. Outro exemplo é Movimento Sem Terra (MST), com suas múltiplas organizações, acampamentos, assentamentos, grupos de coordenação, ONGs de referência, grupos de apoio etc.

E assim, na ação cruzada e cumulativa de diversas formas de organização e práticas, a partir da rede de movimentos sociais, que a sociedade civil se fortalece e cria legitimidade na esfera pública. De acordo com Scherer-Warren (2006), essa sociedade civil é a representação de vários níveis da organização dos interesses e valores de cidadania em cada sociedade, para encaminhamento de suas ações em

prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. Esses níveis, presentes na sociedade brasileira na atualidade, podem ser genericamente tipificados da seguinte maneira: no primeiro temos o associativismo local, no segundo encontramos formas de articulação interorganizacionais e o terceiro, que denominamos mobilização na esfera pública, é fruto dos atores dos movimentos sociais que buscam transcendê-los através de grandes manifestações.

Para nossa análise, é importante trazer o conceito de rede polissêmica e propositiva dos próprios movimentos sociais. A noção de rede aparece com uma frequência muito grande nos estudos sobre a sociedade contemporânea. Vamos considerar três análises que julgamos pertinentes para entendê-la. A primeira diz respeito à característica estruturante das redes na sociedade contemporânea globalizada. Conforme estudos de Castells (2003), a sociedade das redes é uma forma específica de estrutura social, que pode ser considerada como uma característica da Era da Informação. Assim como a sociedade industrial caracterizou a estrutura social do capitalismo e estadismo do século XX, as redes seriam figuras-chaves da morfologia social, permeando os níveis culturais e institucionais da maioria das sociedades atuais e, como tais, elas também são estruturantes dos movimentos sociais contemporâneos.

A segunda análise considera as redes como uma metodologia adequada para investigar e pensar a complexidade da sociedade contemporânea. Seguindo esta concepção, a “agência” assume supremacia em relação ao enfoque estrutural, sendo a rede tanto um produto como uma condição da ação.

Na terceira, temos as redes como um tipo de relações e articulações sociais que sempre existiram, mas que na sociedade globalizada e da informação assumem características específicas.

Três dimensões são relevantes para se pensar a perspectiva de redes inerentes à dinâmica dos movimentos sociais: a sociabilidade, a espacialidade e a temporalidade histórica. Na dimensão da sociabilidade, temos as redes sociais do cotidiano, que se constroem a partir das tradicionais redes sociais primárias (famílias, círculos de amizades, comunidades, grupos identitários locais etc.), penetradas por redes virtuais, decorrentes de exposição à mídia ou a intercâmbios por meios eletrônicos, como a Internet, formando em conjunto as novas identidades na Era da Informação. No campo dos movimentos sociais, as redes construídas a partir do tecido social comunitário cruzam-se com redes construídas no tecido social associativista e nesse caso, os movimentos sociais serão, portanto, fruto do encontro da tradição com a utopia da transformação. Serão também a expressão do encontro do indivíduo com seus pares identitários, redes de solidariedade que para se desenvolverem numa direção pró-ativa, propositiva e transformadora através de suas associações, criam as redes estratégicas.

Na dimensão da espacialidade, temos as tecnologias da informação utilizadas pelos atores e movimentos para produzir redes em constante redimensionamento de seus territórios de influência e ação. Dessa forma, o global penetra no associativismo local, possibilitando a criação de alternativas à globalização a partir de iniciativas de resistência da sociedade civil local e de suas redes transnacionais. Neste contexto, problemas comunitários locais impactantes também podem se projetar em escala global, criando novas formas de solidariedade entre os povos.

Na dimensão da temporalidade temos o fato de que os movimentos sociais apóiam-se em várias temporalidades: o passado (a tradição, a indignação), o presente (o protesto, a solidariedade, a proposta) e o futuro (o projeto, a utopia). A análise das temporalidades históricas possibilita compreender como as redes sociais tradicionais, instituídas a partir de raízes históricas ou de legados culturais, cruzam-se com redes políticas instituintes de novas opções ou utopias, criando significados híbridos para a ação dos movimentos sociais. O resgate histórico e cultural, feito pelos movimentos sociais, pode transformar-se em indignação sobre as injustiças do passado e sua reprodução no presente, construindo identidades e solidariedade coletiva, criando assim estratégias de ação para a transformação social.

Ainda seguindo a análise proposta por Scherer-Warren (1998, 2000 e 2006), os movimentos sociais enquanto redes organizam-se através de dois tipos de ações coletivas: resistência ao sistema de dominação e como produtoras de novas identidades. Tendem a predominar no cenário da sociedade da informação através de manifestações simbólicas massivas e de redes de comunidades virtuais identitárias.

As manifestações simbólicas massivas são respostas ao paradoxo da exclusão-inclusão social, em que se reage simultaneamente à carência em suas inúmeras faces e ao modelo que a origina, o neoliberalismo globalizado, com suas conseqüências nas políticas sociais. As redes de comunidades virtuais identitárias são a forma que os múltiplos atores específicos dos novos movimentos sociais têm encontrado para marcar sua presença e dar continuidade ao movimento no cenário globalizado. Estas comunidades são mais virtuais do que centralizadas, baseadas em intercâmbios de solidariedade. Há alguns movimentos que combinam ou

alternam estas duas formas de agir coletivo: as manifestações simbólicas de massa com as redes de comunidades solidárias.

Os movimentos sociais na sociedade globalizada e informatizada desenvolvem-se, portanto, através de relações e articulações que assumem a forma de redes de solidariedade e de estratégia. De acordo com Castells (2001), os movimentos formam-se em torno de sistemas de comunicação, essencialmente a Internet e a mídia, porque é principalmente através deles que conseguem alcançar aqueles capazes de aderir a seus valores e, a partir daí, atingir a consciência da sociedade como um todo.

Essas mudanças na forma de fazer política, a incerteza gerada pela abundância de informação e a centralidade dos processos midiáticos na sociedade contemporânea desenham novos cenários para a ação coletiva. Já não podemos analisar os movimentos sociais sem uma articulação dessas problemáticas. Eles atuam em rede, suas demandas são divergentes, podendo convergir ou divergir, e evidenciam a complexidade da vida social, cuja fronteira entre público e privado é imprecisa. Assim, os movimentos sociais dependem da visibilidade para sua negociação e, cada vez mais interconectados e articulados através de redes de informação, têm o potencial de aproximar as comunidades virtuais com as redes de associativismo civil, projetando-se na esfera pública através de manifestações simbólicas cada vez mais ampliadas.

5.2 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E ATIVISMO

A partir da segunda metade da década de 90, o ambiente interativo, cooperativo e descentralizado da Internet introduziu um novo componente nas lutas

sociais. Partidos, sindicatos, organizações não-governamentais e até grupos guerrilheiros, ultrapassando os limites impostos pelos filtros ideológicos e políticas editoriais da mídia de massa, encontraram no ciberespaço a possibilidade de difundirem suas reivindicações. Além de propiciar promoção e disseminação de idéias com infinitas possibilidades de trocas, o ciberespaço driblou o monopólio de divulgação e permitiu que atores sociais - forças contra-hegemônicas empenhadas em alcançar a plenitude da cidadania e a justiça social - pudessem se expressar com maior liberdade.

Como aponta Moraes (2000) “A militância *online* vem alargar a teia comunicacional planetária, usufruindo de uma das singularidades do ciberespaço: a capacidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades, formas e expressões de vida.” (p. 142). A cibercultura universaliza as visões de mundo mais díspares, os modos de organização social mais contrastantes, as ambições mais difusas, sem favorecer pensamentos únicos ou dominadores. Configura-se como um universal indeterminado, sem controles e hierarquias aparentes, sem pontos fixos para a veiculação de informações e saberes.

Como traz Levy (1999b), o ciberespaço possui a peculiaridade fundamental de universalizar sem totalizar:

“Posso agora enunciar seu paradoxo central: quanto mais universal (extenso, interconectado, interativo) menos totalizável. Cada conexão suplementar acrescenta ainda mais heterogeneidade, novas fontes de informação, novas linhas de fuga, a tal ponto que o sentido global encontra-se cada vez menos perceptível, cada vez mais difícil de circunscrever, de fechar, de dominar”. (p. 120).

As relações entre as partes podem reinventar-se, em densidade e em extensão, sem que umas se sobreponham ou subjuguem as demais. As partes se apresentam como fragmentos não totalizáveis, não estando sujeitas a um todo uniformizador.

A cada nó que se soma à rede, incorporam-se novos usuários, que se convertem ao mesmo tempo em emissores e produtores de informações, novas e imprevisíveis, disponíveis instantaneamente sem filtros ideológicos e geográficos. E esta dinâmica possibilitada pela Internet, com um sistema universal sem significações uniformes, não pode ser encontrada em qualquer outro meio de comunicação conhecido. Cabe a cada indivíduo determinar de que forma organizar as partes das informações globais.

Conforme apresenta Moraes (2000) “Essa imagem da Internet como um mega-sistema planetário em constante mutação e saudável desordem, justifica a sua classificação de Babel cultural do final do milênio” (p. 143). A Internet, de fato, é como um gigantesco mosaico, no qual elementos paradoxais convivem sem a dominação de uns sobre os outros. Quem decide o que deve ser destacado e aproveitado é o internauta, por afinidades e conveniências. No ciberespaço, o conteúdo é veiculado de forma simultânea e indefinida e as contradições não precisam ser silenciadas. O princípio básico é a disponibilidade. Dados, imagens e sons individuais ou coletivos são disponibilizados e os usuários é que determinam seus possíveis sentidos.

Vale ressaltar que não podemos visualizar o ciberespaço de forma isolada, independente dos embates sociais concretos. O que há é uma relação de complementaridade, onde os processos e tecnologias virtuais e atuais progridem de forma híbrida. Os processos não se anulam e sim se complementam e se mesclam. O resultado são informações e experiências que não poderiam ser produzidas isolando-se as partes. Assim, a tecnologia assume um papel instrumental. A rede social existente pode melhorar sua eficácia através da rede técnica, mas a rede técnica não cria por si só uma rede social. O automatismo e a ação humana são

combinados para o bom uso das mídias comutativas. O rádio não substituiu o jornal, a TV não acabou com o rádio e a Internet não irá substituir os outros meios de comunicação. Ela é uma mídia de novo tipo. Na verdade configura-se muito mais como um conjunto de mídias interativas, com difusão instantânea, intermitente, extensiva e multidimensional. Nesse contexto, é viável combinar instrumentos de ação político-cultural fornecidos pelo atual e pelo virtual sem perder de vista que é no território físico, socialmente reconhecido e vivenciado, que se tece o imaginário do futuro.

A Internet apresenta-se hoje como um fórum *online*. Indo muito além do correio eletrônico e do entretenimento, revitaliza lutas e movimentos civis no ambiente de trocas próprio da cultura de redes. O ciberespaço favorece processos comunicacionais de participação política. A abundância de variedades contraria o até então cenário de homens políticos, que atuavam em um universo regido apenas por estatísticas, sondagens de opinião e efeitos televisivos. Hoje, consideramos uma explosão de redes interativas multimídias, com um número cada vez maior de segmentos sociais que migram para o ciberespaço com necessidade de expressão. Visto dessa forma, a Internet representa uma nova era para mídia alternativa. Sendo uma infra-estrutura interconectada para múltiplas formas de comunicação, promove um período de convergência das tecnologias de mídia.

Grupos de pessoas identificados com causas e comprometimentos comuns, não importando o porte, são representados na Internet pelas vozes da sociedade civil que se somam no ambiente *online*. Até mesmo pequenas entidades, sem grandes investimentos, conseguem divulgar suas atividades aos segmentos mais diversos da sociedade. Apesar de anárquica a rede é muito democrática, permitindo que todos se expressem. Conforme acentua Scherer-Warren (1997), a rede tornou-

se um conceito propositivo dos movimentos, onde as relações inter-organizacionais não devem se caracterizar pela não hierarquização do poder; as relações entre os atores participantes são horizontalizadas, complementares, abertas ao pluralismo de idéias e à diversidade cultural.

O ciberespaço pode propiciar aos movimentos sociais uma intervenção ágil em assuntos específicos, acentuando-lhes a visibilidade pública. Outro fator positivo é a constituição de comunidades virtuais por afinidades eletivas. Formam-se, assim, coletivos em rede, por aproximações temáticas, anseios e práticas comuns de cidadania. Como traz Moraes (2000) “Eles compartilham ações sociopolíticas, tendo em vista o fortalecimento dos laços comunitários e de uma ética por interações, assentada em princípios de diálogo, de cooperação e de participação” (p. 154).

Como os meios de comunicação de massa funcionam como uma espécie de filtro entre o que deve ser noticiado, destacado, alterado ou ocultado, a Internet rompe com essa mediação. Desta forma, pode facilitar que os agentes das notícias também sejam os agentes que fazem esse acontecimento chegar até o conhecimento da sociedade. Uma coisa é ler uma notícia em um meio de difusão controlado ou influenciado pelo governo, por interesses econômicos. Outra é ler essa mesma notícia sob a ótica de quem realmente deseja que tal fato seja desvelado. As cibercampanhas partem do entendimento de que, frente a uma economia globalizada, os meios de luta igualmente precisam se internacionalizar e se conectar. Dessa forma, as redes virtuais se interpenetram e se retroalimentam.

A Internet pode vir a ser nossa primeira esfera pública global, um meio pelo qual a política pode tornar-se realmente participativa, em âmbito regional e internacional. É o primeiro veículo que oferece aos indivíduos e coletivos independentes de todo mundo a chance de comunicar-se com suas próprias vozes,

com uma audiência mundial. Portanto, as possibilidades técnicas da Internet como esfera pública são ilimitadas.

As formas participativas e dialógicas que irrompem no ciberespaço começam a pôr em xeque a teoria crítica no campo da comunicação, que sempre encarou a mídia como um poder quase absoluto de divulgar as informações que julga relevante. A supremacia dos meios de comunicação persiste e provavelmente ainda persistirá, porém conteúdos contrários à lógica dominante podem sim serem veiculados pela Internet, sem o filtro de governos e corporações empresariais, permitindo vislumbrar um componente de oxigenação que escapa da unilateralidade da mídia de massa. Para a concretização desse potencial para transformação social, é fundamental a formação de novas esferas de ação comunicativa por movimentos produzidos pela sociedade civil, democrática e autônoma, que se expressem na organização, independente do Estado e suas estruturas corporativas formais.

A sociedade civil contemporânea tende a ser uma sociedade de redes organizacionais e inter-organizacionais, de parcerias entre as esferas públicas, privadas e estatais, criando novos espaços de governança com o crescimento da participação cidadã. Nesse contexto, as redes de movimentos sociais possibilitam a transposição de fronteiras territoriais (articulando as ações locais, regionais, nacionais e transnacionais), de fronteiras temporais (uma luta pela indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações históricas e suas respectivas plataformas) e de fronteiras sociais (em seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo). Aqui se encontra a nova utopia do ativismo: mudanças com engajamento pelas causas sociais dos excluídos e discriminados em defesa da democracia na diversidade.

Quanto mais vierem para a rede, mais haverá espaços para a divulgação do combate pelas utopias. A rede utilizada dessa forma pode garantir espaços com o objetivo de transformar a Internet na *Ágora* do terceiro milênio, sendo um excelente instrumento de organização social.

Nos três próximos capítulos apresentaremos nossos quatro estudos de caso, com o objetivo de analisar a questão principal levantada.

6 O MOVIMENTO ZAPATISTA

Nosso primeiro estudo de caso começa na véspera do ano novo de 1994, quando políticos celebravam no México o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) e a proclamada entrada do México no primeiro mundo. Nesse momento um exército de indígenas da Selva Lacandona toma o controle dos gabinetes municipais de quatro cidades do estado de Chiapas. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) declarava guerra ao Governo mexicano e reivindicava o direito inalienável de alteração ou modificação da sua forma de governo.

A partir de então, a Internet mostrou-se como um recurso inestimável para os zapatistas, um dos primeiros grupos que começaram a utilizá-la como meio ativo de difusão de informações e busca de apoio. Este pioneirismo fez do EZLN um dos grupos mais ativos na grande rede. Seus membros mudaram a fisionomia da guerrilha contemporânea, apoiando-se quase inteiramente no poder de divulgação das palavras.

As estratégias de mídia zapatistas revelaram-se modelos extremamente eficazes da ação transformadora pela comunicação. Ao capturar a atenção da mídia oficial, o EZLN atraía para sua causa o reconhecimento internacional, inspirando indivíduos a estabelecerem espontaneamente uma rede de comunicação global independente - uma adesão apaixonada pela causa zapatista. O surgimento particular e a persistência dessa rede global de solidariedade merecem nossa reflexão e são objetos de estudo deste trabalho.

Para a realização de um aprofundamento no caso, dividimos o capítulo em quatro partes. Vamos primeiramente traçar um histórico do movimento e num

segundo momento nos dedicaremos a entender e analisar como se deu a comunicação zapatista. Na terceira parte vamos trazer análises que demonstram toda a originalidade do movimento e terminaremos o capítulo com algumas conclusões.

6.1 HISTÓRIA

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) foi criado no início de 1983 em Chiapas, estado mais pobre do México localizado na Selva Lacandona, numa região também denominada de Montanhas do Oriente e que ocupa um sexto da superfície do estado. A área conta com muitas reservas de urânio e petróleo, compondo a maior porção de floresta tropical úmida do país.

O nome do movimento é uma homenagem à memória de Emiliano Zapata, um dos líderes da Revolução Mexicana de 1910, e seu exército possui duas raízes: um grupo político-militar urbano e uma organização indígena. O grupo urbano era pequeno, de orientação marxista-lenista e forte influência da teoria do foquismo de Che Guevara; foi formado por pessoas de classe média que viram todas as suas alternativas políticas se fecharem em razão do monopólio no poder do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que por décadas preconizou uma política de partido-estado com forte controle da vida nacional. Esse pequeno grupo era uma organização clandestina que tinha por objetivo crescer com trabalho político, tendo consciência de que um dia se renderiam à luta armada. O outro grupo era composto por indivíduos vindos de comunidades indígenas mais ligados às tradições do campo, às exaltações culturais e ancestrais e que também haviam concluído o esgotamento da via pacífica. Como o grupo urbano precisava de um lugar para se

preparar militarmente, entrou em contato com indígenas de Chiapas e dessa convergência de interesses surgiu o Exército Zapatista de Libertação Nacional, em novembro de 1983. Veremos a seguir com mais detalhes como se deu esse surgimento.

A origem do EZLN remonta à década de 50 do século XX, quando latifundiários com o apoio estatal haviam expulsado as comunidades indígenas de seus antigos territórios para dar lugar à pecuária extensiva, causando um grande impacto nas propriedades coletivas, conhecidas como *Ejid*os. A Selva Lacandona ofereceu então refúgio aos indígenas sem-terra de várias etnias que buscavam novas terras para uma agricultura de subsistência. O crescimento populacional das comunidades *tzeltales*, *tzotziles*, *tojolabales*, *choles* e *zoques* também incentivou o fluxo migratório para a região mais oriental de Chiapas. Os migrantes viviam sem rede de esgoto, água encanada e eletricidade.

Na década de 70, o bispo conservador de San Cristóbal de las Casas, Dom Samuel Ruiz, transformou-se em expoente da Teologia da Libertação e da defesa dos direitos humanos no México. Oriundo do estado de Guanajuato, com sua chegada em Chiapas, Dom Samuel criou a Rede de Catequistas e Comunidades Eclesiais de Base na Selva da Lacandona, passando a substituir as funções do Estado no atendimento das carências sociais. Em 1974, esse trabalho culminou no “Primeiro Congresso Indígena Frei Bartolomé de Las Casas”, ocasião em que mais de 1.000 delegados indígenas discutiram durante quatro dias problemas relacionados à má distribuição de terras, educação, comércio e saúde. Ainda nesse ano, o então presidente mexicano, Luiz Echeverría, decretou que mais de 20 mil camponeses deveriam se retirar dos cerca de 600 mil hectares da Selva Lacandona

para dar lugar a um grupo de apenas 67 indígenas lacandones, uma etnia em extinção (ORTIZ, 1997, p. 169).

A situação das comunidades indígenas sem-terra foi se agravando e, a partir daí, a crescente insatisfação popular originou diversas organizações indígenas, como a “*Unión de Ejidos Ach Quiptic ta Lecubtese*” em 1975, a “*Unión de Ejidos Tierra e Libertad*” em 1976, e a “*Unión de Ejidos Luta Campesina*” em 1978.

Foi no mesmo período que os grupos políticos urbanos, entre eles as *Fuerzas de Liberación Nacional* (FLN), chegaram à região. Esses grupos esperavam instalar um foco guerrilheiro e conscientizar os camponeses indígenas através de sua doutrina. Porém, encontraram uma situação totalmente diferente: as comunidades indígenas já estavam organizadas e tinham plena consciência de sua realidade; tinham suas instâncias de decisão, suas organizações representativas e lutavam há muito tempo por seus direitos diante da expulsão de suas terras e de um processo de exclusão social. Dentro desse contexto, os grupos urbanos em união com as comunidades indígenas formaram o EZLN.

O EZLN permaneceu escondido na selva por dez anos e, apesar dos choques culturais entre o grupo urbano e o indígena, a organização das comunidades pelo bem comum prevaleceu. Para aqueles que aderiam ao Exército Zapatista, a principal preocupação era formar uma força de autodefesa contra os paramilitares sustentados por fazendeiros ou contra o próprio governo mexicano. Neste mesmo período, o Socialismo havia caído com a queda do muro de Berlim, as guerrilhas latino-americanas estavam enfraquecidas e o governo do ex-presidente Carlos Salinas de Gortari tinha respaldo internacional e controle quase ditatorial do país. Mesmo diante de um contexto desfavorável para uma ação armada, as comunidades decidiram lutar e chamar a atenção para seus problemas. “Numa ampla consulta a

todas as comunidades zapatistas, decidiu-se pela ofensiva militar” – Subcomandante Marcos (ORTIZ, 2006, p. 168).

Nessa época, o Subcomandante Marcos, principal porta-voz do movimento, já possuía o comando militar da organização. Era um dos militantes urbanos que chegaram à região no início da década de 80 e após concluir seus estudos em Sociologia e Comunicação da Cidade do México e Paris, lecionara Ciências Sociais em uma das melhores universidades da capital mexicana. “Marcos é notadamente um intelectual de vasta cultura, que fala diversos idiomas, redige muito bem, possui uma imaginação extraordinária, grande senso de humor e coloca-se muito à vontade em seu relacionamento com a mídia”. (CASTELLS, 2001, p. 100 e 101).

Foi assim que em primeiro de janeiro de 1994, enquanto muitos lares mexicanos comemoravam a chegada do ano novo e a entrada em vigor do NAFTA ou Tratado de Livre Comércio (TCL) entre Estados Unidos, Canadá e México, chamado pelo então presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari de “a porta para o primeiro mundo”, na Selva Lacandona 4.500 encapuzados, mestiços e indígenas de diversas etnias herdeiras da cultura Maia, invadiram sete cidades do estado de Chiapas: Ocosingo, Altamirano, Las Margaritas, Chanal, Oxchuc, Huixtán e San Cristóbal de Las Casas.

Esses guerrilheiros do até então desconhecido e autodenominado Exército Zapatista da Libertação Nacional demandavam por direitos básicos, eleições não corruptas e, no máximo, a renúncia do Presidente da República, numa invasão que surpreendeu não só a sociedade e o governo mexicano, mas o mundo todo.

O primeiro ato desta nova fase zapatista foi a “*Declaración de la Selva Lacandona*”, lida pelos guerrilheiros durante a ocupação da prefeitura de San Cristóbal de Las Casas nos primeiros dias do levante e divulgada em todas as

idades tomadas pelo EZLN. Essa declaração de guerra ao governo e ao exército mexicanos foi transmitida por rádio através de uma emissora ocupada pelos zapatistas na cidade de Ocosingo. Na transmissão, foram explicitadas as causas da rebelião armada e suas demandas básicas, com onze pontos iniciais reivindicados: “trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz” (DI FELICE E MUÑOZ, 1998, p. 41).

A notícia rapidamente se espalhou. Vários meios de comunicação em todo o mundo reproduziam trechos da Declaração da Selva Lacandona.

“Nos dias seguintes ao levante indígena, os principais jornais do planeta estampavam em suas páginas fotos dos guerrilheiros zapatistas (ou neozapatistas), com seus rostos cobertos por *pasamontañas* e *palicates*, as máscaras de lã e os lenços vermelhos que ocultavam sua identidade” (ORTIZ, 2006, p. 26).

Nos dois dias que se seguiram, o Subcomandante Marcos deu entrevistas a jornalistas e correspondentes que chegavam da capital do país e do mundo todo. Conversava também com turistas e comandantes locais, que não entendiam tamanha confusão.

“A rebelião surpreendeu o país e o mundo, pois, embora a herança de Emiliano Zapata sempre tenha estado presente nas lutas políticas mexicanas, não havia registros de ações anteriores deste movimento em particular, e não existia um contexto político nacional e internacional favorável para levantes armados.” (PIMENTA, 2008, p. 04).

O governo mexicano foi pego de surpresa, não soube como reagir de imediato e somente depois de alguns dias decidiu por uma contra-ofensiva militar, quando muitos guerrilheiros já haviam se refugiado aos esconderijos na selva ou nas montanhas. Porém, aconteceram alguns enfrentamentos armados em pequenas cidades e os zapatistas, mal armados, tiveram aproximadamente 100 mortos. Na Cidade do México e nas principais cidades do país, manifestações pediam um cessar fogo e abertura das negociações. O EZLN pedia ser reconhecido com o

status de força beligerante e que suas reivindicações básicas por terra, trabalho, pão, teto, liberdade, dignidade e justiça fossem atendidas, ou pelo menos consideradas.

As principais preocupações dos zapatistas eram de serem acusados de narco-guerrilheiros, não serem majoritariamente indígenas ou serem manipuladores de índios. Por isso, optou-se por deixarem claras as intenções naquele ataque. As sete cidades foram tomadas sem ataque a civis. Nas palavras do Subcomandante Marcos, em entrevista a Pedro Ortiz (Ortiz, 2006): “O objetivo era transmitir nossa mensagem. Por isso dizemos que a guerra zapatista é por se fazer escutar, por obrigar o México primeiro-mundista a ouvir sua população esquecida, e o seu grito de *Ya Basta* (Já basta)” (p. 169).

O armistício veio somente uma semana depois. No dia 12 de janeiro, cerca de 150 mil pessoas participaram de uma passeata nas ruas centrais da capital para pedir o fim das hostilidades às comunidades indígenas. No mesmo dia, o Governo declarou cessar-fogo unilateral, nomeando como seu “representante da paz” Manuel Camacho, respeitado político mexicano, recentemente afastado após ter suas aspirações políticas frustradas por Salinas. Junto à sua assessora intelectual de confiança, Alejandra Moreno Toscana, viajaram até Chiapas para se encontrarem com o bispo Dom Samuel Ruiz Garcia, reconhecido como mediador. “Conseguiram dar início às negociações de paz com os zapatistas, que logo reconheceram o teor sincero do diálogo, embora tenham permanecido em alerta constante para evitar uma potencial repressão e/ou manipulação” (CASTELLS, 2001, p. 98). Camacho leu aos insurgentes um texto em *tzotil*, também veiculado pela mídia em *tzetal* e *chol* - pela primeira vez na história, um dos principais membros mexicanos reconheceria idiomas indígenas.

A Comissão Nacional de Intermediação (Conai), presidida por Ruiz e integrada por intelectuais, artistas e dirigentes sociais, impulsionou as primeiras negociações entre zapatistas e governo federal e manteve-se até sua dissolução em 1998 como principal instância negociadora do processo de paz.

Após a fase inicial, o movimento zapatista se esforçou em organizar comunidades e buscar apoios sociais. Em abril de 1996, quando o EZLN organizou o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, chamado também de “Encontro Intergaláctico”, houve a participação de cinco mil pessoas de 42 países. Líderes de movimentos pela reforma agrária, feministas, sindicalistas, ecologistas, intelectuais e dirigentes políticos de diversos países participaram das mesas de debate. Segundo o Subcomandante Marcos, em Ortiz (1997), o encontro pretendia estabelecer uma unidade que superasse fronteiras e congregasse idiomas, etnias, culturas, gêneros, estratégias e pensamentos. Ao final do encontro foi aprovada a Segunda Declaração pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, que ressaltava a importância da formação de uma Rede Intercontinental de Resistência.

Ainda em 1996, mesmo ano em que governo e zapatistas firmaram os chamados Acordos de San Andrés sobre Direitos e Culturas Indígenas, o EZLN fez um chamado oficial para a construção da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN), que se formaria a partir de comitês civis de diálogo. Essas unidades teriam o objetivo de organizar as demandas sociais do movimento e buscar a solução local dos problemas coletivos sem a intervenção do Estado. A frente buscava apoio social, uma vez que os acordos de San Andrés não saíram do papel, levando o EZLN a suspender as negociações com o governo em setembro do mesmo ano.

Seis meses depois da convocação à formação do FZLN, já haviam se formado cerca de 400 comitês civis locais em todo o país, com cerca de cinco mil ativistas. Em 1997 foi realizada a marcha motorizada de 1.111 zapatistas até a Cidade do México para a fundação da Frente. Na Espanha, acontecia no mesmo ano o II Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, a partir dos comitês internacionais de apoio.

A FZLN durou quase 10 anos até ser extinta, em novembro de 2005, quatro meses após o lançamento da Sexta Declaração da Selva Lacandona, que anunciava uma caravana zapatista pelo México para ouvir as demandas populares. Era a primeira fase da chamada “A Outra Campanha”, paralelamente à campanha presidencial. O Subcomandante Marcos foi o primeiro a aderir e passou a ser chamado de ‘Delegado Zero’. Foi lançada também, em escala mundial, a “Sexta Internacional”, buscando reunir apoios internacionais.

Desta forma, o EZLN ingressa na história mexicana como um movimento político-social armado, para confrontar o neoliberalismo no país, impugnar suas conseqüências catastróficas e conferir real sentido ao trigésimo nono artigo da Constituição Mexicana, pelo qual: “A soberania nacional reside essencial e originariamente no povo. Todo poder público emana do povo e se institui em benefício deste. O povo tem, em todo tempo, o direito inalienável de alterar ou modificar sua forma de governo” (MÉXICO, 1917). Afinava-se com o discurso dos movimentos de esquerda que surgiam ou se reestruturavam depois da crise do socialismo na União Soviética.

O EZLN invocou a sociedade do seu país para unir-se na mesma luta, visando agregar forças por “trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz”.

De acordo com Gennari (2005), os zapatistas não travavam uma luta por leis e tampouco estariam calados com promessas de construção de escolas ou hospitais, à medida que seu apelo constitui um convite à sociedade, um chamado para todos repensarem o cotidiano a partir dos elementos essenciais negados à população mais simples, refletindo na constante guerra de extermínio em que vivem os povos indígenas em Chiapas.

A vitória estratégica dos zapatistas foi insistir que a luta em Chiapas não fosse vista como uma luta apenas étnica e, sim, como o primeiro movimento de massas que convoca uma resistência global contra o neoliberalismo. A luta é tanto específica quanto universal. “Fizeram isso nomeando claramente seu inimigo, ou seja, o conjunto de políticas econômicas conhecidas como neoliberalismo” (PIMENTA, 2008, p. 04).

6.2 A COMUNICAÇÃO ZAPATISTA

O Zapatismo se desenvolveu numa sociedade marcada pelo controle das Informações. A história do México sempre foi repleta de episódios em que a imprensa havia sido refém da censura estatal e autocensura. O Partido Revolucionário Institucional (PRI) controlou o cenário político mexicano e conseguiu eleger todos os presidentes de 1929 ao ano 2000 sem golpes, preservando as eleições e o pluripartidarismo. Contudo, as fraudes eleitorais eram frequentes. Foram inúmeras as vezes em que os governos priístas reprimiram com violência os eleitores e utilizaram sua hegemonia para controlar os meios de comunicação, inviabilizando condições equilibradas nos pleitos. Há uma relação direta entre falta

de autonomia e liberdade de expressão na mídia com a manutenção do regime do PRI durante essas sete décadas.

De acordo com Pimenta (2008), o controle da imprensa se dava principalmente pela concentração dos meios de comunicação em poucas mãos, pela repressão silenciosa e violenta aos jornalistas que mantinham uma posição desfavorável ao PRI e, finalmente, pela relação de dependência financeira que a imprensa estava submetida, já que o governo premiava os meios favoráveis ao PRI com uma boa quantidade de publicidade oficial.

No ano 2000, das 1.146 estações de rádio que existiam no México, mais da metade eram propriedade ou afiliadas de apenas nove grupos empresariais. No caso das emissoras de televisão, das 461 estações, 80% eram de propriedade ou afiliadas da *Televisa* e 13% estavam em poder da *TV Azteca*.

Em 1993, o dono da *Televisa*, Emílio Azcárraga Milmo, havia se tornado um dos dez homens mais ricos do mundo e chegou a afirmar, no dia 18 de abril de 1997, no Jornal *El Mundo*, que a sua emissora era “um soldado do PRI”. Somente em 2000, com a eleição de Vicente Fox, do Partido da Ação Nacional do México (PAN), o ciclo de hegemonia de poder foi quebrado e as relações entre o PRI e os meios de comunicação começaram a se enfraquecer.

Nesse contexto de controle ditatorial das informações, a Internet representou uma saída importante para o movimento zapatista, que se tornou o “primeiro movimento de guerrilha informacional” (CASTELLS, 2001, p. 98). Foi um dos primeiros a usar a rede para divulgar suas causas, buscar o apoio da sociedade civil e estabelecer uma rede de solidariedade internacional. Mesmo as empresas de comunicação ligadas ao governo, como a *Televisa*, tiveram de noticiar as

reivindicações e tentativas de acordo de paz do EZLN, pois os demais meios estavam divulgando as informações.

Já nos primeiros dias de janeiro de 1994, ao mesmo tempo em que a Guerra de Chiapas ganhava espaço na mídia, os comunicados zapatistas do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI), instância máxima do EZLN, e os firmados pessoalmente pelo Subcomandante Marcos, começaram a circular pelo mundo através de jornais, revistas e publicações independentes, principalmente pelas páginas da Internet. A comandância zapatista produzia os comunicados sobre a situação das comunidades indígenas na zona de conflito, apresentava suas propostas políticas e Marcos, com seus dotes literários e como homem de comunicação do EZLN, atuava como uma espécie de tradutor da visão do mundo e universo cultural indígena para o público ocidental. Neste período, o número de comunicados zapatistas aumentou vertiginosamente e o mundo começou a conhecer a vertente literária do Subcomandante, na poesia de seus textos e citações, em sua compreensão do mundo indígena, de seus mitos e cultura ancestrais.

Utilizando-se de uma palavra muito usada pelos zapatistas – ‘*Ya Basta!*’, Justin Paulon, estudante de literatura da Universidade da Pensilvânia, criou a primeira página na *web* com informações de Chiapas, diversas notícias sobre o EZLN, comunicados de Marcos e muitas matérias tiradas dos jornais mexicanos. De acordo com Bisco Junior (2007), o endereço do *site* de Paulon muitas vezes foi visto como a página oficial do EZLN na Internet, mas essa informação era sempre desmentida pelo próprio estudante.

O Exército Zapatista foi noticiado em todo o mundo. Jornais de todos os continentes e países apresentavam o surgimento de um grupo guerrilheiro em Chiapas, que contestava a política governamental e tinha como base de seu

movimento grupos de diversas etnias indígenas, autodenominados “excluídos da terra”. Jornais como *La Jornada*, primeiro a reproduzir a “*Declaración de la Selva Lacandona*”, e simpatizantes mexicanos do movimento zapatista se encarregavam de colocar os textos do EZLN nas páginas eletrônicas. Diversos grupos de discussão sobre Chiapas e os conflitos foram sendo criados através da *Laneta*, conexão mexicana via Internet com a teia de redes eletrônicas alternativas *Association for Progressive Communications (APC)*, onde estão conectados movimentos sociais de todo o mundo com sede em São Francisco, Califórnia. A um custo bem acessível, movimentos sociais, ativistas de direitos humanos, ecologistas, estudantes e sindicatos, começaram a ter acesso à Internet através da APC, presente nos cinco continentes, com servidores locais conectados que formam uma rede mundial. No Brasil, o *link* com a APC iniciou-se através da rede *AlterNex*, administrada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sócio-econômicas (IBASE), criado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e dirigido por ele até sua morte em 1997. O IBASE foi o primeiro provedor de caráter social e alternativo de acesso à Internet no Brasil.

A partir dos diretórios de *Laneta* e dos demais *sites* que formavam a rede APC, os endereços com notícias, ensaios, análises e ações de solidariedade à Chiapas foram se multiplicando.

“Assim um jornalista francês podia conhecer as reivindicações do EZLN sem ter de sair da redação de seu jornal, e um estudante australiano que estivesse surfando na rede, podia ter acesso à mesma informação, bem como um militante brasileiro cuja organização estivesse conectada à *AlterNex* ou outro provedor de acesso à Internet” (ORTIZ, 2006, p. 42).

Nos endereços eletrônicos sobre Chiapas começaram a aparecer também relatórios das organizações humanitárias presentes na zona de conflito sobre os ataques das tropas federais à população civil, com dados sobre o número de mortos e feridos nos conflitos e casos de violação aos direitos humanos. Denúncias sobre bombardeios da aviação mexicana sobre as comunidades indígenas originaram a

primeira ação conjunta via Internet. No mundo todo ONGs começaram a colocar na rede manifestações de solidariedade aos zapatistas e de todos os continentes eram enviadas mensagens de repúdio e pedidos para que o governo mexicano aceitasse um cessar-fogo e negociasse com o EZLN. Essa rede de solidariedade entrou em ação muitas outras vezes antes da primeira tentativa de negociações entre o Governo e o EZLN, mediadas pelo bispo Samuel Ruiz.

“Emails de todo o mundo chegaram aos endereços eletrônicos sobre Chiapas, solidarizando-se com os defensores de uma saída negociada para o conflito. Os números de fax e o email da presidência da República do México receberam uma avalanche de mensagens pedindo o fim da guerra e a abertura das negociações” (ORTIZ, 2006, p. 43)

Em março de 1994, quando a primeira tentativa de negociação entre o EZLN e o governo federal foi frustrada, a versão de que Marcos era um cibernauta ganhou força. Os zapatistas voltaram às suas posições nas montanhas e nas comunidades indígenas. A tensão na região do conflito aumentou e a guerra esteve a ponto de recomeçar diversas vezes. A partir daí, o número de comunicados zapatistas aumentou e a vertente literária de Marcos ficou conhecida. Cada vez mais jornalistas podiam entrar no território controlado pelo EZLN. Apareceram as primeiras entrevistas com o Subcomandante; a comandância indígena e a vida nas comunidades da selva foi descoberta e revelada ao mundo.

A rede de solidariedade foi confirmada quando grupos de jovens, intelectuais, representantes de organizações não-governamentais, artistas e políticos, principalmente da Europa, responderam aos *emails* do Subcomandante Marcos e pressionaram em seus países para que o governo mexicano suspendesse o cerco à selva de Chiapas e o avanço militar sobre as comunidades indígenas em busca dos zapatistas, em agosto de 1994. A iniciativa deu resultado e a partir daí a comunidade internacional manteria apoio permanente ao movimento, participando das consultas sobre a atuação dos rebeldes mexicanos.

Com isso, originou-se “uma nova forma de pressão política e de conflito absolutamente difícil de ser controlada, pelo fato de não se dar mais em um lugar geográfico específico, mas sim em um espaço comunicativo sem limites” (DI FELICE e MUÑOZ, 1998, p. 18). De acordo com Cavalcanti (2001), a ausência de fronteiras físicas e o uso da Internet aproximaram a ação política inovadora dos zapatistas com os pioneiros das comunidades virtuais do outro lado da fronteira com os Estados Unidos, também usuários há uma década dos novos meios eletrônicos, permitindo a criação de redes digitais interativas que tentavam influenciar questões de interesse popular.

Em fevereiro de 1995, mais uma vez essa rede de solidariedade foi ativada, quando o governo mexicano ordenou a captura da comandância zapatista e as tropas do exército federal invadiram as comunidades indígenas. Mensagens de repúdio à ofensiva militar eram enviadas todos os dias à presidência do México, congestionando as linhas de fax e enchendo os correios eletrônicos. Mais uma vez o uso da Internet foi uma arma a favor dos zapatistas contra a supremacia militar do Exército Federal Mexicano. Com as comunidades indígenas cercadas pela Selva Lacandona, tomadas pelas tropas federais e em constante ameaça física, a solidariedade eletrônica foi um dos canais para que os comunicados do EZLN e denúncias das ONGs fizessem com que o governo rompesse o cerco militar e saísse da zona de conflito.

Durante duas semanas, com o objetivo de esconder o estrago feito pela invasão militar, o exército federal não permitiu a presença de jornalistas e ativistas no território ocupado. Os zapatistas conseguiram furar o bloqueio utilizando as formas tradicionais de comunicação indígena somadas às tecnologias de informação e foram ouvidos pelo mundo inteiro. “Mensageiros do EZLN cruzavam montanhas,

florestas e vales com os comunicados escritos por Marcos e pelo CCRI. Profundos conhecedores da região, sabiam driblar os postos de controle do exército e as suas patrulhas.” (ORTIZ, 2006, p. 43).

Em abril de 1996, no Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, chamado também de “Encontro Intergaláctico”, foi aprovada pelo CCRI a Segunda Declaração pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, que ressaltava a importância da formação de uma Rede Intercontinental de Resistência. Pimenta (2008) transcreve, conforme publicação na página eletrônica www.ezln.org, um trecho de seu conteúdo :

“Pela humanidade, declaramos: [...] Que faremos uma rede de comunicação entre todas as nossas lutas e resistências. Uma rede intercontinental de resistência, de comunicação alternativa contra o neoliberalismo e pela humanidade. Esta rede buscará os canais para que a palavra caminhe pelos caminhos que resistem. Será o meio para que se comuniquem entre si as distintas resistências. Esta rede não é uma estrutura organizativa, não tem centro diretor, nem decisório, nem comando central ou hierarquias. A rede somos todos os que falamos e escutamos” (p. 9).

A declaração refletia o princípio reconhecido por Di Felice e Muñoz (1998), na sua análise do zapatismo, de que “as técnicas modernas de comunicação mudaram a relação (do movimento) com a sociedade civil, que passou de interlocutora estratégica a parte integrante do movimento”.

Por ocasião do “Encontro Preparatório Americano”, prévia do supracitado “Intercontinental”, foi criada a página na web da Frente Zapatista de Libertação Nacional, que pode ser considerada o zapatismo civil. Esta página tinha documentos políticos da Frente, arquivos de comunicados do EZLN, resumo de notícias sobre Chiapas e *links* para o movimento de solidariedade no México e no exterior. A partir desse mesmo ano, os *sites* mexicanos com informações sobre o movimento se multiplicaram. Também surgiu a página na *web* do Congresso Nacional Indígena, o CNI, coordenador das ações de solidariedade do movimento indígena mexicano com

Chiapas e uma das principais organizações a integrarem a FZLN. Outro *site* foi “*Chiapas para El Mundo*”, mantido por um grupo de ativistas da sociedade civil. Entre os meios de comunicação, os que mantinham maior volume de informações em suas edições eletrônicas eram o diário *La Jornada* e a revista *Proceso*.

Até então, o EZLN ainda não possuía um *site* para disponibilizar diretamente os seus comunicados, divulgados de forma indireta através de toda uma rede que traduzia e divulgava esses materiais. Mas o segundo e terceiro “Encontros Intergalácticos”, que aconteceram em Barcelona, Espanha no ano de 1997 e dois anos depois em Belém, Brasil, já possuíam os seus próprios *sites*.

Esses encontros foram um passo para a reconstrução de uma nova solidariedade internacional, uma espécie de herdeira ideológica do internacionalismo proletário. Um dos fatores novos era a atitude de reconstruir uma solidariedade internacional por meio de articulação e interação de diversas lutas de resistência, baseada no reconhecimento das diferenças e na conjunção de objetivos comuns. Assim, após a fase inicial, o movimento zapatista se esforçou não só em organizar comunidades como também em buscar apoios sociais.

Em 15 de janeiro de 1998, o Subcomandante Marcos assinou o comunicado “A História dos Outros”, no qual chamava atenção para o impacto interno das mobilizações favoráveis aos zapatistas em 27 países.

“O governo mexicano e essa organização criminosa chamada PRI (Partido Revolucionário Institucional), que então se perpetuava no poder, estão bastante incomodados com a internacionalização do conflito provocada por essas manifestações. Parece que aquilo que chamaram pejorativamente de uma guerra de Internet provocou-lhes dores de cabeça em embaixadas e consulados” (DI FELICE e MUÑOZ, 1998, p. 235).

Ainda em 1998, no momento em que escreveram a Quinta Declaração da Selva Lacandona, teceu-se uma guerra por meio do silêncio, resistindo à tirania do

Governo mexicano. No entanto, a utilização da Internet constitui uma estratégia permanente do movimento por comunicar sua luta para o mundo. Nessas circunstâncias, mesmo em tempos de combate silenciado, manteve-se viva a palavra através de uma guerrilha eletrônica. Na Internet, a “principal arma foi sempre a palavra: colocada na rede, chegava em tempo real a qualquer lugar do mundo, gerando curiosidade, estima e solidariedade” (DI FELICE e MUÑOZ, 1998, p. 11).

Desde o início do movimento, todos os jornalistas, ativistas de direitos humanos, simpatizantes e grupos de solidariedade convergiam para San Cristóbal de Las Casas, antiga cidade colonial onde eram distribuídos os comunicados zapatistas. Grupos de apoio encarregavam-se de colocá-los rapidamente nos endereços eletrônicos, com informações sobre Chiapas. A partir daí eram reproduzidos e espalhavam-se pela rede. Como coloca Ortiz (2006):

“Assim, estava feita a comunicação entre dois mundos. Uma prática ancestral, a dos correios humanos, com os chasquis incaicos, saltava a barreira imposta pelo cerco militar do exército federal e, no espaço virtual da Internet, as informações sobre o que ocorria na zona de conflito dava a volta aos mundos – o real e o virtual”. (p. 44).

De acordo com Bisco Junior (2006), esse processo consegue unir dois meios bastante distintos de comunicação: primeiro o primitivo, onde um mensageiro se incumbia da tarefa de levar a notificação até o outro que, por sua vez, se responsabiliza pela segunda divulgação, muito mais moderna e tecnológica. O indígena zapatista, ao mesmo tempo em que mantém suas tradições e o modo de vida de seus antepassados, usufrui das novas tecnologias. Dessa forma a rede de comunicação funcionava, e funciona ainda, combinando o trabalho de mensageiros que levam os comunicados até os grupos de apoio, que os divulgam através das múltiplas plataformas de comunicação.

O que o EZLN fez, em resposta às imposições do governo, foi construir essa rede de conexões e articulações políticas que, somadas à resistência das

comunidades e bases de apoio indígenas, garantiram sua sobrevivência. Para enfrentar a “guerra de baixa intensidade” imposta pelo Exército Federal, desencadeou-se uma guerra de palavras, imagens, de organização e mobilização, com muita criatividade e o apoio de uma rede de solidariedade bem articulada.

Alguns analistas, jornalistas, políticos e funcionários governamentais começaram a dizer que o conflito de Chiapas era apenas uma guerra de palavras travada nos diversos meios de comunicação e portanto, uma guerra midiática. O então chanceler mexicano, José Angel Gurría, chegou a afirmar em uma conferência para empresários e investidores que “o movimento zapatista não passava de uma guerra de papel e Internet” (*LA JORNADA*, 10/08/96 citado por ORTIZ, 2006, p. 44).

O EZLN e seus simpatizantes fizeram e ainda fazem, ao longo de mais de dez anos, uma inteligente combinação do uso de redes eletrônicas com táticas mais convencionais das lutas sociais e ações de solidariedade, como discussões, encontros, debates, passeatas, mobilizações etc. No plano das estratégias de comunicação, o EZLN e o movimento de solidariedade têm mostrado agilidade e criatividade para produzir e veicular vídeos, compilações dos comunicados, fitas de áudio com entrevistas da comandância, músicas, CDs, CDs ROMs, emissões de rádio legais e clandestinas e também de TV. Ampliam assim o alcance das informações sobre Chiapas para os que estão distantes e mesmo para aqueles que não têm acesso à Internet.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional não só inaugurou uma nova forma de guerrilha no cenário dos conflitos mundiais, como utilizou os processos de globalização a favor da corrente oposta à lógica capitalista. Os ideais de liberdade, democracia e direito aos povos indígenas negados por mais de 500 anos ganharam um aliado sem fronteiras, de difícil censura e controle pelo Estado. A Internet se

tornou um novo campo de batalha, silencioso e invisível, de grande acessibilidade e o mais próxima possível da democracia.

A forma de divulgação do movimento, absolutamente nova e original, legou ao zapatismo a reinvenção das formas de pressão política e conflito no final do século XX. Não se utilizava mais de um espaço geográfico de luta e movimentação específico, mas sim de uma forma difícil de ser controlada, indeterminada, sem limites. De acordo Cavalcanti (2001), essa mudança de paradigma, com relação à tecnologia, só se tornou possível porque a presença da Internet desfez a certeza inabalável até ao fim da década de 80 de que os meios de comunicação serviam como um mecanismo de dominação a serviço do poder, fosse ele democrático ou totalitário, capitalista ou comunista.

A capacidade dos zapatistas se comunicarem com o mundo e com a sociedade mexicana e de captarem a imaginação do povo e intelectuais acabou lançando um grupo local de rebeldes inicialmente de pouca expressão para a vanguarda da política mundial.

6.3 “TODOS SOMOS MARCOS”: A ORIGINALIDADE DO MOVIMENTO

Embora muitos indícios apontem para a precariedade do movimento, como fuzis de madeira, falta de uniformes etc., uma longa preparação havia precedido o levante, conforme já apresentado,. “A expressão militar do movimento zapatista surgiu como essas coisas que sucedem de repente, no meio do cenário neoliberal, para mostrar que há quem não se disponha a pagar o custo dos ajustes econômicos” (SAINT-PIERRE, 1999, p. 207). Os zapatistas mostraram o que os

intelectuais, em suas prolongadas tertúlias acadêmicas, não conseguiram fazer: o limite da contradição do programa neoliberal.

O movimento de Chiapas incorporou à teoria da guerrilha uma série de novidades. O primeiro fato a ser considerado é que se tratou da primeira insurreição pós-muro, o primeiro movimento a contestar a nova ordem mundial: o neoliberalismo. O segundo pode ser detectado no nível simbólico, muito bem trabalhado pelos zapatistas, ao fazer coincidir o levante de índios e miseráveis reclamando “pão, saúde, educação, autonomia e paz”, no mesmo dia em que entrava em vigor o TCL. Mas os elementos que podemos considerar mais importantes são as três alterações operadas pelos zapatistas no âmbito da política, da estratégia e da tática, como analisa Saint-Pierre, (1999). Em primeiro lugar, o fim político deixa de ser a mudança de sistema e apenas propõe algumas alterações no sistema; em segundo, como consequência do primeiro, no nível estratégico é abandonado o objetivo de aniquilar as forças dominantes, e em seu lugar, o que se buscou foi o diálogo com o governo; no nível tático, incorporou-se a utilização de símbolos, visando potencializar o uso de armas e muitas vezes até substituí-lo e a utilização em larga escala da comunicação via Internet, como forma de ir contra o efeito da relação de forças completamente desiguais.

Aprofundando a análise proposta no parágrafo anterior, o objetivo político dos zapatistas não era a tomada de poder. Seu objetivo não era aniquilar as estruturas repressivas do Estado ou revolucionar o sistema; sua pretensão política limitava-se a obter algumas reformas dentro do próprio sistema, abrir diálogo com ele, mas nunca derrubá-lo. Desde 1983, o pensamento marxista crítico em conjunto à cosmovisão indígena de resistência e as formas tradicionais de luta dos povos camponeses determinaram que seus objetivos e estratégias eram diferentes dos demais

movimentos guerrilheiros, sintetizados na idéia de não tomar o poder e sim mudar as suas formas de exercício.

Tal posicionamento pode ser confirmado nas palavras do próprio Subcomandante Marcos, em entrevista a Ortiz (2006):

“[...] nos distanciamos da tomada de poder. Nosso objetivo é abrir espaços de luta para toda a sociedade. Lutamos para que as soluções não sejam excludentes, mas tolerantes. Não pretendemos ser donos da verdade nem ter a última palavra. Aceitamos que há outras idéias e que o futuro pode ser construído com a participação de todos. [...] Não pretendemos tomar o poder, mas queremos algo mais simples, mudar o mundo.” (p. 172).

Os zapatistas implementaram, assim, uma nova função estratégica para a violência armada: a utilização da tática de guerrilha não como uma procura de espaço para estabelecer um exército revolucionário, mas sim para forçar o governo a abrir diálogo com o movimento insurgente.

Outro ponto a ser analisado foi a utilização de elementos simbólicos pelo movimento. Quando falamos do poder simbólico que o movimento pode alcançar, estamos falando não somente de sua produção jornalística, mas sim da literatura criada, absorvendo adultos com informações políticas e crianças através da divulgação de crenças e histórias indígenas. Por meio de interlocutores apropriados, que conseguem habitar o imaginário infantil, formam-se opiniões que poderão no futuro ajudar na mudança do cenário político vigente. O livro infantil ricamente ilustrado “A História das Cores” foi escrito pelo Subcomandante Marcos e termina com a seguinte frase:

“E foi assim que a arara ganhou suas cores e anda por aí passeando, para que os homens e as mulheres não se esqueçam que existem muitas cores e pensamentos, e que o mundo só será alegre se todas as cores e todos os pensamentos tiverem seu lugar.” (MARCOS, 2003).

Utilizando-se de figuras e imagens, o EZLN conseguiu construir uma imagem simbólica capaz de lhe evidenciar, ao mesmo tempo em que protege sua identidade. O “passa-montanha”, espécie de gorro que os zapatistas usavam e que encobre

todo o rosto, não serve apenas como disfarce com a intenção de proteger suas identidades. De acordo com Bisco Junior (2007) “o passa-montanha também traz o significado de que todos seriam iguais. Com os rostos encobertos, procuram mostrar que não existem diferenças na face e que o Marcos pode ser qualquer pessoa que tenha a intenção de mudar a situação vigente”(p. 67).

Os próprios comunicados de Marcos, com uma linguagem fluída, de leitura agradável e acessível, utilizavam-se constantemente do bom humor, citações literárias, referências culturais do universo indígena, conquistando leitores no México e no mundo todo. Como aponta Bisco Junior (2007) “a conquista de leitores não escolhe classe nem raças, os zapatistas se dirigem a um público-alvo extremamente abrangente.”(p. 71). Os comunicados eram traduzidos nas principais línguas utilizadas no mundo e, para os próprios índios, nos diversos dialetos como *chol*, *zoque* e *tojibal*.

A lembrança do general Emiliano Zapata é também um elemento simbólico a ser considerado. A associação à Revolução Mexicana de 1910 através da figura do general tende a recuperar o mito do herói agrário entre os novos combatentes, ao mesmo tempo em que a utilização do nome do lendário combatente serve como propaganda à adesão de novos apoiadores e guarda a idéia de retorno à revolução e à luta.

Os zapatistas foram mestres no uso de imagens para transmitir suas mensagens, quebrando com a tradição dos revolucionários e intelectuais que utilizavam a palavra escrita como centro do trabalho. As imagens facilitaram a comunicação com uma sociedade cada vez mais televisiva, focada na correria do dia-a-dia e massacrada com uma avalanche de símbolos gerados pela economia de mercado. A invocação de imagens também sempre foi um recurso importante nas

sociedades indígenas através da tradição oral, capaz de devolver a vida aos deuses ancestrais, criando um elo entre o passado e o presente. Essas imagens contrastam-se com os símbolos da modernidade e com o discurso dos governantes que visavam um país globalizado, invertendo-se as premissas do pensamento neoliberal: pregar a globalização humana em substituição à globalização econômica.

Na prática, o zapatismo politizou a linguagem da sociedade e seus conteúdos simbólicos e históricos; inspirou-se na história constantemente, não somente para denunciar o passado de exploração e racismo e demonstrar sua atualidade, mas também para extrair daquele passado valores de luta e resistência. Ao se apoiar nos símbolos e imagens de heróis nacionais, assegurou uma forma de interação direta com os mexicanos e o mundo. Além disso, a criação de personagens ajudou a constituir uma visão bastante simplificada e direta para a grande massa. O grupo, que ainda luta por direitos reivindicados desde o Antigo Regime, não deixou de se tornar contemporâneo principalmente no modo de interação com a comunidade mexicana e mundial.

Todavia, a maior novidade do movimento foi no nível tecnológico: a utilização generalizada da Internet no contato entre a guerrilha e a opinião pública. Os zapatistas conseguiram manter-se permanentemente em contato com numerosos grupos políticos, acadêmicos, de direitos humanos e de solidariedade do mundo todo, permitindo ações articuladas de apoio internacional. Mensagens de socorro provocaram uma avalanche de fax e mensagens eletrônicas dirigidas ao presidente mexicano, exigindo o imediato cessar-fogo. Aponta Saint-Pierre (1999): “Como culminação dessa corrente cibernética, os zapatistas conseguiram reunir grande apoio internacional e organizar um movimento nacional que pressionou, na capital mexicana, para deter os bombardeios da aviação do governo.” (p. 211).

A detecção e a divulgação dos planos para executar a segunda contra-ofensiva generalizada das tropas do governo, que possivelmente destruiria a resistência armada da guerrilha dada a desigualdade extrema de forças, provocaram outro movimento na opinião pública internacional, cuja repercussão no governo abortou o ataque.

Os zapatistas conseguiram montar uma rede de comunicação internacional via Internet que fez toda a diferença na guerra. A utilização desses elementos de ação por parte de um grupo guerrilheiro mostrou ao mundo que nos encontramos diante de um outro tipo de guerra, “posterior a queda do muro de Berlim, em que os símbolos importam mais que as armas, a comunicação mais que a correlação de forças.” (SAINT-PIERRE, 1999, p. 212).

O uso dos grandes meios midiáticos, poderosa arma das corporações capitalistas, apresentou brechas que se converteram em grandes portais no combate ao poder vigente, através da divulgação das manifestações do grupo guerrilheiro. Assim, além do uso tradicional da mídia para acobertar os fatos, a própria mídia tornou-se também um importante mecanismo de divulgação dos comunicados do Exército Zapatista de Libertação Nacional, cuja inovação na incorporação de novas técnicas de comunicação certamente revolucionaram a história das guerras.

6.4 CONCLUSÕES

Os zapatistas foram pioneiros no uso da Internet como instrumento estratégico para a ação política. Das selvas de Chiapas, eles desenvolveram uma rede de comunicação que chamou a atenção do México e do mundo. A circulação de informações sobre o conflito e o movimento em escala mundial, através da

Internet e das redes de comunicação alternativas, foram sendo tecidas no espaço virtual e tornaram o zapatismo o primeiro grupo organizado a empreender uma oposição sistemática contra os efeitos da globalização econômica, sendo um dos mais bem sucedidos exemplos do uso das telecomunicações pelos movimentos sociais. Além de possibilitar a criação espontânea de uma rede internacional de solidariedade para apoiar os zapatistas e as comunidades indígenas chiapanescas, a utilização da Internet pelos grupos de apoio em vários países fortaleceu alianças políticas e propiciou o crescimento de uma articulação inédita que somou o ciberespaço ao cotidiano das lutas. Os impactos sociais e políticos da comunicação *online* mostraram que, apesar de todas as restrições estruturais do movimento, o uso das tecnologias permitiu formas inovadoras de exercício da democracia.

Como coloca Di Felice e Muñoz (1998): “Além do reconhecimento, da adesão e do consenso ganhos, dentro e fora do país, os zapatistas iniciaram uma série de atividades políticas concretas que quebrou os limites geográficos de sua ação política”. (p. 17).

Mais que as barreiras geográficas, os comunicados *online* emitidos de Chiapas superaram também o bloqueio da mídia que ocorria naquela região. Tanto as emissoras de TV mexicanas quanto os grandes jornais norte-americanos davam suas próprias versões do movimento. Através do correio eletrônico, o EZLN conseguiu vencer o controle que a mídia exercia sobre as informações envolvendo o movimento rebelde. Essa mudança foi possível porque o advento da Internet desfez certezas que até a década de 80 pareciam inabaláveis, como a de que os meios de comunicação de massa, pela sua própria natureza, serviriam como mais um mecanismo de dominação a serviço do poder.

O sucesso dos zapatistas deveu-se, em grande parte, à sua estratégia de comunicação, a tal ponto que eles podem ser considerados, de acordo com Castells (1999), como o primeiro movimento de guerrilha informacional. Eles criaram um evento de mídia para difundir sua mensagem, ao mesmo tempo tentando desesperadamente não serem arrastados a uma guerra sangrenta.

A utilização amplamente difundida da Internet permitiu aos zapatistas disseminarem informações e sua causa a todo o mundo, de forma praticamente instantânea, e estabeleceram uma rede de grupos de apoio que ajudaram a criar um movimento internacional de opinião pública, praticamente impossibilitando o governo mexicano de fazer uso da repressão em larga escala. As imagens e as informações provenientes dos zapatistas, e a respeito deles, atuaram de maneira decisiva sobre a economia e política mexicanas. Os ataques armados por parte das tropas do governo federal certamente aniquilariam o exército guerrilheiro, dada a desproporção exagerada de forças. Os zapatistas foram protegidos da repressão absoluta por sua inabalável conexão com a mídia, bem como pelas alianças estabelecidas em todo o mundo via Internet, forçando o governo a negociar e levando ao conhecimento da opinião pública mundial sua exclusão social e a corrupção política.

O EZLN apresenta, portanto, uma vertente diferente de grupos guerrilheiros nacionais: não tem armas como seu principal apoio. As palavras lhe trouxeram a força da população, que conseguiram ter acesso a seus problemas e abraçaram sua causa.

Citado por Castells (1999), o Subcomandante Marcos afirma:

“Quando as bombas estavam caindo sobre as montanhas ao sul de San Cristobal, nossos combatentes resistiam aos ataques das tropas federais e o ar recendia a pólvora e a sangue, o comitê clandestino revolucionário indígena do EZLN me chamou e disse mais ou menos o seguinte: devemos dizer o que temos de dizer e sermos ouvidos. Se não fizermos isso já, outros assumirão nossas vozes e mentiras sairão de nossas bocas contra

nossa vontade. Procure um meio de manifestar nossas idéias a todos que disponham-se a ouvi-las". (p. 104).

O zapatismo do final do século XX surpreendeu por conseguir fazer o mundo ouvir o passado histórico mexicano. Surpreendeu porque demonstrou que a política não é inexoravelmente um terreno intocável pela grande população. O discurso político revolucionário apelou para a poesia e para a anedota, para o jogo de palavras e a metáfora. Frente a isso, a classe política profissional se encontrou desarmada.

Ao impulsionar as redes de apoio e solidariedade ao movimento, dentro e fora do México, possibilitou uma discussão em nível mundial sobre a realidade das comunidades indígenas e camponesas, sobre os efeitos das políticas neoliberais no campo social, sobre as implicações da revolta zapatista e muitas outras questões atuais de grande relevância. As tecnologias do final do século passado, ao mesmo tempo em que ajudaram a constituir uma padronização formulada pelas grandes corporações, constituíram uma possibilidade, uma brecha onde os zapatistas conseguiram construir esperança.

7 ESPANHA E “A NOITE DOS CELULARES”

Neste capítulo apresentaremos nosso segundo estudo de caso: o atentado terrorista em Madri ocorrido em 11 de março de 2004, e seus desdobramentos nos três dias seguintes que culminaram em uma das maiores reviravoltas eleitorais já vistas no país.

A oportunização do desastre que causou a morte de 200 pessoas e 1.500 feridos às vésperas das eleições nacionais pelo Partido Popular (PP) levou milhares de pessoas às sedes do partido em diversas cidades da Espanha a exigirem resposta para a pergunta “*Quién ha sido?*”. O grande diferencial nesse episódio foi a eficiência da rede de comunicação alternativa em superar a abrangência da mídia impressa e televisiva usada pelo governo para tentar vender sua história. Inúmeras mensagens de SMS foram trocadas entre os cidadãos do país organizando passeatas no dia seguinte aos atentados em protesto contra a violência e a tentativa de manipulação das informações. Cada um que recebia o SMS encaminhava a mensagem à vários outros, e deste modo a rede cresceu de maneira exponencial. Emissoras de rádio, *sites* e fóruns na Internet transmitiam os detalhes dos atentados, todas as entrevistas coletivas das autoridades, buscando informações para contrastá-las.

A manifestação da noite do dia 13 março foi a de maior público desde o final da Segunda Guerra Mundial. O resultado do pleito do dia seguinte levou os socialistas do PSOE de volta ao comando da Espanha, contrariando todas as pesquisas divulgadas até então e com um aumento significativo do percentual de votantes em um país onde o voto não é obrigatório. Naquela histórica “noite dos

celulares”, a potencialidade das ferramentas definidas na mobilidade foram evidenciadas, permitindo e desenvolvendo a informação distribuída.

A partir deste estudo, pretendemos novamente dirigir-nos ao nosso problema, com o objetivo de mostrar a possibilidade das tecnologias de comunicação atuarem como instrumento de ação, transformação e mudança.

Para analisar o caso iniciaremos com um breve contexto histórico da Espanha e na seção seguinte traremos informações relevantes à compreensão de dois grupos com papel central nas manifestações: o ETA e a *Al Qaeda*, uma vez que no período entre o atentado e as eleições, não foi possível determinar qual grupo havia planejado as explosões. Na terceira seção abordaremos o contexto dos meios de comunicação na Espanha e o fato deste país ser considerado até então invertebrado; uma abordagem de fundamental importância para entendermos a ruptura que o caso estudado proporcionou na sociedade espanhola. Após esse contexto geral, na quarta seção vamos aprofundar todos os acontecimentos desde as explosões até a resposta do governo após as eleições, com o objetivo de explorarmos nosso problema central. Devido à sua relevância e para podermos apresentá-la de forma profunda, vamos organizá-la em seis partes: na primeira, mais descritiva, vamos apresentar o atentado e os acontecimentos que se sucederam nos três dias seguintes até as eleições; na segunda parte vamos apresentar, também de forma descritiva, os resultados dos julgamentos sobre a autoria do atentado e a atitude do PP diante do mesmo; na terceira traremos toda a problemática da necessidade do governo em culpar o ETA pelas explosões; na quarta parte encontra-se o eixo de nosso trabalho: vamos nos aprofundar nos mecanismos de comunicação utilizados pelo governo e pela população. Na quinta parte traremos as tentativas do governo de deslegitimar o resultado eleitoral, na última parte do capítulo abordaremos a

natureza do ataque: o terrorismo em rede. Finalizaremos com nossas conclusões sobre o caso.

Desta forma, pretendemos apresentar o caso de forma clara e nos aprofundar em todos os seus desdobramentos, para que possamos fazer uma análise consistente sobre a utilização das tecnologias de comunicação na participação dos cidadãos nos processos democráticos.

7.1 HISTÓRIA

Para que possamos compreender em que contexto se deu o ataque, às vésperas de uma eleição geral, é necessário conhecer um pouco da trajetória política da Espanha e em que situação encontravam-se os partidos concorrentes ao pleito. A construção desse histórico foi baseada em Vieira (2009), conforme veremos a seguir.

A Espanha esteve sob a ditadura de Francisco Franco por 39 anos. Em 1975, com a morte do ditador e a concentração nacional em torno do Pacto de Moncloa⁴, o país começou sua caminhada para a Espanha que conhecemos hoje.

A constituição espanhola de 1978, sob o reinado de Juan Carlos I, confirmou as liberdades democráticas e o regime monárquico parlamentar. Em 1982, as eleições levaram ao governo executivo o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), com Felipe González ocupando o cargo de primeiro ministro. Como governante, Gonzalez deu início a um forte programa de privatizações, seguindo a

⁴ O Pacto de Moncloa foi assinado em outubro de 1977 entre o governo espanhol e todos os partidos políticos representados nas Cortes e estabelecendo um compromisso pela solução dos graves problemas econômicos que afetavam o país. Entre as principais medidas concretas acordadas, salientou-se aos aumentos salariais durante 1978, preços máximos para artigos de primeira necessidade, redução das despesas orçamentais, medidas contra os especuladores de terrenos e reforma do sistema fiscal.(BARRETO, 1978).

linha neoliberal que predominou nos anos 1980 e 1990. Seu sucessor em 1996 foi José Maria Aznar, que embora pertencesse ao PP, seguiu um programa similar ao de González, tornando as privatizações um instrumento de política industrial com relativo sucesso.

Em 2004, o país já se estabelecia como uma das democracias mais consolidadas do mundo, com eleições periódicas e um sistema de governo estável. Os traumas da ditadura franquista estavam bem resolvidos, ou pelo menos a maioria deles. A Espanha não era somente uma democracia bem instituída, mas começava a dar sinais de recuperação econômica e possuía uma indústria forte.

Às vésperas das eleições de 2004, quando seria eleito um novo primeiro ministro, a sociedade espanhola vivia três problemas principais: o primeiro era o desemprego, que girava em torno de 10% naquele ano e era um dos mais elevados da Europa. Os outros dois eram bem delicados: a participação dos soldados espanhóis na segunda guerra do Iraque e a política governamental contra o grupo basco ETA.

O governo espanhol liderado por Aznar vinha se esforçando para desmembrar a cúpula do ETA, recebendo o apoio da imensa maioria da população, inclusive no País Basco. Durante os anos 90 e 2000 aconteceram inúmeras manifestações públicas contra a organização, ainda que muitas fossem marcadas pelo medo e conformismo da população. Era nesse contexto que a Espanha iria às urnas para escolher o sucessor de Aznar no dia 14 de março de 2004.

Dentre os principais candidatos a primeiro ministro estavam Mariano Rajoy, apoiado por Aznar pelo PP e José Luis Zapatero do PSOE. O PP era o favorito nas pesquisas. O Instituto Opina, publicou pelo *El País* em 7 de março que o PP conquistaria 168 a 172 cadeiras do Parlamento, obtendo 42% dos votos. O PSOE

ficaria com 134 a 141, com 38% dos votos. De acordo com as pesquisas, Mariano seria eleito mesmo que o PP não obtivesse maioria absoluta no Parlamento. Os números eram parecidos com a pesquisa realizada pela empresa *Sigma Dos* e publicada pelo jornal *El Mundo* em 8 de março. O levantamento indicava a conquista de 168 a 173 cadeiras pelo PP, enquanto o PSOE teria de 138 a 144 cadeiras. Uma semana antes do pleito a eleição parecia definida.

O resultado final, no entanto, surpreendeu e apontou o candidato do PSOE, Zapatero, como o novo primeiro ministro espanhol. Números oficiais do Ministério Espanhol do Interior indicaram que com pouco mais de 11 milhões de votos, ou 42,59% dos votantes, o partido socialista elegeu 164 parlamentares, dando o maior número de cadeiras no Parlamento e, conseqüentemente, o direito de indicar o primeiro-ministro. O PP elegeu 148 parlamentares, com cerca de 9,7 milhões de votos ou 37,71%.

Além da vitória socialista, houve outro elemento importante do processo eleitoral: o aumento na participação dos espanhóis, uma vez que o voto no país é facultativo. Nas eleições de 2004 a presença dos eleitores foi de 75,66%, quase três milhões a mais que em 2000, quando apenas 68,71% compareceu às urnas.

7.2 ETA E AL QAEDA

Entre o dia 11 de março e as eleições espanholas, as duas organizações ETA e *Al Qaeda* foram elementos centrais de discussão devido a indeterminação da autoria das explosões. Durante toda campanha eleitoral do PP, o ETA havia sido vendido na mídia como uma grande ameaça ao país. Um atentado da *Al Qaeda*, além de acabar com a vida daquelas pessoas, destruiria também o roteiro. A

tentativa de estelionato eleitoral esteve, desta forma, no eixo central de todas as manifestações. O entendimento da natureza de cada grupo torna-se, assim, uma ferramenta importante para compreendermos o caso estudado. Para analisar estes dois grupos nos baseamos em Sobral (2005) e Sarfati & Toutin (2007).

O *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA), cuja tradução literal significa “Pátria Basca e Liberdade”, é uma organização separatista que tem como objetivo maior a independência do País Basco. Localizado no norte da Espanha e sudoeste da França, o País Basco - Euskadi - é uma região autônoma, sendo dividida em seis províncias: Guipuzcoa, Alava, Vizcaya (território espanhol), Labourd, Baixa Navarra, e Soule (território francês). Embora não seja uma nação independente e soberana, possui certa autonomia no processo de tomada de decisões. Sua descendência vem de um povo antigo de origem relativamente misteriosa devido ao isolamento geográfico. Tem uma cultura bastante diferenciada e fala-se na região, além do espanhol, o idioma basco (*euskara*).

O ETA surgiu em 31 de julho de 1959, como dissidência do Partido Nacionalista Basco (PNV), fundado em 1894. Em 1959, membros da ala jovem do PNV estavam insatisfeitos com as diretrizes tomadas pelo partido que, entre outras, não defendia mais a luta armada, mostrando-se demasiadamente conservador. Com o intuito de continuar lutando pela independência com métodos diferenciados e mais eficazes, foi fundada a Organização Socialista Revolucionária Basca de Libertação Nacional - *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA).

A luta armada começou a ser empregada em meados dos anos 60, através de assaltos a banco, explosões e assassinatos. O objetivo de tais ações era aumentar a percepção e revolta da população acerca da perseguição do povo basco. A primeira divisão do grupo ocorreu em 1966, quando havia a ala “nacionalista”,

mais estratégica e a ala “ideológica”, que seguia a vertente marxista-leninista e defendia o uso da sabotagem e assassinatos para conseguir a independência.

Desta forma, desde sua criação o ETA teve duas alas: uma política e outra militar. A primeira admitia a luta armada e a luta política como partes complementares e essenciais do processo de libertação nacional. A segunda, mais radical, defendia exclusivamente a luta armada, com ataques a oficiais da polícia e do exército, altos funcionários do governo e edifícios públicos. O braço armado do ETA surgiu como um instrumento circunstancial de pressão contra a repressão sofrida pelos habitantes do País Basco durante o franquismo, tornando-se poderoso e independente da representação política do movimento e realizando seu primeiro atentado em 1974, deixando 12 mortos e mais de 80 feridos.

Após a morte de Franco, em 1975, instalou-se na Espanha o regime democrático, tendo à frente o rei Juan Carlos I, que propôs às províncias bascas uma autonomia que lhes permitissem organizar sua polícia, arrecadar impostos e difundir a língua basca. Essas propostas foram aceitas num referendo em 1979, embora o ETA continuasse praticando ações violentas, objetivando a independência total. É importante ressaltar que o ETA não recorria somente à defesa de seus interesses através da luta armada e ações violentas. Diversas vezes houve a tentativa de negociar pacificamente com o governo espanhol, com períodos de trégua e paz.

Na década de 1980, ocorreu uma nova onda de atentados com o intuito de forçar as negociações com o governo espanhol e em 1982, o ETA político-militar desapareceu. Em 1995 foi lançado o programa Alternativa Democrática, que tinha como objetivo instalar um ambiente pacífico e democrático para as negociações entre o grupo e o governo espanhol, na esperança de alcançar o objetivo basco.

Algumas sugestões do programa tornava a sociedade basca responsável por decidir qual modelo de Estado seria criado e, em troca, o ETA suspenderia todas as atividades armadas. Sem consenso, os ataques recomeçaram durante as eleições de 1996, vencidas pelo conservador Partido Popular e tendo como primeiro-ministro José Maria Aznar. Em 1998, novamente o ETA anunciou um cessar-fogo, retomando as negociações com o governo, mas em novembro de 1999, a recusa de Aznar em transferir 600 presos políticos para o País Basco resultou na retomada das ações violentas contra o Governo Central.

Combatido pelas forças de segurança espanhola e também por nacionalistas bascos moderados, condenado por grande parte da opinião pública espanhola e internacional, o ETA periodicamente cometia atentados e assassinatos de políticos, jornalistas, juízes e policiais. Desde 11 de setembro de 2001, o grupo se encontrava em silêncio, fato considerado mais como o resultado de políticas de combate eficazes do que uma trégua de fundo moral ou tático.

A estrutura do grupo é relativamente pequena, contando com aproximadamente 20 ativistas principais e centenas de seguidores. Não existe uma hierarquia claramente definida em termos de cargos formais, apesar da existência de chefes e subchefes. Os membros atuam em células pequenas e auto-suficientes, mantendo ligações com a organização principal, com a intenção de dificultar o rastreamento por parte do governo.

Os seqüestros são ferramentas poderosas de obtenção de recursos financeiros e utilizados para pressionar o governo. O seqüestro foi adotado pela primeira vez em dezembro de 1970, com a apreensão por 25 dias do cônsul alemão na Espanha, Eugenio Behil e desde então a maior parte acaba com o pagamento de um significativo resgate.

Com o passar do tempo os seqüestros perderam força à arrecadação através do imposto revolucionário: membros do ETA enviavam cartas ameaçadoras a empresários bascos exigindo o pagamento de um imposto para preservar sua vida e a de seus familiares e ainda que seu patrimônio permanecesse intacto. Por mais que houvesse denúncias desta prática, não se pode calcular com exatidão quantos pagaram a quantia exigida pelo grupo, já que o terror psicológico causado é significativo.

As ações do ETA já resultaram na morte de 817 pessoas, sendo a sua maioria policiais, membros das forças armadas e políticos. Mesmo tendo nascido como uma força antifranquista, o grupo seguiu em atividade após o restabelecimento da democracia na Espanha.

O outro grupo envolvido nos acontecimentos de março de 2004 em Madri é a *Al Qaeda*, cujo significado é “A Base”, e pode ser descrita como uma organização terrorista global de fundamentalismo islâmico que tem como fundador e principal líder Osama Muhammad Bin Laden.

Nascido na Arábia Saudita em 1957 e filho de um importante construtor da região, Bin Laden se formou em Economia e Engenharia, recebendo uma educação ocidentalizada, inclusive na Suíça. Muitos estudiosos dizem que seu envolvimento com o terrorismo iniciou em 1973, mas foi a luta afegã contra o controle soviético alguns anos mais tarde que o direcionou no “caminho do terror”, levando-o ao posto de comandante de um dos principais grupos terroristas da atualidade.

Em 1979, a União Soviética instalou um governo comunista em Kabul, Afeganistão. Bin Laden, então na faculdade, desviou-se de seu objetivo inicial e assumiu a construtora da família, tornando-se profundamente religioso sob influência de seu professor Dr. Abdullah Azzam. No mesmo ano criou um abrigo chamado *Al*

Qaeda Al Sulbah (A Base Sólida) para os combatentes árabes do conflito na cidade de Peshawar, fronteira com o Paquistão.

Sendo uma figura extremamente influente entre os muçulmanos, Azzam fundou entre 1982 e 1984 a *Maktab al Khidmat* (MaK), uma organização dedicada a recrutar guerrilheiros em todas as terras muçulmanas, treiná-los e armá-los para defender o território afegão. Bin Laden, um dos maiores financiadores, logo se tornou um líder e passou também a recrutar jovens árabes e muçulmanos. A MaK recebeu quantias significativas de governos ocidentais que tinham como maior inimigo na época o Comunismo. Países como os EUA e a Inglaterra forneceram inclusive treinamento e conselhos técnicos.

Quando a luta anticomunista chegou ao fim, Azzam passou a apoiar Ahmadshah Massoud, então líder da aliança de combate ao Talibã e a relação entre Bin Laden e Azzam sofreu um abalo, pois Osama preferia Gulbuddin Hekmatyar, líder anticomunista e antiocidental da *Hizb-i-Islami*, grupo de defesa dos interesses islâmicos. Em 1988, Bin Laden retornou à Arábia Saudita como herói e teve então a idéia de criar um grupo que reunisse todas as causas e ideais muçulmanos, juntando os mais de 10.000 homens treinados pela MaK - surge então a *Al Qaeda*. No ano seguinte Azzam morreu na explosão de seu carro durante um atentado e especulase que sua posição contrária ao uso da verba da MaK no financiamento da *Al Qaeda* seja um dos motivos.

A definição dos objetivos atuais da *Al Qaeda* e sua transformação para um grupo terrorista ocorreram em 1990, quando Saddam Hussein invadiu o Kuwait. Tendo em vista as possíveis conseqüências e buscando novamente a glória alcançada no Afeganistão, Bin Laden ofereceu sua equipe e estrutura para defender a Arábia Saudita das forças iraquianas. Atualmente, seus objetivos são: difundir

ideais islâmicos, acabar com regimes corruptos nos países muçulmanos e destruir os poderes, especialmente ocidentais, que tentam infiltrar-se no mundo muçulmano.

Em termos de funcionamento, a *Al Qaeda* é um grupo terrorista que funciona como uma rede, ainda que possua um líder e alguns membros com maior autoridade em sua cúpula. Mantêm diversos vínculos com instituições de caridade, com o objetivo principal de usá-las como fachada para lavagem de dinheiro e também desviar fundos doados aos próprios cofres. Além disso, o grupo assume uma função importante de previdência social, recebendo fundos de caridade e providenciando ações humanitárias, tal como o Exército de Salvação.

A maioria dos militantes da *Al Qaeda* foi recrutada por organizações islâmicas em seus países de origem. Os recrutadores geralmente localizam as pessoas com vocações promissoras em seminários ou mesquitas. O possível recrutado é abordado após um período de observação e levado para um acampamento onde diversos fatores são analisados como: compromisso com o Islã, segurança psicológica, inteligência e condicionamento físico.

Traçando um paralelo entre a *Al Qaeda* e o ETA, baseado na análise proposta por Sarfati e Toutin (2007), podemos dizer que o grupo basco é caracterizado como uma organização local, voltado à independência de seu território, com alcance internacional no máximo envolvendo ataques terroristas em certas regiões francesas que fazem parte do País Basco e algumas células seguidoras em países como Argentina, Itália e México, não apresentando grande representatividade ou grande influência no grupo. Já a *Al Qaeda* difere por ser caracterizada como uma organização global que não observa limites de fronteira. Seus ataques não são centralizados, podem ocorrer em qualquer cidade ou país. Grande parte dos objetivos do grupo tem alcance mundial, envolvem a destruição dos inimigos infiéis

do Ocidente, principalmente os que tentam se infiltrar no mundo muçulmano, exigindo uma estrutura compatível ao tamanho dos seus objetivos.

Os dois grupos possuem maneiras explicitamente diferentes de organização interna, sendo o ETA um grupo que atua sob um regime centralizado, em uma estrutura vertical de trabalho que apesar de não ser regida, possui uma hierarquia. Já a *Al Qaeda* é um grupo com funcionamento baseado em rede relativamente novo se comparado a grupos terroristas mais antigos. Consiste em diversas células ou subgrupos individuais que trabalham em conjunto e com certa autonomia por um determinado objetivo, sem depender de uma estrutura organizada hierárquica. Existem líderes e figuras de maior importância dentro do grupo, já que o termo rede não é sinônimo de desorganização, sem uma distribuição formal de cargos e papéis para todos os membros. Essa estrutura em rede é um dos pontos fortes da *Al Qaeda*, pois permite que o grupo funcione ao redor do mundo de maneira mais ágil, rápida e menos burocrática, alcançando seus objetivos e dificultando o controle do grupo por parte de serviços secretos e agências internacionais.

Seguindo o paralelo traçado podemos concluir que os grupos ETA e *Al Qaeda* são essencialmente diferentes. Não há como colocar em um mesmo patamar dois grupos com motivações, ideologias, estruturas e métodos de ação tão diferenciados. As estruturas organizacionais apresentam as maiores fontes de diferença entre os grupos. O ETA é uma organização local enquanto a *Al Qaeda* atua em escala global. Ambos os conceitos de auto-imagem nacional e percepção da história influenciaram no surgimento dos grupos, mas de maneiras bem diferentes. Enquanto o ETA sofreu com uma repressão localizada, a *Al Qaeda* surgiu para combater a ação repressora de diversos países, iniciado pela dominação soviética do Afeganistão. As estruturas de trabalho também se diferem significativamente. Enquanto o grupo basco

concentra-se em apenas uma região, com uma estrutura centralizada, a organização de Bin Laden atua como uma rede, com células espalhadas ao redor do mundo. A arrecadação de fundos para as operações também é um sinal importante de diferença. Enquanto um realiza seqüestros, assaltos a bancos e extorsão de empresários, o outro tem como principal fonte financeira seu líder, Osama, dono de uma grande fortuna dedicada à sustentação de seus ideais.

Dessa forma, essas diferenças de *modus operandi* levam-nos a entender que o ataque de 11 de março dificilmente poderia ser considerada uma ação do ETA.

7.3 ESPANHA: UM PAÍS INVERTEBRADO

Antes de nos aprofundarmos no ataque terrorista em Madri às vésperas das eleições gerais e em seus desdobramentos, é importante entender em que contexto se encontrava a Espanha no que diz respeito à comunicação e sua organização em rede.

Não podemos deixar de ligar a carência de uma estrutura de rede no país ao período desde o incidente de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos até o ataque aos metrô de Madri em 11 de março de 2004 e ainda as novas necessidades que se abriram para a Espanha a partir de então.

Qualquer problema de identidade é um problema de ausência de estrutura de rede. A Espanha não foi capaz de entender o ataque de 11 de setembro e era considerada uma nação invertebrada, onde o protagonismo político e social residia, até então, em tentativas de impor uma unidade nacional canônica no estilo do século XIX, tanto pelo governo do PP quanto pelos emergentes movimentos de independência periféricos. Conforme Ugarte (2004), “esse mundo chegou ao fim em

11 de março.” (p. 27). Os acontecimentos do dia 13 de março causaram uma reviravolta nas eleições do dia seguinte e marcaram a emergência de uma nova realidade, a nação rede, cujo desenvolvimento é a peça fundamental para enfrentar o desafio do mundo contemporâneo e o perigo do terrorismo em rede.

Por que ocorria assim na Espanha? As causas de uma rede espanhola e os temas que as unia era afinidade biogeográfica, como alguém que sempre estudou na mesma escola ou trabalhou a vida toda na mesma empresa. Como a causa da união em rede é uma identidade ideológica (gostos, estética, valores), quando alguém ouvia um disco ou ia a um concerto e não gostava, não mandava um *email* contando aos seus colegas. O que unia o grupo nas precárias redes na Espanha não era a participação em uma identidade, mas simplesmente ser ou ter sido parte, em um tempo e um espaço.

A forma dominante de articulação social era a de pequenas tribos, normalmente entre cinco e 15 pessoas, com algum poder repressivo sobre os membros do grupo, mas sem uma identidade coletiva real: por um lado não havia uma ideologia, gostos e referências culturais ou estéticas distintas de outros milhares de grupos idênticos e, por outro, era internamente tão heterogênea que não gerava um ambiente em comum.

Assim, uma forma primitiva de rede seria incapaz de oferecer uma mínima resistência à comunicação de massa. Não servia nem como meio de transmissão de novas idéias, nem como ambiente para criação de inovação social. Em suma, enquanto a Espanha se organizasse nesse modelo de grupo, que vamos denominar aqui de quadrilhas, o poder dos oligopólios midiáticos e o caciquismo político estariam assegurados. Seguindo esse raciocínio, os programas de nacionalismo e regionalismo, as abordagens dos oligopólios midiáticos, a tecnofobia latente e as

reações contra os incipientes meios de rede não seriam senão uma analogia ao quadrilhismo, apenas diferentes lados da defesa dos poderes estabelecidos.

Agora podemos entender porque ainda que opostos os grupos da Espanha pertenciam coletivamente ao mesmo universo, e porque todos sentiam os meios de comunicação como inimigos. No mundo anglo-saxônico, a rede é mídia, ou seja, a Internet e as redes virtuais tendem a engolir a televisão, a imprensa e, em geral os meios baseados em diferenciar os poucos e poderosos emissores dos muitos e fracos receptores. Ou seja, no mundo aberto a rede é o meio, por isso há um combate entre netocratas e grupos midiáticos; o processo de virtualização e o desenvolvimento das redes sociais sedimentaram o caminho da netocracia e suas idéias. Nos países latinos em geral, e em particular na Espanha, os grupos estabelecidos de poder preferem manter o país invertebrado, pois é a principal garantia de sua mensagem ser a única capaz de ser ouvida e de formar opinião. A hegemonia sobre os meios e a ausência de grandes redes sociais de todo tipo garantem o monopólio de idéias, de representação e de mudança social. Por isso, a vitória do PSOE em 14 de março foi uma grande mudança para a Espanha, considerada até então um país invertebrado.

7.4 CELULARES VIBRANDO

Após nossa exposição sobre o contexto político e social na Espanha, sobre as características e principais diferenças entre o ETA e a *Al Qaeda*, seguido da exposição da Espanha como um país invertebrado, passaremos a partir daqui a estudar como se sucedeu o ataque terrorista do dia 11 de março. Veremos como se

deu a ruptura que levou a Espanha a tornar-se palco de um marco na comunicação política mundial.

Vamos primeiramente apresentar uma descrição do caso analisado baseados em Castells (2004) e (2007), Pellanda (2005) e Vieira (2009) e após essa descrição vamos nos aprofundar nas formas de comunicação assumidas pelo governo e pelos cidadãos e pela modalidade de terrorismo contemporânea : o terrorismo em rede.

7.4.1 O atentado terrorista em Madri

Em 11 de março de 2004, um grupo radical islâmico formado em sua maioria por marroquinos e cuja base de operações estava em Madri, levou a cabo nesta cidade o maior ataque terrorista em toda Europa. A detonação foi feita à distância, mediante telefones celulares e explodiu três vagões de trem, matando 191 pessoas e deixando cerca de 1.500 feridos. O descobrimento de um cartão de telefone celular dentro de uma bolsa que não explodiu permitiu a apreensão e posterior eliminação do telefone bomba. No final da tarde do mesmo dia, a *Al Qaeda* assumiu a autoria do atentado.

O ataque ocorreu a apenas quatro dias das eleições gerais do país, quando seriam escolhidos os novos representantes espanhóis no Parlamento e, conseqüentemente, o novo primeiro-ministro que substituiria José Maria Aznar. Os explosivos foram deixados nas estações mais movimentadas da capital espanhola, em um horário em que os trens estavam cheios de trabalhadores e turistas. A intenção dos responsáveis não poderia ser mais clara: vitimar o maior número possível de civis.

Às 7h35min e 7h45min (3h35min e 3h45min em Brasília), numa manhã de quinta-feira, seis bombas explodiram em três estações de trem da capital espanhola: Atocha, Pozo Del Tio Raimundo e Santa Eugenia. Outras quatro explodiram em um comboio a caminho de Atocha. As bombas estavam escondidas em mochilas e bolsas deixadas dentro de vagões de trens viajando na mesma direção, com intervalos de cinco minutos entre cada um. Pelo menos 98 pessoas morreram somente em Atocha, uma das mais movimentadas da cidade e principal ponto para conexão entre os trens metropolitanos e o metrô de Madri, estando a um quarteirão do Museu do Prado, um dos principais pontos turísticos da cidade. Em Pozo Del Tio Raimundo foram 67 mortos.

Os terroristas estudaram os horários em detalhe: os comboios deveriam coincidir em *Atocha* entre as 7h36min e as 7h51min, momento em que a aglomeração de pessoas é maior. Às 7h39min, o comboio que inicia o seu percurso em Chamartín às 6h45min encontra-se nessa altura em Calle Téllez, a menos de 500 metros de Atocha. Três bombas situadas no centro e no final do comboio explodiram. Poucos segundos mais tarde, quatro bombas destruíram outro comboio que partiu de Alcalá de Henares com destino a Alcobendas e estava estacionado na linha dois em Atocha. Três minutos mais tarde, outro comboio saído também da estação Alcalá de Henares, destino Alcobendas, trazia mais quatro bombas. Três delas explodiram na estação de El Pozo do Tio Raimundo e a outra não chegou a explodir. Por último, sobre a linha da estação de Santa Eugénia outra carga explodiu às 7h42min.

Em suma, em um espaço de 3 minutos, dez das treze bombas nos quatro comboios regionais explodiram. O processo foi simples: o temporizador dos artefatos explosivos estava conectado a um telefone celular, cujo alarme ativou as

explosões. As bombas estavam disfarçadas em 13 mochilas, cada uma com 10 a 12 quilos de explosivos *Dinamites Goma2Eco*, nunca utilizados pelo ETA, que costumava usar *Titadyne*. Das 13 mochilas, apenas 10 detonaram e duas foram encontradas e explodidas pela polícia espanhola. A última foi encontrada próxima a Vallecas, juntamente com alguns sacos, carteiras e pertences das vítimas. Essa não explodiu porque o alarme estava configurado para a forma horária PM e não AM e ajudou a conduzir as investigações.

As repercussões foram imediatas na Espanha. A comoção entre os cidadãos de Madri foi tão grande que as autoridades informaram, menos de quatro horas depois das explosões, não serem mais necessárias doações de sangue para os feridos. No dia seguinte, cerca de 11 milhões de espanhóis, 27% da população, manifestaram-se pelas ruas do país em repúdio ao acontecido. Só em Madri, onde a população é de 3,1 milhões de habitantes, apesar do frio e da chuva, dois milhões de pessoas participaram de marchas pela cidade. Também houve manifestações em outras cidades da Espanha: Barcelona, Valência, Sevilha, Vigo, Murcia, Valladolid e Vitoria. No plano político, as autoridades espanholas decidiram, ainda no dia 11, encerrar a campanha política para as eleições de 14 de março. A Espanha iria às urnas abalada pelo maior atentado terrorista de sua história. Os bascos do ETA e os árabes da *Al Qaeda* (que assumiram a autoria na mesma tarde do atentado) surgiram como suspeitos.

As características do ato foram diferentes aos cometidos anteriormente pelo ETA, costumado a direcionar seus ataques a políticos ou militares, inclusive avisando previamente as autoridades e assumindo publicamente a autoria das ações. Dessa maneira, a organização tenta evitar grandes matanças civis. Por outro lado, um cenário com grandes tragédias envolvendo civis é uma das armas da *Al*

Qaeda para pressionar politicamente os governos considerados inimigos.

Apesar disso, autoridades ligadas ao governo espanhol, comandado por Aznar e pelo Partido Popular, apontaram a participação do ETA já no dia 11 de março, baseando seus argumentos em três indícios: o primeiro foi o fato das explosões ocorrerem três dias antes das eleições gerais do país, as quais o grupo havia prometido perturbar; o segundo apoiava-se no fato de que a fragilidade da organização basca poderia resultar em ações desesperadas, incluindo ataques a civis; o terceiro dizia respeito ao descobrimento e desmontagem pela polícia espanhola de um plano de ataque similar à Estação de Chamartin, em Madri, um mês antes.

A autoria do ataque tornou-se elemento fundamental, pois faltando apenas quatro dias para as eleições gerais espanholas, estabelecia um elemento novo no pleito, uma intervenção decisiva que certamente estaria na pauta dos eleitores. As explosões colocaram em xeque a legitimidade ao governo de Aznar. Se a autoria do atentado fosse confirmada como sendo o ETA, a candidatura de Mariano Rajoy se fortaleceria aos olhos da opinião pública, já que o governo vinha combatendo fortemente a articulação da organização com o apoio da população espanhola e era um dos trunfos da campanha do PP. Se, no entanto, a *Al Qaeda* fosse a culpada pelo atentado, a situação do governo se tornaria dramática, pois as explosões seriam vistas como uma resposta ao apoio dado pelo governo espanhol à invasão do Iraque pelas tropas norte-americanas e britânicas em 2003. Apesar de criticado por diversos setores da sociedade espanhola, o governo havia enviado cerca de 1.500 soldados para o país árabe.

As primeiras manifestações das autoridades políticas espanholas aconteceram ainda pela manhã do dia 11, menos de duas horas depois do atentado,

quando o PP de Aznar e o PSOE liderado por José Luiz Zapatero decidem cancelar todos os seus compromissos de campanha previstos para o dia. Outros partidos também fizeram o mesmo e em seguida a campanha eleitoral foi dada como oficialmente encerrada.

A primeira manifestação de Aznar ocorreu por volta das 9h da manhã. O governante decidiu suspender todas as suas atividades e permanecer no Palácio de Moncloa, sede do governo espanhol, onde seria informado do transcorrer dos acontecimentos. Às 11h, o primeiro ministro convocou uma reunião com os vice-presidentes Rodrigo Rato e Javier Arenas, o ministro do Interior Angel Acebes, e o porta-voz do governo Eduardo Zaplana. Na reunião, ficou decidido que o governo convocaria a população para sair às ruas na noite do dia seguinte para repudiar o atentado. Depois da reunião, Zaplana declarou que a luta contra o ETA teria que ser implacável e não caberiam tratamentos de nenhum tipo. Às 13h30, Acebes assegurou em entrevista coletiva à imprensa que o grupo separatista ETA foi o responsável pelo ataque. Cerca de uma hora e meia depois, às 15h, Aznar falou à nação, prometendo que os autores dos atentados seriam detidos, condenados pelos tribunais, cumpririam integralmente suas sentenças e não teriam outro horizonte senão ver o amanhecer todos os dias entre as grades da prisão. Às 20h20, Acebes voltou a falar com a imprensa, informando que a polícia havia encontrado um furgão roubado contendo fitas com trechos em árabe do Alcorão e sete detonadores. Ainda assim, reafirmou a possibilidade do ETA ser o responsável pelo atentado. Às 20h30, o rei espanhol Juan Carlos I fez um pronunciamento oficial à nação, fato que não acontecia desde 23 de fevereiro de 1981 depois de um frustrado golpe de estado contra seu reinado. Durante todo o dia, o Governo insistiu na linha de investigação

conduzindo o ETA como autor dos ataques, como veremos nos parágrafos seguintes.

O Ministro do Interior, Angel Acebes, incriminou o grupo ETA diante dos meios de comunicação, afirmando não ter nenhuma dúvida quanto à autoria do grupo, sendo totalmente intolerável qualquer tipo de investigação que se afastasse dessa linha.

Às 14h, após reunião com o Gabinete de Crise – composto por vários ministros, presidente e vice-presidentes – Aznar apresentou ao vivo uma declaração institucional do Executivo com uma condenação vigorosa ao terrorismo. Porém, não citou explicitamente o ETA, utilizou-se do mesmo vocabulário que costumava usar contra o grupo, fazendo questão de denominá-lo como "bando terrorista", retirando-lhe qualquer legitimidade política. Dessa forma, Aznar não nomeou claramente o ETA, mas o fez de forma sutil. Vale também ressaltar nessa reunião a decisão pela substituição do diretor do Centro Nacional de Inteligência pelo secretário de comunicação Alfredo Timmermans, caracterizando o encontro mais como um comitê eleitoral que um Gabinete de Crise.

Antes do final da manhã, Aznar ligou pessoalmente para os diretores dos principais jornais espanhóis, descartando a hipótese dos atentados serem de autoria de grupos islâmicos, e insistiu na linha de investigação que apontava o ETA como autor do atentado. No mesmo dia, ligou novamente aos jornais para atualizar as informações e mais uma vez pediu que não se iludissem, pois os atentados eram de autoria do ETA. Assim como o primeiro ministro, uma secretária de Moncloa também ligou a todos os jornalistas correspondentes credenciados em Madri, mantendo o discurso.

Ana Palácio, Ministra dos Assuntos Externos, enviou um telegrama apresentando aos embaixadores espanhóis informações sobre os atentados, ordenando às embaixadas a confirmação da autoria do ETA perante os respectivos países e meios de comunicação, considerando a confirmação do Ministro do Interior, ao tipo dos explosivos usados e outras informações que, por razões óbvias, não seriam divulgadas. Afirmava que forças políticas estavam empenhadas em confundir a opinião pública sobre a autoria da matança. Ana também telefonou aos chanceleres de diversos países europeus, pedindo-lhes respaldo à tese do governo espanhol. Na *TV5* francesa, o chanceler daquele país confirmou constrangido em entrevista o recebimento do pedido e evitou comentar mais o assunto para não avançar em questões eleitorais da Espanha.

7.4.2 Julgamentos

Após a eleição, a justiça espanhola investigou o caso. A conclusão saiu no dia 31 de outubro de 2007, com a divulgação da sentença pelo Tribunal Nacional Espanhol declarando culpado um grupo terrorista de origem islâmica, sem a participação dos bascos do ETA. Os principais integrantes deste grupo islâmico *jihadista* seriam sete pessoas que se suicidaram após uma investida das forças espanholas, no dia 3 de abril de 2004, na cidade de Leganés, nas redondezas de Madri. Na ação, o governo afirmou ter encontrado 10 quilos de dinamite e 200 detonadores do mesmo modelo utilizado nos atentados na capital.

O Tribunal destacou que os sete suicidas, junto com os marroquinos Jamal Zougam e Otman el Gnaoui, foram os responsáveis por colocar as bombas nos trens de Madri e Zougam e Gnaoui receberiam penas superiores a 40 mil anos

de prisão pelas mortes de 191 pessoas e tentativa de assassinato dos mais de 1.800 feridos, embora a pena máxima que possa ser cumprida na Espanha seja de 40 anos.

Houve condenação ainda de outras pessoas de origem árabe por envolvimento com grupos terroristas, sendo o principal suspeito, Rabei Osman, e outras seis pessoas julgadas consideradas inocentes por falta de provas. Assim, o julgamento terminou sem apontar o mentor do atentado e a razão dos ataques, frustrando boa parte da população espanhola.

No que se refere aos fatos que acontecerem entre os dias 11 e 14 de março de 2004, o trabalho de investigação do Congresso Espanhol concluiu que, sem chegar a mentir, o governo do PP havia atrasado de forma deliberativa a publicação de informações decisivas e dado como certos elementos ainda sob investigação.

7.4.3 Porque tinha que ser o ETA

“O ETA voltou a matar em Madri porque... tinha que ser o ETA” - dizia a apresentadora de telejornal do *Telemadrid*, confessando a necessidade do inimigo ter uma cara familiar. O grupo basco era considerado o “câncer” da Espanha.

Todas as informações publicadas sobre os atentados estiveram sempre carregadas de referências aos acontecimentos políticos vividos na Espanha nos dias seguintes aos ataques, até o ponto de se tornar difícil perceber a autêntica dimensão do ocorrido. A seqüência dos acontecimentos publicados tratou de objetivar a informação, situando no mesmo plano a colocação em um trem de uma mochila carregada de explosivos e a reação do governo às vésperas de uma eleição.

As imagens de dor e as histórias pessoais, apesar do seu impacto na sociedade, chegaram aos espanhóis como parte do cotidiano. O centro de interesse foi ocupado, em grande medida, pelo que podemos chamar da “gestão da crise por parte do Governo”; em sua controvérsia, nas leituras feitas, na forma como foi traduzida a cidadania e seu impacto no resultado eleitoral, com a vitória do PSOE, contrariando todas as pesquisas.

Produziu-se um paradoxo: a transcendência do ocorrido, com sua brutal seqüela de mortos e feridos, foi eclipsada em boa medida pela relevância de como foi contada pelo governo espanhol. O atentado com suas implicações para a sociedade e os acontecimentos políticos tiveram cada um sua entidade própria, embora tenham sido apresentados em planos entrelaçados. Abordar ambas as questões de maneira racional exige, na medida do possível, analisá-las separadamente.

Como explicar as razões que levaram o Partido Popular de uma cômoda maioria absoluta, conforme apontavam as pesquisas, para a derrota? Até mesmo porque em momentos de tribulação e às vésperas de uma eleição geral, uma sociedade que sofre o impacto de um atentado terrorista de proporções desconhecidas até então, além de não se voltar ao Estado, que seria quem poderia garantir sua segurança, também lhe dá as costas. Alguns analistas compararam o atentado de 13 de março ao ocorrido nos Estados Unidos em 11 de setembro, quando 3 mil pessoas morreram após dois aviões comerciais seqüestrados atingirem as Torres Gêmeas do *World Trade Center*, no centro de Nova Iorque, um terceiro atingir o Pentágono, em Washington, e um quarto cair no estado norte-americano da Pensilvânia.

Nos Estados Unidos a tragédia ocorreu meses antes das eleições de novembro e ao invés de evidenciar a incapacidade de Bush em garantir a segurança de seu país e aumentar as expectativas eleitorais de Kerry, ocorreu o inverso, provocando uma comoção nacional que em curto prazo garantiu sua reeleição. Na Espanha poderia ter ocorrido o mesmo independente da autoria do atentado, porém o próprio governo ativou uma cadeia de acontecimentos que provocou justamente o efeito contrário. Como coloca Ugarte (2004) “Rajoy recebeu um SMS e devolveu uma chamada perdida, agora por que o governo decidiu ser tão mesquinho com a verdade que, inevitavelmente, foi descoberta?” (p. 15).

É difícil explicar a decisão do governo sem considerar os elementos que refletiram o discurso da campanha eleitoral. Durante meses, a estratégia do PP tomou como um de seus eixos principais a confrontação aos nacionalismos, em um discurso que, entre outras apelações, atribuía a Aznar a firmeza frente à debilidade de seu adversário principal. A posição contra o tripartido catalão (socialistas, esquerda nacionalista e comunistas) e contra o ETA permitiu construir desde a pré-campanha um discurso eficaz na conquista do eleitorado. Por esse motivo, decidiu-se mantê-lo até o final, embora não tenha impedido a progressiva mobilização do eleitorado progressista.

Parece evidente que na manhã de 11 de março, Aznar e as direções da campanha tomaram uma decisão tão coerente como miserável: o atentado cabia perfeitamente na estratégia de campanha do PP. Com aquilo, a equação criada em torno do ETA se fazia real e adquiria toda sua potência dada a dimensão do massacre. Portanto, não apenas se supunha a autoria do grupo, como tinha que ser o ETA. Com isso, a maioria absoluta segundo as pesquisas estava garantida. A hipótese plausível se converteu assim em certeza e verdade inquestionável,

inclusive quando a verdade foi descoberta. Conforme já vimos, a ocultação e manipulação da informação foram levadas ao extremo por Ana Palácio quando, apesar de tudo, manteve a hipótese da autoria do ETA até 14 de março. Mas a essa hora, a evidência do engano havia atravessado praticamente todas as barreiras, não só na Espanha, mas em várias partes do mundo.

Não foi o atentado que provocou a reviravolta eleitoral que deu lugar à vitória socialista e tampouco foi a evidência da autoria da *Al Qaeda*. Foi a intenção irresponsável de ocultar e manipular a verdade que ativou todos os elementos, incluindo a rejeição popular à participação da Espanha na Guerra do Iraque.

Para Ugarte (2004) haveria a produção de um cenário bem distinto caso o governo tivesse sido transparente, conforme veremos a seguir:

- 10h00: Aznar convocaria no início da manhã todos os líderes de forças políticas.
- 11h00: Os líderes seriam informados das dimensões da tragédia e das investigações. Acordando-se uma resposta em comum.
- 12h00: Compareceriam todos juntos diante dos meios de comunicação. Em nome de todos, Aznar se dirigiria a uma sociedade aflita, em meio ao medo e a dor: “- Diante do selvagem ataque terrorista, o governo e todos os grupos políticos estão unidos; convocamos manifestações para amanhã e estabelecemos um mecanismo de coordenação permanente; estamos unidos na condenação e na firmeza frente aos terroristas, quem quer que sejam. Acordamos suspender a campanha eleitoral e convocar todos os cidadãos para que no dia 14 expressem com sua participação nas urnas seu compromisso com a verdade, sua solidariedade com as vítimas e sua rejeição

a violência terrorista. Quanto à investigação, tudo nos faz pensar que foi de autoria do ETA, mas não se descarta nenhuma hipótese”.

Seguindo essa linha de raciocínio, se o Governo tivesse adotado essa atitude responsável, generosa e inteligente, teria produzido uma vitória do Partido Popular. Nenhuma força política ousaria levantar a voz antes do dia 14 de março para romper a frente comum e estabelecer uma relação entre a ação da *Al Qaeda* e o papel da Espanha na guerra do Iraque. Se alguém o fizesse, receberia o repúdio da opinião pública por tentar obter vantagens políticas em um momento de unidade na dor e diante de uma barbaridade terrorista.

Mas não ocorreu assim; simplesmente porque não era coerente com a campanha do PP e com a estratégia de confrontação política. Por isso, a seqüência foi a que já apresentamos: o PP com a intenção de obter vantagem política acabou sendo vítima de seu próprio enredo. Essa atuação sem dúvida levou também a confiança em que novamente funcionaria um princípio que Aznar vinha aplicando de maneira bastante eficaz com o aparato midiático: “Quando falo minhas palavras significam exatamente o que quero que signifiquem”. Tendo isso como moeda, afirmações como “a Espanha vai bem”, “a imigração é uma ameaça”, “acreditem quando digo que no Iraque há armas de destruição em massa” etc., adquirem uma categoria de verdade inquestionável, salvo por aqueles que são inimigos do país e da verdade.

Mas desta vez, em um momento de extrema gravidade, foi demasiado evidente. O *smart mob* fez a vez do meio e da mensagem, quando milhares de cidadãos, com sua ação em rede, colocaram sobre a mesa a evidência: quando o governo falava, não dizia a verdade. Foi o precursor de um movimento eleitoral cujo enorme alcance pudemos perceber.

7.4.4 Disponibilidade digital: a arma poderosa de quem tem voz

Os atentados ocorridos em Madri tiveram o telefone celular como ator principal em dois momentos distintos. Foi responsável por detonar as bombas e mobilizar a população após os incidentes.

Milhares de espanhóis estavam convencidos de que o Governo estava manipulando a informação sobre os ataques com o objetivo de conseguir vantagem política. E o mais importante é que nos dias 12 e 13 de março esses cidadãos decidiram fazer seu ponto de vista chegar aos demais, através da comunicação móvel e da Internet.

As principais redes de televisão, submetidas ao controle direto do Governo, e algumas emissoras de rádio apoiaram as hipóteses do terrorismo basco; seguidos dos meios impressos após o presidente chamar pessoalmente seus principais editores e afirmar a autoria do ETA. Portanto, os pontos de vista contrários à versão oficial do Governo tiveram que buscar canais alternativos.

O processo de comunicação alternativa iniciou-se com a explosão de emoções que ocorreu nas manifestações de sexta-feira, 12 de março, em atos convocados pelo próprio governo e apoio de todas as forças políticas. Foram nessas manifestações que as pessoas começaram a reagir e a colocar em discussão a versão oficial, com independência dos partidos políticos que não tomaram posição oficial.

Embora a manifestação tivesse sido convocada contra o terrorismo e em favor da Constituição, uma referência indireta ao nacionalismo basco, numerosos manifestantes levantavam faixas contra a guerra do Iraque. A manifestação naquela

sexta-feira pretendia por fim às declarações políticas já que, no dia seguinte era o “Dia de Reflexão” e no domingo, o dia eleitoral. Apesar disso, no sábado pela manhã, vários ativistas, a maioria sem nenhuma afiliação política e atuando de forma independente às ideologias dos partidos, começaram circular mensagens de texto aos seus contatos. As mensagens denunciavam a manipulação da informação e convocavam as pessoas a uma manifestação naquela tarde, às 18 horas em frente à sede do PP em Madri, e mais tarde em outras cidades espanholas.

Na verdade, essa atitude contraria a lei e não recebeu apoio explícito ou implícito de nenhum partido, embora alguns dos participantes fossem membros de partidos de esquerda, especialmente da Esquerda Unida, um pequeno partido parlamentar que inclui o Partido Comunista Espanhol. De fato, a grande maioria dos participantes pertencia ao movimento contrário à guerra e aqueles reunidos em frente às sedes dos PP da rede de SMS.

Sendo assim, no final da manhã do dia 13 de março, “Dia da Reflexão”, quando segundo a lei espanhola estão proibidas manifestações de cunho político e declarações públicas, começou a circular entre os telefones celulares o SMS com a seguinte mensagem: “*¿Aznar de rositas? ¿Lo llaman jornada de reflexión y Urdáis trabajando? Hoy 13M, a las 18h. Sede PP C/ Génova 13. Sin partidos. Silencio por la verdad. ¡Pásalo!*”. A referência a Urdazi deve ser explicada: era um famoso apresentador da televisão pública espanhola, amplamente conhecido pela sua manipulação do noticiário político, e por esse motivo chegou inclusive a ser condenado.

Enquanto isso, a televisão pública espanhola continuava defendendo a versão do terrorismo basco e, na tarde anterior às eleições, trocou sua programação

habitual para transmitir uma reportagem sobre o assassinato de um político socialista pelo ETA.

Em menos de uma hora a mensagem havia chegado a Barcelona e uma rede informal de pessoas se dispôs a convocar uma mobilização. O telefone fixo também mobilizou redes de amigos. Os fóruns, as mensagens instantâneas, *blogs* e listas de *email* trabalharam em pleno rendimento até as 18h, quando mais de duzentas pessoas já estavam na Rua Genova de Madri. O jornal digital fazia a cobertura. Com o passar das horas, o número foi crescendo para mil, dois mil, três mil pessoas.

A rede de rádios SER transmitiu a notícia e o número cresceu para cinco mil. Em Barcelona, a mobilização também contou com uma multidão de participantes e o fenômeno foi atingindo outras cidades como Bilbao, Gijón, Valencia, Palma de Mallorca, Santiago de Compostela, Alicante, Granada, Las Palmas, Sevilla, Zaragoza, Burgos, Badajoz, dentre outras. O Rei chamou o candidato socialista Zapatero para pedir-lhe que solicitasse à rede de rádios SER para não dar mais atenção às manifestações. Assim foi feito, mas como não era esse o motor da mobilização, seria difícil contê-la. O candidato do PP Rajoy, que durante toda a campanha mostrou-se com uma imagem autoritária, deu uma entrevista coletiva à imprensa na sede de seu partido, pedindo a repressão às manifestações. Ao recorrer aos meios de comunicação e aparecer na televisão, Rajoy queria passar uma sutil combinação de vitimização e firmeza, porém tal postura teve efeito contrário e ele parecia tenso e violento, buscando convocar pessoas inexistentes, definitivamente fora do tempo histórico. “ - Este tipo não sabe nem o que é uma rede de mensagens, quem dirá um *flash mob* - comentou um manifestante em um bar próximo a região dos protestos” UGARTE (2004).

Nesse momento se percebeu o clima de indignação: uma nova rede massiva percorreu a Espanha contra o golpe de estado do PP, com novos pontos de encontro. De suas casas, com celulares, alguns conectores da rede informal se dedicavam a avisar a imprensa e a chamar as rádios e *sites* de notícias. A mensagem se amplificou cada vez mais e funcionou: a Espanha percebeu que alguém cujas respostas eram tão defasadas não poderia ser o presidente dos novos tempos que o terror havia aberto.

A ação de milhares de manifestantes, em sua maioria jovens, causou um grande impacto na opinião pública e especialmente nos novos eleitores, que normalmente elevariam o índice de absenteísmo, pois na Espanha o voto é facultativo, ou votariam em partidos minoritários ao invés de socialistas e conservadores.

Houve a participação de 2,5 milhões de votantes a mais que nas eleições de 2000 e aproximadamente um milhão optou por trocar seu voto pelos socialistas para castigar o Governo, tanto por sua política na guerra do Iraque, quanto pela manipulação de informações referentes ao ataque de 11 de março. O Partido Socialista obteve uma clara vitória sobre o PP em uma eleição que contou com a participação de aproximadamente 76% dos eleitores. Como afirma Castells (2007): “Essa discussão, com base em relatórios publicados, explora o processo pelo qual os canais de comunicação alternativos foram criados e utilizados com eficiência.” (p. 311).

No sábado, o tráfego de SMS aumentou 40% em relação a um sábado normal, atingindo um volume maior do que em segundas-feiras habituais, um recorde histórico para essas mensagens. A questão crucial é que, apesar das mensagens serem muito semelhantes, o remetente de cada receptor era alguém conhecido,

alguém que estava presente em sua agenda telefônica. Assim, a rede de difusão crescia de forma exponencial, sem perder a proximidade da fonte, fenômeno conhecido pelo nome de "pequenos mundos" (CASTELLS, 2004).

A Internet rapidamente se tornou um canal alternativo de comunicação, no dia 11 em particular, mas também no dia 12. As pessoas a utilizaram para procurar outras fontes de informação, especialmente de outros países. Por outro lado, também houve uma série de iniciativas, algumas realizadas por jornalistas agindo de forma independente, que criaram um *site* com informações e debates a partir de dados e opiniões de diversas fontes.

Curiosamente, o PP começou uma rede de SMS com uma mensagem diferente: "*ETA es la autora de la masacre. ¡Pásalo!*". Porém a iniciativa não conseguiu difundir-se além dos canais do partido, não alcançou um nível massivo de tráfego entre pessoas conhecidas e, mais importante, não teve credibilidade para as milhares de pessoas que já não confiavam nas palavras do governo.

O contexto oferecido pelos meios de comunicação também foi de grande importância. As pessoas não demoraram muito para ignorar as grandes redes televisivas na busca por informações confiáveis. Os jornais, devido a sua indecisão, não eram confiáveis, embora o *La Vanguardia*, em Barcelona, tivesse legitimado no sábado a versão da *Al Qaeda* ser responsável pelos ataques. Em contrapartida, a maior emissora de rádio do país *SER* recusou-se a aceitar as evidências sobre o terrorismo basco sob a iniciativa de seus jornalistas e imediatamente iniciou a investigação do terrorismo islâmico. Devido à demasiada pressa em transmitir os fatos investigados, chegou a divulgar algumas informações imprecisas, mas que mesmo assim, demonstravam coerência. Como consequência, muitas pessoas recorriam a essa emissora como fonte e depois distribuía essa mesma informação

através de SMS. A comunicação por voz possibilitou a discussão direta entre os amigos próximos, enquanto o SMS foi utilizado para difundir mensagens de elaboração própria ou receber e encaminhar mensagens de apoio.

Assim, o contexto de comunicação proporcionou reuniões físicas nas ruas, origem da formação da opinião pública, e o resultado do processo político foram as milhares de pessoas em frente às sedes do PP, comprovando a utilidade das mensagens. Em seguida, as ações na rua atraíram a atenção de algumas redes de rádio e TV (emissoras regionais e a CNN Espanha), finalmente obrigando o Ministro do Interior a aparecer na televisão nacional, no sábado às 20:20 horas, reconhecendo a possível participação da *Al Qaeda* nos ataques. Contudo, o candidato do PP apareceu na mesma televisão nacional denunciando os manifestantes, numa decisão infeliz que serviu para alimentar ainda mais a crise de confiança causada por eles próprios. Assim, esse erro de comunicação ampliou os efeitos das manifestações.

A Internet foi importante em proporcionar uma fonte de informações e um fórum de debates nos últimos dias das manifestações, mas o acontecimento crucial foram as manifestações do sábado, típicas de um *smart mob*, impulsionado por uma massiva rede de SMS e que aumentou o efeito da comunicação de forma exponencial através de canais interpessoais. O fenômeno se iniciou em Madri, mas rapidamente se espalhou por Barcelona e posteriormente por outras cidades espanholas, naturalmente devido as agendas telefônicas dos eleitores incluírem conhecidos em outras localidades.

Desde o primeiro momento, a rede de telefonia celular, sobretudo via SMS, já que o sistema de voz entrou em colapso no centro de Madri, permitiu o surgimento de uma rede espontânea que percorreu toda a Espanha. Dessa forma, o ataque de

11 de março fez emergir pela primeira vez no país as redes civis, revelando as tecnologias da informação como o que há de ser: a arma da sociedade civil.

O dia 13 de março marcou um ponto de ruptura no papel das redes sociais na Espanha. Segundo Cañada (2004) se a Espanha entrou na sociedade em rede de forma passiva (com um atentado da *Al Qaeda*, grupo terrorista que opera em rede), o acontecimento demonstrou que o país começava a se beneficiar de forma ativa. A partir de certo ponto, qualquer intenção de abortar uma propagação-ação-propagação, como produzida naquela noite, seria muito difícil. Até algumas semanas antes, tinha-se o controle com chamadas aos meios, às leis, à polícia ou cortando o sinal elétrico. A partir de então, só derrubando a rede em tempo poderia se evitar algo assim.

Podemos destacar, a partir da análise proposta por Cañada, quatro elementos importantes na forma dos *smart mobs* nesse episódio:

1. O telefone não foi o instrumento de comunicação pessoa a pessoa (P2P) que tornou possível a dispersão da mensagem, mas sim a funcionalidade de mandar SMS a muitos, possibilitando que cada usuário fosse um nodo difusor.

2. Estabeleceu-se uma simbiose interessante entre as emissoras de rádio e os telefones celulares. Enquanto os telefones transmitiam a ação, as rádios davam o contexto. Os celulares ofereciam simples mensagens incitando a fazer algo, pois devido à limitação do meio, não permitiam mais. O rádio, no entanto, oferecia a situação geral, a visão do todo e, mais importante, as conseqüências (macro) e as ações (micro).

3. Ocorreu uma retroalimentação entre o canal em rede (telefone celular) e o número de manifestantes convocados uns pelos outros mediante SMS, intensificada

pelas mensagens transmitidas pelas emissoras de rádio. O rádio atuou como um amplificador dos celulares (rede).

4. Uma mensagem em rede é muito mais poderosa se tem uma comunicação P2P como antecedente. Através de SMS, tiveram uma força especial: tinham o apoio de quem as enviava, pois ninguém tem desconhecidos em suas agendas telefônicas. Nem mesmo o correio eletrônico, onde nos relacionamos com muita gente sem conhecê-los pessoalmente, tinha essa força. O SMS tem o aval de vir de alguém que realmente conhecemos.

É importante deter-nos nessa análise porque o centro do novo papel dos meios de comunicação de massa e nas estruturas de rede é dar o contexto. Um papel radicalmente diferente da visão tradicional sobre a função do rádio e da televisão, que entende os meios como mobilizadores de massas e não como nodos da rede.

Durante seus quatro últimos anos de governo, o PP representou a última tentativa histórica de renovar a Espanha conforme um ideal do século XIX com uma identidade nacional que não podia estar mais deficiente ou distante do país real ou do novo tempo reticular que se abriu na década de 90.

A geração nascida entre 1970 e 1980, a geração do SMS, da Internet e também das vítimas do atentado de Madri e dos manifestantes do dia 13 de março representavam outro tipo de identidade e outra realidade do país. Abriu-se um tempo que fez os cidadãos repensarem o mundo, apresentando-lhes alternativas e opções. Rajoy recebeu um SMS e devolveu uma chamada perdida.

7.4.5 A resposta do Governo

A resposta mais impressionante vinda da direita espanhola foi a convocação, no mesmo dia 15 após o resultado da eleição, para uma concentração de apoio nas sedes do PP. Dessa forma, repetiam a mesma convocatória de dois dias antes, ou seja, utilizaram o rádio, através de um programa matutino de grande audiência no segmento ideológico e também mensagens SMS para reforçar a convocação. O resultado foi paradoxal. As concentrações reuniram centenas de pessoas, mas, novamente assustaram a direção do partido que voltou atrás através de um comunicado. A associação com os *smart mobs* de apenas dois dias antes, produziu-lhes uma rejeição e refletiram uma dupla e profunda incompreensão: aos dirigentes que seguiam ancorados na idéia piramidal, hierárquica das convocatórias e associavam um movimento reticular e espontâneo ao descontrolo e à desordem; e as bases neoconservadoras, que davam ênfase na força da capacidade e na forma da convocatória, sem dar-se conta na utilidade do que Urrutia (2003) chamou de *ciberturbas* em aumentar o conhecimento social do descontentamento, aumentando a densidade das sub-redes de dissidentes e, conseqüentemente, as possibilidades de uma troca nos padrões de comportamento. Ou seja, as *ciberturbas*, os *smart mobs* não são úteis para o poder geralmente interessado na manutenção do consenso e do comportamento social que o sustenta, e sim para os que o enfrentam.

A tentativa de um *smart mob* neoconservador em apoio a Rajoy só poderia gerar ainda mais impotência e perplexidade entre seus próprios seguidores. Que contexto as rádios poderiam ter dado quando não havia outra coisa senão um comunicado de agradecimento e a volta para casa dos dirigentes do PP?

A incompreensão sobre a estrutura de um *smart mob* demonstrada pela perplexidade que recaiu sobre os neoconservadores, através de sua própria mobilização, fez com que eles julgassem o ocorrido em 13 de março como um golpe

de Estado. Porém, o fato só se sustentaria na crença de que, por algum motivo misterioso, as concentrações tivessem forçado o voto de milhões de pessoas no dia seguinte. Assim, o PP manteve-se perdido em uma estrutura explicativa de teoria da conspiração, sem abordar o *smart mob* como ele realmente aconteceu.

Aznar, ainda no dia 15, apoiando-se no discurso que dirigentes do PSOE haviam violentado o luto e o Dia da Reflexão, deu a entender que as concentrações e a virada eleitoral tinham sido geradas pela cobertura da rádio *SER* e convocadas pela direção do partido socialista. Dentro do cenário comunicativo neoconservador, voltaram a ferver os telefones, convocaram encontros e discutiram abertamente a necessidade de uma explicação que anulasse o resultado eleitoral.

É realmente curioso como essas tentativas dos neoconservadores em deslegitimar as eleições do dia 14 supunham que os *smart mobs* do dia 13 haviam proporcionado a virada no resultado eleitoral, ou seja, aceitavam implicitamente que o descontentamento com o partido governante havia se tornado majoritário e bastaria o conhecimento público para materializar-se eleitoralmente.

Logo surge uma linha considerada oficial, martelada dia e noite desde a rádio da Conferencia Episcopal, e oriunda de uma curiosa contribuição *goebbeliana*⁵: se é possível gerar dúvidas sobre a espontaneidade das concentrações do dia 13, está implicitamente provada a idéia de que foi um golpe de uma estrutura organizada e, portanto, o resultado eleitoral foi ilegítimo, um verdadeiro golpe de estado fruto de uma atuação criminal. Uma tese tão surpreendente quanto absurda e que levou o próprio Fiscal Geral do Estado, Jesus Cardenal, a convocar sua equipe para testarem-na, sem no entanto obterem resultados consistentes.

⁵ Joseph Goebbels foi Ministro da Propaganda do governo de Adolf Hitler na Alemanha nazista e é recordado pela célebre frase "uma mentira cem vezes dita, torna-se verdade". Isto é, uma contradição emitida constantemente, de forma onipresente, gera uma aceitação inconsciente. A técnica funcionou muito bem na propaganda anti-semita.

O articulista neoconservador Girauta (2004) resumiu essa hipótese dizendo que teoricamente uma mensagem espontânea pode difundir-se de acordo com um crescimento exponencial. Mas naquele 13 de março, os mesmos *slogans*, os mesmos *banners* e a simultaneidade deles, mostraram que as mensagens de convocação às sedes do PP não seguiram esse padrão. O autor afirma que por vários motivos as mensagens espalharam-se demasiadamente depressa, em muitos lugares ao mesmo tempo e seu resultado apresentou muitas coincidências, induzindo à existência de uma estrutura organizada. Girauta diz que uma iniciativa espontânea teria funcionado somente em alguma capital e as mensagens teriam sido diferentes; sem tamanha extensão do protesto, tão eficaz e eficiente. Conclui que a base de conectores (pessoas que se ligam com muitas outras de uma vez) era algo impossível de se improvisar.

A argumentação utiliza-se de uma lógica clássica da teoria da propaganda: “Dar por provado algo com sua refutação”. Geralmente, o efeito psicológico do leitor de uma contradição tão flagrante, mostrada com indignada imprudência, gera uma aceitação inconsciente. Nosso cérebro colapsa. Por isso essa técnica funciona, como ocorreu com a propaganda anti-semita. Mas apenas se estamos obrigados a conviver com uma emissão onipresente e constante, ou fazemos uma leitura superficial. Não se sustenta quando se separam e lêem cuidadosamente suas proposições. Ugarte (2004) propõe uma análise de todas as proposições apresentadas por Girauta, contrapondo com o que realmente aconteceu em 13 e 14 de março. Veremos a seguir a contraposição de cada argumento:

1. Espalharam-se demasiadamente depressa: evidentemente, as mensagens seguiram um padrão exponencial desde o meio dia até o final da tarde. Por isso, às

seis horas da tarde havia somente 200 pessoas e logo esse número cresceu exponencialmente. Esse e não outro é um padrão exponencial.

2. Em muitos lugares ao mesmo tempo: Ao utilizar-se do SMS e não da voz como convocatória, que seria mais fácil e tradicional para uma organização partidária, as mensagens eram enviadas, com a funcionalidade de envio múltiplo. A difusão seguiu pelo mapa das redes sociais ocultas, não dos territórios, como se a convocação tivesse se dado utilizando uma lista telefônica. Quem não teria em sua agenda alguém de Barcelona ou de Sevilla? Quantos dos amigos não responderam a mensagem perguntando o que estava acontecendo? Quantos desses não se dispuseram também a enviar a mesma mensagem em sua cidade?

3. Seu resultado apresentou muitas coincidências: somente acontecimentos muito traumáticos são capazes de cruzar as redes de identidade e consolidar-se em ações em comum. Se há um exemplo de evento traumático é o 11 de março. Se há um exemplo de consenso social na Espanha é a rejeição que ocorreu em virtude da participação da Espanha na guerra do Iraque. Não é de se estranhar, como um reflexo, que os dois temas se associassem no dia 13.

4. Faz falta uma boa base de conectores: A essência dos conectores nas redes sociais é que não se necessita buscá-los. Todos nós temos um ou vários amigos, em nossa volta e em nossa agenda. Por isso são conectores, porque permitem chegar com poucos passos de qualquer ponto a qualquer outro ponto da rede. Visto detalhadamente, esse argumento é simplesmente absurdo. No entanto, tornou-se uma espécie de mantra para os neoconservadores, que insistiram nisso com uma fanática violência a qualquer um que argumentasse o contrário.

Mas além da astúcia política e do ódio sectário, o que foi realmente negativo foi forçarem-se a si mesmos a explicar a eclosão das redes sociais desde a teoria do

golpe de estado; com isso, a direita neoconservadora espanhola se obrigou a fechar os olhos frente à nova realidade reticular. O desejo de que a matança ocorrida no dia 11 de março tivesse autoria do ETA e não da *Al Qaeda* incapacitou-os de entender a natureza de rede do atentado. O crescimento das redes supera e deixa indefesos os que se negam a entendê-lo.

7.4.6 Terrorismo em rede

O atentado de Atocha foi radicalmente diferente de todos os atentados sofridos na Espanha até então. Foi o mais mortal de toda a história do país, pois usou uma tecnologia desconhecida. O ataque de 11 de março foi um ataque de *netwar*, terrorismo de rede, o horror do século XXI em sua forma mais severa.

Estruturalmente, foi um *hacking* ao sistema público de transportes. Os terroristas entraram na rede ferroviária usando sua própria estrutura para colapsar o sistema, maximizando o número de vítimas. Foi o atraso de dois minutos de um trem que evitou uma tragédia maior com a demolição total da estação de Atocha.

A base da tecnologia do atentado não estava no tipo de arma e sim na forma de organização: foi um atentado de rede, *netwar* em seu estado puro; as redes são o campo de batalha e os sistemas civis a arma que os assassinos usam contra os próprios sistemas. Mas tem muito mais, a informação é pública, o acompanhamento dos terroristas não se baseia em células de informação que perseguem o movimento das futuras vítimas, mas em dados que estavam acessíveis em qualquer guia turístico de Madri: os horário do trens e a estrutura arquitetônica da estação de Atocha.

Em um mundo em rede, qualquer um com vontade de fazer uma mínima estrutura pode *hackear* o sistema. Isso, que nos faz livre como nunca fomos, tem uma vertente maravilhosa: o *software* livre, a livre distribuição da música, as redes sociais de solidariedade, o jornal eletrônico etc. Mas também nunca deixou o sistema tão deficiente e frágil como é agora; a possibilidade de invadi-lo também está aberta aos terroristas. As novas armas de destruição massiva são o produto da união da informação aberta com as armas convencionais, facilmente acessíveis por qualquer rede criminal.

O novo terrorismo põe a trabalhar as redes já existentes da estrutura civil, usando elementos móveis, como os telefones celulares, no caso da Espanha, para colapsá-las e aumentar ao máximo as vítimas, com sua rápida logística. Não há necessidade de dedicação de grandes recursos para o acompanhamento, basta somente um conhecimento especializado, como pilotar aviões, manusear GPS, fazer uma visita e tirar umas fotos, movimentar-se por Madri, calcular os desvios típicos dos trens etc. O novo terrorismo troca a logística de armamento e o deslocamento de unidades armadas pelo *hacking* de redes físicas.

Dessa forma, o atentado de 11 de março foi radicalmente diferente do terrorismo clássico e a grande motivo foi o papel da rede; se compararmos com outros atentados a trens relativamente recentes, como por exemplo, o ataque dos integristas islâmicos na Índia, veremos claramente que atingiram as vias e vagões, objetivando o descarrilamento. Este é distinto: o objetivo era conseguir o desmoronamento da estação de Atocha, algo que, para o terrorismo normal, necessitaria de uma enorme logística, com no mínimo três carros-bombas e em lugares inconcebíveis. Como conseguiram alcançar o objetivo? Com muito pouco explosivo. O total a carga, dividida entre 13 mochilas, era menor que a necessária

para explodir com êxito um carro blindado. A análise militar clássica de como deslocar uma unidade explosiva na retaguarda inimiga sem ser descoberto se converte em algo novo: a escolha de trens e onde produzir a explosão minimizando a probabilidade de uma resposta imediata do contrário. Isso é, *hackear* a rede, e não apenas uma mera sabotagem de descarrilamento. Os trens foram um meio para levar as bombas e de fato os próprios trens, foram as bombas.

O atentado de 11 de março colocou a sociedade diante de uma logística terrorista nova, que acompanha novas táticas e estratégias. Tudo isso se traduz necessariamente em uma nova forma de organização, um novo tipo de terrorismo. Com uma logística parasitária, é baseado em informações públicas para sua tática e é reticular em sua estratégia e forma organizativa. E isso é crucial: sua forma de entrelaçar-se no mundo é completamente distinta. Ao ser reticular e não territorial, de nada serve aplicar estratégias baseadas na contra-insurgência, clássicas na luta antiterrorista, como asilo político e restrições de direitos civis.

A luta antiterrorista tal como vinha ocorrendo na Espanha tinha um forte componente territorial. O objetivo das estratégias era separar os terroristas da população que lhe dá apoio e romper as bases de sua própria estrutura interna e de financiamento. Quando se desenvolve frente a um inimigo territorial, essa luta implica em restrições no campo dos direitos civis. Contra o terrorismo reticular isso não vale. É crucial insistir nas características reticulares do terrorismo atual.

O mais importante na *netwar* não é o explícito ou a tecnologia, mas o que está implícito, a identidade. A *Al Qaeda* não necessita enviar um dirigente dos montes afegãos para dirigir os atentados, nem ditar instruções por telefone aos chefes de comando. Eles sabem o que tem que fazer. Não existem complexos debates sobre a linha política, nem uma exaustiva supervisão dos planos de ação,

porque a direção é um centro de rede, não uma hierarquia orgânica. As informações estratégicas são públicas. A identidade comum é implícita e simples e, portanto, muito mais ampla do que poderia parecer a qualquer grupo de fanáticos. Qualquer um, com informação pública, pode procurar os meios de cometer um atentado que seja merecedor de ser firmado pela rede e aceito por ela. A diferença do terrorismo territorial e hierárquico do ETA é que as comunicações com o centro transmitem muito mais informação depois dos assassinatos, de forma pública e através dos meios de comunicação.

A *Al Qaeda* tem uma identidade de rede inclusiva no mundo, que nos toca a aprender a também tê-la em todos os níveis. As antigas identidades nacionais no estilo do século XIX não nos permitem mais sobreviver no novo século.

7.5 CONCLUSÕES

Nunca a tecnologia havia sido tão instrumental, tão pouco protagonista por si mesma, como neste novo tipo de guerra. Como escreviam, nos anos 90, Arquilla e Ronsfeld (2000), a revolução informacional está trocando com o que as pessoas lutam ao longo de todo espectro do conflito. E está fazendo-o, principalmente, através da melhoria da potencia e da capacidade de ação de pequenas unidades, e favorecendo o surgimento de diferentes formas de organização, doutrina e estratégia, tornando difícil a vida das grandes e hierárquicas formas tradicionais de organização. A tecnologia é importante sim, mas está sujeita à forma de organização adotada. Uma boa forma de organização pode potencializar a tecnologia.

Neste mundo reticular, com uma multiplicidade de agentes que atuam de forma autônoma, usando as redes para coordenar-se, o conflito é multicanal, dá-se

simultaneamente em muitas frentes, emergindo do aparente caos uma ordem espontânea, mortal para os antigos gigantes organizativos.

“A noite dos celulares” mostrou a potencialidade das ferramentas definidas na mobilidade, que permitem e desenvolvem a informação distribuída.

A rejeição popular à tentativa de manipulação por parte do governo se deu com a formação de uma esfera pública à parte dos meios de comunicação de massa. De forma independente, autônoma e espontânea, a população espanhola criou um espaço público de debate, onde discutiu os acontecimentos que estavam sacudindo o país. Essa esfera pública se formou justamente nas manifestações populares do dia 12 e, como não poderia ser diferente, aconteceu fora da grande mídia, pressionada e de certa forma comprometida com as teses do governo. Considerando o contexto histórico da Espanha de enfrentamento de problemas envolvendo regionalismos de divisão cultural e política, as manifestações por todo o país no dia seguinte ao atentado também foram de grande importância na formação dessa esfera pública.

Desta forma, a discussão pública se deu principalmente através das novas tecnologias de informação que, não sendo filtradas como na grande mídia, ocorreu de forma mais livre e fluida. Deu-se a formação de uma esfera pública virtual, de valor e velocidade de troca de informações ainda inestimáveis, ajudando a população a disseminar suas idéias e a tentar entender o que estava acontecendo. Nas ruas a esfera pública espanhola deixou de ser virtual e transformou-se em um espaço concreto de debate e discussão entre os membros do público.

Assim, podemos acreditar que o fato ocorrido na Espanha foi uma reconfiguração da esfera pública proposta por Habermas (1984). Os salões franceses e os *pubs* ingleses deram lugar a uma esfera pública virtual, através de

mensagens de SMS enviadas e recebidas pelos telefones celulares, *chats*, *blogs*, fóruns de discussão, troca de *emails* e outros recursos eletrônicos, expandindo-se para o âmbito das ruas e praças durante as marchas e manifestações - espaços públicos por definição. De maneira autônoma, a população deu início a um movimento de formação de uma opinião consensual que rejeitou o governo e provocou a derrota do PP nas eleições, legitimando sua reivindicação. A tentativa do governo espanhol de manipular as informações a respeito dos atentados com objetivos eleitorais fracassou. O governo não conseguiu impor o seu discurso para o público, porque este estabeleceu uma pauta própria de discussão, à parte e independente da grande mídia, pressionada pelas fontes oficiais. A vitória final se deu na eleição de 14 de março, com aumento significativo do percentual de votantes e a vitória inesperada da oposição socialista, liderada por Zapatero. O movimento, através da rede de negação à mentira e à manipulação dos meios de comunicação, permitiu que uma eleição tecnicamente empatada virasse totalmente para uma vitória inesperada da oposição.

Ferramentas como *blogs*, salas de bate-papo, *sites* de relacionamento, entre outros, possibilitaram que a informação circulasse de uma forma fluida e quase sem filtros. Além disso, a Internet permitiu ao público espanhol entrar em contato com *sites*, jornais e revistas internacionais, com leituras mais independentes e autônomas.

Durante o dia 11 de março, assim como nas agitadas jornadas que se seguiram, a rede desempenhou um papel protagonista no debate social. As tecnologias utilizadas durante às vésperas das eleições gerais tiveram um papel mobilizador e fundamental. Os fóruns e listas de discussão também agitaram os internautas em debates sobre os acontecimentos daqueles dias. A rede converteu-se em uma plataforma de informação paralela aos meios de comunicação.

Como aponta Salaverría (2004), esses fenômenos, considerados em conjunto, apontam para a consolidação de um novo paradigma da comunicação social. Esse novo modelo se caracteriza, entre outras coisas, por um modelo de comunicação cada vez mais multidirecional e descentralizado, em que os meios institucionalizados perdem seu até então monopólio sobre a informação.

Esta experiência na Espanha marcou um ponto crucial na história da comunicação política. Os indivíduos e ativistas de base, armados com seus telefones celulares e conectados à Internet, foram capazes de criar poderosas redes de comunicação amplas, personalizadas e instantâneas, levando à mobilização de milhares de pessoas e a inesperada vitória do partido socialista. Sem limitar o fenômeno, cujo sujeito foi a difusão de informações errôneas e enganosas, este tipo de comunicação - autônoma, aberta, distribuída, móvel e livre – comprovou a eficiência das redes sobre o controle da informação pelos governos e principais meios de comunicação.

Como escreveu Ortiz (2004), se os meios de comunicação não quiseram apoiar a tomada das ruas por parte do povo espanhol, a rede difundiu o que se pretendeu calar e ocultar. Porque alguma coisa mudou naquela noite: “já não temos mais medo”. Nem em Madri, nem nas outras cidades, nem entre o povo. E não necessitavam dos partidos políticos para organizar as manifestações: já sabiam que a Internet e os telefones celulares contam o que não contam os meios oficiais, e já sabiam que tinham uma ferramenta de comunicação, boca a boca, para se expressar. Se foi negado os direitos fundamentais que garantem a Constituição, o povo pagou caro pela entrada do Governo em uma guerra por petróleo. Um povo que nunca tinha tido problemas com o mundo árabe, um povo que se indigna ante a mentira e os insultos do candidato à presidência da Espanha. Madri demonstrou que

está cheia de pessoas de diversas nacionalidades, idades e condições sociais que são sensíveis, e foi a noite da verdadeira democracia, da soberania do povo, em que todas as pessoas se expressaram livremente.

O caso de Madri comprovou a eficiência das redes para a participação democrática dos cidadãos, proporcionando ação, mudança e até revolução. Esta forma de comunicação autônoma é um alerta para os controles de informações de governos e grande mídia.

8 PORTO ALEGRE EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Neste capítulo apresentaremos dois estudos de caso – “Rua Gonçalo de Carvalho” e “Pontal do Estaleiro”. Ambos são complementares e mobilizaram a população de Porto Alegre, repercutindo no Brasil e no mundo. Foram movimentos de defesa por causas ambientais e a favor da qualidade de vida da população, ameaçadas por atravessamentos legais e manobras políticas e econômicas.

A Rua Gonçalo de Carvalho, situada entre os bairros Independência e Floresta em Porto Alegre, constitui-se de um corredor verde formado por dezenas de árvores tipuanas, plantadas pelos próprios moradores em 1937, sendo uma das mais belas e arborizadas ruas do estado. Em outubro de 2005, ao saberem pelo jornal impresso local que um grande edifício-garagem seria construído junto à rua, seus poucos moradores chegaram à conclusão de que seria uma obrigação proteger a rua.

O dentista Haeni Ficht, morador da Rua Gonçalo de Carvalho e subsíndico do edifício Ado Malagoli, era vizinho da área onde seria construída a garagem. Ele tomou a decisão de fazer algo para denunciar o que estava para acontecer. Falou com os vizinhos, procurou maiores informações e logo juntou um pequeno grupo disposto a agir. No entanto Haeni faleceu antes dos desdobramentos do caso.

O estacionamento faria parte da construção da sede própria da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), um dos maiores orgulhos do Rio Grande do Sul, no terreno do *Shopping Total*, de propriedade privada. Dessa forma, a luta pela proteção da rua seria difícil, pois envolvia grandes verbas públicas e apoios privados poderosos.

Os vizinhos acreditavam que se conseguissem esclarecer o problema, muitas pessoas formariam suas opiniões e apoiariam a causa. Todos colaboravam como podiam, faziam abaixo-assinados, distribuíaam panfletos, paravam vizinhos na rua e explicavam o caso, pediam apoios por telefone ou *email*. Foi uma luta difícil e acusada por muitos na época como uma luta sem futuro. Não seriam alguns “inimigos da cultura e do progresso”, como foram chamados, que impediriam uma obra grandiosa, já decidida e autorizada pela prefeitura. Com o passar do tempo, pessoas de outras ruas e bairros e entidades ambientalistas se incorporaram à luta. O grupo conseguiu apoio de vários lugares do Brasil e exterior, graças à Internet.

Após 11 meses veio a vitória. Não apenas da rua, mas de toda a cidade e do direito do cidadão ser ouvido. A obra não saiu e a rua com suas árvores, pássaros e seu calçamento de pedras, foi tombada como Patrimônio Histórico, Cultural e Ecológico de Porto Alegre, através do decreto municipal nº 15.196/06. De acordo com informações de integrantes do movimento “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho”, foi o primeiro caso conhecido de uma rua tombada na América Latina.

Já o caso Pontal do Estaleiro tornou-se polêmica durante a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre (PDDUA). O projeto monopolizou um debate entre novembro de 2008 e agosto de 2009, ao sair do escopo da revisão do Plano Diretor e solicitar alteração da Lei Complementar 470, de 02/01/2002. Numa área de 60 mil metros quadrados funcionava um dos estaleiros mais tradicionais da capital. A empresa faliu em 1995 e, para pagar as indenizações trabalhistas, a justiça determinou o leilão do terreno que foi adquirido dez anos depois por um empreendedor privado. Para revitalizar a área, os donos lançaram em 2007 um projeto que incluía a construção de prédios empresariais, um hotel, praças, uma marina pública, bares e restaurantes; um investimento que

poderia chegar a 120 milhões de reais. A inclusão de prédios residenciais no projeto foi um dos maiores motivos de reclamação pelas entidades que defendem a orla do Guaíba, pois a lei previa apenas a ocupação da área para fins comerciais ou culturais. Dezenas de entidades ambientalistas e moradores de várias regiões da cidade denunciaram essa tentativa de mudança da legislação em proveito do poder econômico. Denunciaram os problemas viários, ambientais, paisagísticos, éticos e legais do projeto. A polêmica rendeu duas aprovações, veto do prefeito e audiência pública na Câmara de Vereadores, e acabou em deliberação pública através de uma consulta à população.

Os argumentos em defesa do “não” eram sobre o impacto ambiental, com interferência no regime dos ventos e o aumento do esgoto, além da saturação do trânsito no local. Porém, a maior preocupação era sobre o uso residencial e a possibilidade do surgimento de mais projetos semelhantes em outros pontos da orla. Em defesa do “sim” estava o fato do projeto reintegrar os porto-alegrenses à área degradada pelo abandono. De acordo com o projeto gráfico apresentado, uma parte do terreno ficaria à disposição do público com praças e vias de acesso à orla, além da exploração residencial permitir a circulação durante as 24 horas do dia.

Em 23 de agosto de 2009, os moradores da capital foram às urnas em uma iniciativa inédita: por meio de uma consulta pública decidiriam aprovar ou não a construção de prédios residenciais em uma das áreas mais conhecidas da orla do Guaíba: o Pontal do Estaleiro. Foram 330 urnas espalhadas em 88 locais de votação e contou com a participação de mais de 18 mil eleitores, dos quais 80,7% disseram “não”.

A partir deste estudo pretendemos novamente dirigir-nos ao nosso problema mostrando a possibilidade das tecnologias de comunicação atuarem como

instrumento de ação, transformação e mudança. Para analisar os dois casos, faremos um levantamento histórico de cada um e em seguida nos aprofundaremos na forma de atuação de cada mobilização. Para finalizar, traremos nossas conclusões aferidas sobre os fatos.

Para isto foram feitas entrevistas com integrantes dos movimentos *Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho* e *Movimento em Defesa da Orla do Guaíba*, e ainda realizada uma análise aprofundada em diversos *blogs* e *sites* defensores da causa, com consulta em *sites* da Prefeitura de Porto Alegre, da Câmara Municipal e do Ministério Público, dentre outros, além de levantamentos de notícias divulgadas em jornais impressos e televisivos da época. Para a elaboração do contexto histórico do caso “Pontal do Estaleiro” nos baseamos em Bones (2009) e Quevedo (2009).

Desta forma, pretendemos apresentar os dois casos e seus desdobramentos de forma aprofundada, trazendo uma análise consistente sobre a utilização das tecnologias de comunicação na participação dos cidadãos nos processos democráticos.

8.1 RUA GONÇALO DE CARVALHO

8.1.1 Entendendo o caso

A Rua Gonçalo de Carvalho é uma rua tranqüila, de classe média, e apesar de já sofrer com o fenômeno da verticalização - há cada vez mais prédios altos na rua - ainda tem mantidas e conservadas algumas belas casas antigas. O maior diferencial da rua é um verdadeiro túnel verde a menos de um quilômetro do Centro,

constituído por dezenas de tipuanas, plantadas pelos próprios moradores em 1937. A rua foi eleita como “Uma das cinco ruas mais belas para se viver em Porto Alegre” (Zero Hora, 24/11/2004) e como rua “Cartão Postal” no Dia da Árvore (Correio do Povo, 21/09/2005).

Em outubro de 2005, ao ser surpreendido com a decisão do *Shopping Total* em dar saída dos veículos pela Rua Gonçalo de Carvalho, um pequeno grupo de moradores da rua questionou sobre a legalidade da obra, interando-se sobre o que realmente estava acontecendo e exigiu estudos aprofundados sobre o impacto ambiental e mobilidade urbana.

Liderados pelo dentista Haeni Ficht, ainda em outubro os moradores criaram o movimento “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho” e em seguida, com o apoio da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) e do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS), para que pudessem entrar no Ministério Público em defesa da comunidade, foi fundada a entidade jurídica “Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Independência” (AMABI), sendo ambos presididos por Haeni até sua morte, em 09 de janeiro de 2006.

O projeto consistia na construção da sede própria da OSPA no estacionamento do *shopping*. Mantida e administrada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a OSPA é um órgão da Secretaria Estadual de Cultura, cuja viabilidade da necessária construção de uma sede própria foi estruturada pela Fundação Pablo Komlós, em abril de 2004. A Escola de Música, mantida pela Fundação há 30 anos, forma gratuitamente profissionais para orquestras e um Coral Sinfônico integrado por mais de 100 cantores.

O projeto da nova sede no estacionamento do *Shopping Total* incluía a construção de um edifício-garagem com sete pavimentos, sendo dois andares no

subsolo, junto à Rua Gonçalo de Carvalho. Os projetos OSPA/Edifício-Garagem, a abertura do estacionamento para a Rua Gonçalo de Carvalho e as inversões de sentido de fluxo de veículos nas ruas adjacentes já estavam sendo aprovadas na Prefeitura quando vieram ao conhecimento do grupo. Tais projetos previam ampliações e modificações viárias na área do *Shopping Total*, cujo resultado traria grande aumento do trânsito de veículos, além da poluição sonora e ambiental. Todo o trânsito de saída do *Shopping* seria escoado pela Gonçalo de Carvalho.

O local é uma pedra basáltica, ou seja, para a escavação do subsolo seria necessário o emprego de dinamite, o que poderia ocasionar danos às estruturas dos edifícios vizinhos. Talvez pudesse ser até pior, pois durante a construção do *shopping* em 2002 e 2003 já haviam utilizado dinamite, fazendo a região tremer. A construção também aumentaria muito a poluição atmosférica na área. Os prédios com fundos para o terreno do *shopping* sofreriam com a emissão de gases tóxicos pelos escapamentos dos carros..

A obra também prejudicaria a rua de outras formas. Segundo o relatório de tráfego, ela não suportaria um aumento estrondoso no fluxo de veículos. A área é habitada por inúmeros pássaros, e as árvores de idade já avançada seriam prejudicadas com a pavimentação de asfalto (a rua é calçada apenas com pedras). O asfalto dificultaria as plantas absorverem a água das chuvas, que escoaria pelos bueiros. A respiração das mesmas também seria prejudicada. Tais fatores fariam as plantas procurarem seus recursos na superfície, fazendo suas raízes se deslocarem e promoverem um levantamento das calçadas, quebrando o calçamento e dificultando o trânsito de pedestres.

Vale ressaltar que o edifício-garagem funcionaria todos os dias, ininterruptamente, não apenas quando houvesse espetáculos no teatro. Ou seja, os

sete andares do estacionamento serviriam muito mais como uma ampliação do estacionamento do *shopping* do que aos freqüentadores do teatro.

Além disso, a questão ia muito além das causas ambientais supracitadas. O *Shopping Total* utiliza área de propriedade privada cedida por prazo determinado e estava interessado no estacionamento por não poder construir um próprio. Dessa forma, cedeu uma área para OSPA com a garantia da construção do estacionamento com recursos públicos, pois a obra seria ancorada pela Lei Rouanet⁶⁶, beneficiando-se muito com isso. A OSPA teria em média 2 espetáculos semanais, com poucas horas, garantindo ao *shopping* o uso do estacionamento em todos os outros períodos. Aprofundando um pouco mais a questão, descobriu-se que o dono do terreno não era o *Shopping Total*, mas a empresa Taquarussú, de propriedade do Renato Ribeiro, então proprietário do Grupo Jornalístico Caldas Junior, um dos maiores grupos de comunicação do estado do Rio Grande Sul.

Em resumo: o *shopping* precisava de estacionamento e não podia construí-lo devido à legislação, cedeu então uma área por 25 anos, tempo de contrato do aluguel no terreno. Passado o período, de acordo com o contrato, toda e qualquer benfeitoria construída passaria a ser do proprietário, o grupo Caldas Junior.

A obra, que 25 anos depois voltaria ao referido grupo, estava com um processo já bem adiantado no Ministério da Cultura para arrecadação de dinheiro através da Lei Rouanet. Dessa forma, o Grupo usaria dinheiro dos impostos para tirar vantagens descabidas. O dinheiro público seria usado para a construção de uma propriedade privada e, após o período do contrato, a OSPA estaria sem teatro novamente.

⁶⁶ Lei Federal de Incentivo à Cultura (8.313 de 23/12/1991): Institui políticas públicas para a cultura nacional.

Um detalhe importante: originalmente o teatro seria construído no Cais do Porto, uma zona abandonada do centro de Porto Alegre. O novo local, no estacionamento do *shopping*, foi selecionado sem que a sociedade conhecesse como exatamente se deu o processo de escolha. O próprio *shopping* foi restaurado com recursos públicos, antes mesmo de qualquer anúncio ou menção de que ali haveria algum teatro, com o benefício da Lei de Incentivo à Cultura, através da renúncia fiscal do Estado em nome do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural.

De acordo com a Lei Federal Nº 8.666/93, Lei das Licitações, as edificações públicas, bem como sítios, praças e monumentos para fins públicos, devem ter seu Projeto de Arquitetura e Urbanismo originado através de Concurso Público Nacional de Arquitetura e Urbanismo. Cabe recordar que do Concurso Nacional de Projetos “Porto dos Casais”, que estabeleceu diretrizes urbanísticas para a revitalização do porto da cidade, resultou outro Concurso Público Nacional de Projetos, de caráter setorial, para o novo Teatro da OSPA. Esse processo envolveu jurados de prestígio internacional, tendo o poder público contratado e remunerado com recursos próprios o desenvolvimento dos projetos vencedores. Sem qualquer fato ou evento público que tenha informado a sociedade da razão das mudanças no processo tecnicamente planejado, surgiram novos e supervenientes local, programa e projeto.

Sobre novo endereço e programa, com uma nova visão sobre o caso e obedecendo a Lei Federal, deveria ter sido feito um novo processo público de seleção, isto é, um novo concurso que estabelecesse regras específicas para parcerias público-privadas. Dessa forma, a cidade, seu patrimônio e suas instituições públicas não poderiam ser tratados da mesma forma como o são os bens privados, sobre os quais se aplicam outros procedimentos legais.

Quando todas essas informações vieram ao conhecimento público, o projeto já havia sido aprovado na íntegra, sem a consulta aos moradores das redondezas ou aparato legal, faltando apenas a Licença de Instalação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAN). O grupo de moradores, liderado por Haeni, exigiu participação social para que as decisões fossem tomadas em conjunto e a população pudesse participar de forma efetiva.

Nos parágrafos que se seguem, veremos como se deu o desenrolar dos acontecimentos até o tombamento da rua como Patrimônio Histórico, Cultural e Ecológico de Porto Alegre.

8.1.2 A atuação na luta

O grupo tentou a partir das descobertas buscar o apoio dos principais veículos de comunicação para que as informações pudessem vir a conhecimento público, porém sem sucesso. Após uma série de telefonemas conseguiram agendar uma reunião no apartamento de um dos moradores da rua, onde participaram vizinhos de condomínio, o superintendente do *shopping*, o presidente da Fundação OSPA e o presidente da Associação Cristóvão Colombo, na região do bairro Floresta. Já nesta primeira reunião as posições ficaram claras. Os moradores estavam sós e não teriam acesso à planta do edifício-garagem. O *shopping* cedia o espaço para a construção desde que fosse construída a garagem com um número igual de vagas perdidas e a Associação Cristóvão Colombo, cujo presidente era suplente de vereador, via com muita simpatia o projeto do *Shopping Total*, parceiro fiel da associação. A prefeitura já havia aprovado tudo em pouco mais de um mês e faltava apenas uma licença para terem a autorização para construir tudo.

Foi então que, a partir dessa reunião, sabendo-se dos interesses econômicos de empresários poderosos, os vizinhos organizaram o “Movimento dos amigos da Rua Gonçalo de Carvalho”, tendo a frente Haeni Ficht e com o objetivo de conseguir apoio à causa. Os integrantes do grupo nunca tinham se envolvido em movimentos de moradores. Buscaram apoio da Agapan e dos Amigos da Terra (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), ambos com sede em Porto Alegre e atuantes na defesa do meio ambiente.

Os Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho, formado por aproximadamente cinco pessoas, passaram então a se reunir e descobriram que havia acontecido uma audiência pública, chamada pelo jornal Zero Hora. Nessa audiência pública esteve presente o presidente da Associação Cristóvão Colombo, a favor da construção por interesses comerciais, mais alguns integrantes da OSPA e funcionários do *Shopping Total*; sem a presença de nenhum morador da Gonçalo de Carvalho. Ao mesmo tempo, os principais jornais da cidade se omitiam na publicação de matérias referentes ao caso.

Como os principais veículos de comunicação se negaram a divulgar os fatos, o movimento criou o *blog* dos “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho” no endereço eletrônico goncalodecarvalho.blogspot.com. O primeiro post, publicado em 26/10/2005, mostrou a carta aberta escrita em protesto à construção do edifício-garagem, em 18/10/2005. Todos os assuntos relevantes à causa podiam ser acompanhados por qualquer pessoa com acesso à Internet, sem o filtro da mídia de massa. Paralelamente foi criado um *email* para que a população pudesse interagir e colaborar com o movimento.

Ainda em 19 de outubro de 2005, o movimento convidou a população em geral, e em especial os moradores da Gonçalo de Carvalho, para uma reunião com a

comunidade, realizada no Colégio Bom Conselho. O objetivo da reunião foi esclarecer a população sobre o que realmente estava acontecendo e pedir apoio para impedir a obra. No sábado, quatro dias antes, foi feito um ato de protesto na Rua Gonçalo de Carvalho esquina com a Rua Benjamin Flores.

O grupo fazia panfletos, mandava *emails* e mantinha o *blog* atualizado. Assim o movimento conseguiu apoio de outros bairros, cidades e até de entidades de outros países. Ao receber as manifestações de apoio, o movimento pedia que fossem enviadas mensagens ao Ministério da Cultura, pois seria a única forma de conter o projeto já aprovado. O Partido Verde também manifestou apoio à causa em Brasília, tendo conhecimento do caso através da Internet.

Após tantas manifestações, no dia 20 de dezembro, com a ressalva de que o local do Teatro da OSPA já estava definido, o secretário municipal do Meio Ambiente Beto Moesch abriu a consulta pública que debateu o tema com moradores dos bairros Floresta e Independência. Segundo Moesch, a licença prévia concedida pela prefeitura em abril já havia definido que a construção seria feita no estacionamento do *Shopping Total*. A discussão restringiu-se então apenas nos ajustes que deveriam ser feitos no projeto.

A consulta pública foi realizada no salão da Igreja Batista, na Cristóvão Colombo. Durou quatro horas e contou com a presença de quase 300 pessoas. Houve apresentação do projeto pelas empresas responsáveis e discursos dos moradores e representantes da OSPA. A discussão foi bem calorosa. Os grupos a favor e contra a construção estavam bem polarizados, confeccionaram adesivos e a audiência foi toda acompanhada de vaias e aplausos.

Vale ressaltar que o movimento dos Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho usava tanto o adesivo do movimento que defendia a rua – “SOS Gonçalo” – como o

adesivo daqueles que eram a favor da construção – “Sim à cultura, sim à OSPA”. Como os integrantes do grupo foram muitas vezes acusados de “inimigos da cultura e do progresso”, ao tentar impedir uma obra grandiosa, quiseram mostrar que eram sim grandes admiradores da OSPA e nada tinham contra ela, como admirável instituição que orgulha a cidade e o estado. O problema era outro: destruir um patrimônio para construir outro, que serviria muito mais a interesses dos grandes grupos econômicos que à cultura e à população.

Em entrevista realizada no dia da audiência pública e publicada no Jornal Zero Hora (22/12/2005), Haeni Ficht explicou: “Estamos lutando apenas contra o edifício-garagem, e não contra o teatro”.

Os debates renderam manifestações acaloradas. O engenheiro responsável pelo projeto Ismael Sole e o arquiteto Nestor Nadruz, coordenador do movimento *Porto Alegre Vive*, que representava na época 30 entidades comunitárias, discutiram calorosamente e Nadruz precisou ser contido por integrantes da mesa.

Outra discussão se deu entre o presidente da OSPA Ivo Nesralla e o arquiteto Julio Collares, responsável pelo projeto que previa a instalação do teatro da OSPA no Cais do Porto, abandonado pelo então governo do Estado sem maiores explicações. “Não posso imaginar um lugar pior para uma orquestra sinfônica que o estacionamento de um *shopping*”, afirmou Collares (Zero Hora, 22/12/2005). Nesralla defendeu-se da acusação de que um prédio público seria construído em um terreno privado, justificando que o responsável pelo empreendimento não é o Estado ou a Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, mas a Fundação Pablo Komlós. A afirmação intrigou a vereadora Sofia Cavedon, que questionou o fato de o terreno estar cedido pelo *shopping* somente por 25 anos: “Incentivo fiscal é, sim, dinheiro

público. Temos que garantir que este investimento retornará ao Estado depois deste tempo” (Zero Hora, 22/12/2005).

O secretário Beto Moesch garantiu que, com base nas reivindicações da audiência pública, mais alguns pontos do projeto seriam modificados antes da liberação da licença de instalação do empreendimento. É importante destacar que a planta do edifício-garagem nunca foi mostrada, por mais que o movimento insistisse. Apenas o projeto do teatro veio a conhecimento da população.

No dia da audiência pública, em 20 de dezembro de 2005, o arquiteto Nestor Nasdruz trouxe em questão o fato do complexo da antiga cervejaria Brahma possuir condicionantes de conhecimento do proprietário, mas serem descumpridos pela Prefeitura Municipal desde a administração anterior à vigente em 2005. A área, já na vigência da LC 49/59, era funcional de preservação cultural, como marco histórico da cidade de Porto Alegre e este fato envolve algumas questões, listadas abaixo:

1. O complexo foi mantido no Plano Diretor vigente na data da audiência pública, portanto lei, e foi incorporado no Estudo das Áreas Especiais de Interesse Cultural, elaborado por volta de 2002 pela Secretaria Municipal da Cultura (SMC) e pela Faculdade UNIRITTER. Com isso, as novas edificações pretendidas não estariam previstas e a área estaria protegida pelo Decreto Municipal 14.530, em vigor na época. Mas a Secretaria de Planejamento Municipal (SPM) liberou Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU), contrariando o Decreto para edificação de um prédio para instalação da OSPA, agregado a um edifício-garagem.

2. Com o desmembramento da área de construção da OSPA, a Prefeitura cometeu a segunda irregularidade: áreas de preservação não estão sujeitas a retalhamento.

3. O terreno destinado ao complexo era privado, mas os recursos seriam públicos. O terreno liberado para registro no Registro de Imóveis, para edificação da OSPA, ainda continha a cláusula de uso por 25 anos e após o período as benfeitorias reverter-se-iam ao proprietário original ou a seus descendentes, deixando a OSPA novamente sem sede.

4. O impacto ambiental e na vizinhança estaria presente com a concentração de 1.500 pessoas a mais nos dias de funcionamento da OSPA ou outros eventos liberados pelos seus responsáveis. Mais ainda, a construção de espaço vertical para cerca de 600 carros, acrescidos daqueles que estacionariam nos arredores, em especial na Rua Gonçalo de Carvalho, eram projeções muito além do previsto, o que não desejaria provavelmente a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC). Nasdruz apontou, ainda nesta questão, que seria um processo delicado e de difícil avaliação para o uso do espaço disponível entorno da construção, suas ambiências e ruidosos desdobramentos.

5. Em nenhum momento foi acionado o Estatuto da Cidade, que exige a participação efetiva das comunidades em todas as gestões e em todos os atos e divulgação de estudos elaborados.

6. Todas as explicações, até então divulgadas, foram insuficientes e evasivas e alegavam que estavam cumprindo a Lei.

Nasdruz informou que diante de tantas informações contraditórias havia um processo em andamento no Ministério Público para o devido exame e procedimento, portanto, até então nada poderia ser feito. Colocou ainda que este projeto, por utilizar-se de recursos públicos, teria de ser submetido a concurso público, não interessando as condições dos recursos, e que dariam prosseguimento ao projeto vencedor já existente para a área do porto, não aceitando o proposto.

A pressão sobre os “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho” estava muito grande e em 09 de janeiro de 2006, Haeni Ficht foi a óbito. O movimento esmoreceu por um breve período, mas logo os demais participantes tomaram frente e perseveraram na luta.

Porém, no dia 20 de janeiro de 2006 a Prefeitura anunciou a autorização para o início das obras do novo Teatro da OSPA na área do *Shopping Total*. O anúncio foi feito pelo prefeito José Fogaça, depois de receber do secretário municipal do Meio Ambiente Beto Moesch a Licença de Instalação (LI) do empreendimento, prevendo a construção de sala sinfônica e estacionamento.

No anúncio da autorização, Fogaça ressaltou que a licença foi resultado do trabalho integrado de várias secretarias e órgãos municipais, com debate junto à sociedade, que deliberaram sobre a construção. Enfatizou a consulta pública realizada pela Secretaria do Meio- Ambiente (SMAM) em 20 de dezembro de 2005. "É o resultado de uma engenharia democrática e do conjunto de ações de secretarias. Mesmo os setores que eram contrários à obra foram atendidos em suas reivindicações", afirmou Fogaça na página oficial da prefeitura.

De acordo com informações divulgadas no *site* da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o documento foi construído a partir de critérios estabelecidos pela SMAM, com a fixação de uma série de exigências técnicas aos empreendedores. Entre as solicitações estavam mais duas saídas de automóveis – uma pela Avenida Cristóvão Colombo e outra pela Rua Tiradentes, com a proibição de saída de veículos pesados pela Rua Gonçalo de Carvalho, vedação do edifício-garagem para evitar poluição sonora e atmosférica junto às residências do entorno e a utilização permanente de um sismógrafo. "É uma forma rigorosa de respeitar uma minoria e assegurar a qualidade de vida conquistada. Por outro lado, há milhares de cidadãos

em Porto Alegre que desejam ter uma sala sinfônica como a que será construída pela OSPA, que será a quinta sala sinfônica do mundo", afirmou Fogaça.

Participaram da reunião em que foi anunciada a liberação da licença o então vice-prefeito Eliseu Santos, os secretários municipais de Gestão e Acompanhamento Estratégico Clóvis Magalhães, da Cultura Sergius Gonzaga, do Meio Ambiente Beto Moesch e de Mobilidade Urbana Luiz Afonso Senna. Também estiveram presentes representantes da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), da SPM e da EPTC. Em momento algum do anúncio da autorização, foi mencionada a questão da origem da verba para a construção e o fato do local ser de propriedade privada.

Apesar da aprovação da prefeitura, após muita pressão por parte dos simpatizantes da causa, o Ministério Público afirmou que ainda analisaria a validade da licença. Em março veio o veredicto do Ministério da Cultura: o projeto está aprovado, porém não poderia ser viabilizado através da Lei Rouanet. Dessa forma, o Ministério da Cultura não aprovou o uso de incentivos fiscais no projeto, basicamente porque se trataria de um projeto público em uma área privada, o que a legislação veda. Sem esses incentivos seria difícil alguém investir na OSPA. A única solução juridicamente viável seria uma desapropriação da área onde ficaria o teatro, opção muito onerosa tanto para o Estado quanto para a Prefeitura.

O Jornal do Comércio publicou no dia 10 de abril de 2006 uma nota que dizia estar aprovada possibilidade de construção do novo Teatro da OSPA nas dependências da antiga empresa de laticínios Corlac, na Rua Carlos Von Koseritz. O local é amplo e não precisaria ser desapropriado, pois a área já pertence ao Estado. Outro local anunciado como possível foi o terreno do Estaleiro Só, perto do Museu Iberê Camargo, na orla do Guaíba. A área com mais de 50 mil metros quadrados na zona Sul da capital estava desativada desde 1995.

Em 05 de junho de 2006, na abertura da 22ª Semana Municipal do Meio Ambiente, José Fogaça assinou o decreto municipal nº 15.196/06 tornando a Rua Gonçalo de Carvalho “Patrimônio Histórico, Cultural, Paisagístico, Ambiental e Ecológico” de Porto Alegre. Foi a primeira rua do estado a receber tal distinção e o primeiro caso que se tem notícia no Brasil e na América Latina. O evento no *Shopping Total* teve a presença de representantes da Associação do Bairro Independência, entidades ecológicas, empreendedores, funcionários da Prefeitura e jornalistas.

O texto estabelece a manutenção das características locais, que incluem a preservação das dezenas de árvores tipuanas e a manutenção do calçamento da via, feita de paralelepípedos. Assim, qualquer intervenção no local deverá obedecer ao decreto.

O reconhecimento garante à rua uma espécie de escudo contra qualquer intervenção imobiliária, estética, hidráulica ou estrutural que ameace as características originais do local. Além do túnel verde, as lajotas das calçadas e os paralelepípedos da via também estão protegidos. É proibido asfalto, em qualquer ponto. Assim, o crescimento imobiliário, que desde 2001 com a construção do *Shopping Total* avança sobre a Rua Gonçalo de Carvalho, tem de ser minuciosamente avaliado sempre que se chegar à rua.

O desfecho final se deu no dia 09 de junho de 2006. A Fundação Pablo Kómlos comunicou a desistência do projeto através de um ofício endereçado a então Procuradora da República, Suzete Bragagnolo,

Os “Amigos da Gonçalo de Carvalho” comemoraram a notícia, pois consideraram a vitória um marco na luta por manter a via livre da poluição e da expansão imobiliária na região.

Após muitas discussões, em agosto de 2006, foi definido que o novo Teatro da OSPA seria construído na bifurcação das Avenidas 1ª Perimetral e Edvaldo Pereira Paiva (Beira-Rio), ao lado da Câmara Municipal, no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (Harmonia). O anúncio foi feito no dia 08 de agosto de 2006 pelo então prefeito José Fogaça, durante entrevista coletiva no Paço Municipal, da qual participaram o presidente da Fundação OSPA (FOSPA) Ivo Nesralla e secretários do governo. A escolha foi feita depois de estudos técnicos por órgãos e secretarias municipais, em parceria com a FOSPA.

Fogaça explicou que a decisão levou em conta fatores como acessibilidade metropolitana, qualificação da paisagem urbana e potencial turístico, além de um estudo preliminar do impacto ambiental e adequação ao padrão do índice de construção permitido no local.

Um grupo de trabalho coordenado pela SPM, com a participação da SMAM, da SMC, da Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico (SMGAE), da Secretaria Municipal do Turismo (SMT) e da EPTC, analisou nove áreas na orla do Guaíba como alternativas para abrigar a sala sinfônica da OSPA. Depois de estudar o projeto arquitetônico com os índices de volumetria e dimensão da obra, estimada em 15 mil metros quadrados, a Prefeitura escolheu o local.

A Lei foi sancionada por José Fogaça e aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal de Vereadores. A capacidade da Sala Sinfônica será de 1.500 lugares, com uma ocupação de 3.600m². O estacionamento será localizado, conforme determinação legal, em terreno ao sul da Câmara Municipal, com o total de 375 vagas, servindo ao parque e compartilhado com a OSPA em dias de espetáculo. Porém, sem possibilidade de exploração comercial pela OSPA.

No dia 5 de junho de 2007 foi comemorado o primeiro aniversário do decreto que declarou a Rua Gonçalo de Carvalho Patrimônio Histórico, Cultural, Paisagístico, Ambiental e Ecológico de Porto Alegre com o descerramento da placa alusiva.

8.2 O CASO PONTAL DO ESTALEIRO

8.2.1 Entendendo o caso

Na origem, a área onde se pretendia erguer o Pontal do Estaleiro era pública. O mais antigo registro do terreno é uma petição de 1888, em que Francisco Luiz de Melo requer a posse das terras marinhas, fronteiras com sua chácara. Dele, provavelmente, decorre o nome “Ponta do Melo” para o local.

Dez anos mais tarde foi construído no local um trapiche para o despejo dos dejetos recolhidos nas casas das famílias que assinavam esse serviço, prestado pela Prefeitura. Até uma estrada de ferro foi construída pelo município para transportar a carga de excrementos semanalmente lançada no rio. Ainda hoje, a Ponta do Melo é um dos locais onde o esgoto de Porto Alegre é lançado sem qualquer tratamento nas águas do Guaíba.

Quando foi devolvida ao município em 1944 era uma área pública de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul. Seis anos depois foi concedida pela prefeitura à empresa Só & Cia, a mais tradicional ferraria e fundição da cidade na época, que pretendia construir um estaleiro no local.

O Estaleiro Só foi inaugurado em 1952 e tornou-se uma das maiores empresas do Rio Grande do Sul. Tinha 1.200 empregados em 1967, quando a Câmara Municipal votou a lei 3.076 autorizando o resgate do terreno, com a transferência definitiva da sua propriedade. Porém, a mudança não foi efetivada na época. Pouco tempo depois, em dificuldades, o Estaleiro Só foi vendido para a Empresa Brasileira de Indústria Naval (Ebin), do Rio de Janeiro, com o aval do governo federal. Somente nove anos depois, em 1976, foi assinada pelo então prefeito Guilherme Socias Vilella a transferência efetiva da propriedade do terreno para a empresa. Vale mencionar que essa transferência é ainda hoje questionada. O advogado Caio Lustosa, ex-secretário de Meio Ambiente e em 2008 integrante do Fórum de Entidades⁷, acredita que com a falência do Estaleiro Só, o terreno deveria ter retornado ao Município.

Com a Ebin, o estaleiro viveu um ciclo de grande expansão. O presidente era um almirante de estreitas relações com a Superintendência Nacional da Marinha Mercante, a poderosa Sunamam. As encomendas fluíam, o estaleiro empregava três mil trabalhadores. Mas, com a crise financeira uma década depois, veio o corte nos investimentos estatais, caíram as encomendas e a empresa entrou em decadência.

No ano de 1992, começaram os atrasos nos salários e as greves. Os empregados eram demitidos em massa. Foram mais de mil funcionários em um só dia. No fim, ficaram apenas 130 e um incêndio destruiu parte das instalações, acabando de vez com a empresa. Em pouco tempo, todo o patrimônio estava reduzido a escombros. Em 1999, o juiz determinou a penhora e o leilão do terreno para pagar a dívida com os trabalhadores, que chegava a R\$ 9 milhões.

⁷ Fórum de Entidades: canal para a participação de entidades da sociedade civil e movimentos sociais na revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.

A primeira tentativa de mudar a lei para permitir atividades residenciais, comerciais e de serviço no terreno do Estaleiro Só foi feita pela própria empresa em maio de 1994, quando já estava quase em falência. Em ofício ao então Secretário Municipal do Planejamento, Newton Burmeister, alegava necessidade de adaptar-se às novas circunstâncias do mercado. Pediu permissão para transferir dali suas instalações industriais e a modificação no atual regime urbanístico, ao permitir também o uso do terreno com atividades residenciais, comerciais e de serviço.

Um mês depois, saiu o parecer da Secretaria do Planejamento considerando inviável a mudança pretendida. Alegava que não estava de acordo com o conceito de Área Funcional de Interesse Público e a altura proposta não representava melhoria da qualidade da paisagem urbana, devendo ser respeitada como diretriz de altura máxima as cumeeiras dos prédios existentes. O parecer esclarecia que face às peculiaridades locais, o Estaleiro Só representava uma área com limitações de uso e não era recomendável a intensificação de sua ocupação.

Quatro arquitetos e um engenheiro que assinaram o parecer acrescentaram uma advertência quanto à ocupação da Orla: “Porto Alegre tem perdido ao longo das últimas décadas um percentual significativo da orla do Guaíba com a privatização de áreas ou bloqueio de acesso da população a este importante espaço do território municipal. É diretriz do planejamento a valorização do Guaíba e de toda a extensão de sua costa como elemento da nossa identidade e bem de uso coletivo”.

Em julho de 2000, foi encaminhado à Secretaria do Planejamento um novo pedido para alterar o regime urbanístico na área do Estaleiro Só. Desta vez, além do arquiteto, assinaram o requerimento dois escritórios de advocacia que defendiam os ex-funcionários do estaleiro – “*Woida, Forbrig, Magnago & Advogados Associados*” e

“*Genro, Camargo Coelho, Maineri & Advogados Associados*”, este tendo ainda como sócio-fundador o então candidato a prefeito Tarso Genro.

Eles apresentaram uma sugestão de regime urbanístico para a área, alegando que o terreno era o único bem que possibilitaria o recebimento dos direitos trabalhistas dos ex-empregados do Estaleiro, cujos processos se encontravam em fase de execução de sentença e penhora do imóvel em que se encontrava a sede da empresa.

Estimaram a indenização devida aos trabalhadores em R\$ 9,2 milhões e explicaram que os créditos trabalhistas tinham caráter alimentar envolvendo direitos de quase 400 trabalhadores, muitos dos quais desempregados, e suas famílias. Enfatizavam que a não consideração deste dado para efeitos mercadológicos por certo implicaria fenômeno de grave repercussão social, potencializando os já alarmantes níveis de miséria. Disseram também que neste terreno, integrado ao sistema de parques da orla, seria possível edificar um conjunto de prédios com atividades miscigenadas em conformidade com as prerrogativas do Plano Diretor. Para viabilizar as intenções do poder municipal de valorização urbanística da área, através da integração desta com as áreas públicas, ao Sul e ao Norte, era necessário que o Regime Urbanístico contemplasse a possibilidade da compensação dos direitos trabalhistas dos ex-empregados, acrescido dos valores necessários à viabilização da urbanização das referidas áreas públicas. Advertiam ainda que se não fosse viabilizada a recuperação urbana desta área para empreendimento com estas características, seria muito provável a sua ocupação desordenada, em nada contribuindo para o desenvolvimento urbano. O valor da área, caso fossem permitidas as alterações propostas, foi estimado entre dez e 13 milhões de reais.

Eleito em novembro do ano 2000, Tarso Genro assumiu em janeiro do ano seguinte seu segundo mandato como prefeito de Porto Alegre. Em junho encaminhou à Câmara o projeto de LC 470, que estabeleceu um regime urbanístico especial para o Pontal do Melo. Relatado pelo vereador Estilac Xavier, líder da bancada petista na Câmara, o projeto correu em regime de urgência e foi aprovado no dia 12 de dezembro do mesmo ano, com um único voto contrário, do vereador Beto Moesch. Um dos primeiros atos do prefeito em 2002, no dia 2 janeiro, foi sancionar a lei.

Com a mudança, a área do estaleiro foi desmembrada da Unidade de Estruturação Urbana 4036, que abrange toda a orla do Guaíba, transformando-se na sub-unidade de Estruturação Urbana 03, com definição de ocupação para uso privado de atividades de interesse cultural, turístico e paisagístico, vedado habitação, comércio atacadista e indústria. Foi estabelecida uma taxa de ocupação de 1,00 e altura máxima de 12,5 metros (quatro andares).

No dia da votação do projeto, o vereador João Antônio Dib disse que a proposta enviada pelo prefeito previa também prédios residenciais e que ele, Dib, apresentou uma emenda suprimindo o residencial, porque a área era inundável. Na verdade, foi possível se ver, pelos anais da Câmara, que o texto do Executivo não era explícito quanto a prédios residenciais, e o vereador fez uma emenda para deixar claro o veto.

O terreno do Pontal era o único bem que restava de todo o patrimônio do Estaleiro. Três leilões haviam fracassado porque não se sabia o que era possível fazer com o terreno. Como toda a orla, ele estava enquadrado no Plano Diretor nas Áreas Especiais de Interesse Cultural, sem regras definidas, mas com diretrizes gerais restritivas. Dentro desse contexto, definir regras para atrair compradores e

assim atender os direitos dos empregados, há seis anos aguardando, era um argumento inatacável.

O vereador Adeli Sell (PT) foi ovacionado quando abriu a sessão da Câmara Municipal de 5 de dezembro de 2001: “Nesta tarde eu tenho certeza absoluta de que nós vamos fazer jus à população de Porto Alegre e reintegrar o Estaleiro Só à orla da cidade. Assim eu peço o voto de todas e de todos para a aprovação desse projeto”. As galerias tomadas pelos trabalhadores demitidos do Estaleiro Só e suas famílias ditaram o rumo da sessão. Quinze oradores se sucederam na tribuna e apenas Beto Moesh não pediu a aprovação do projeto do prefeito Tarso Genro. “Vamos resolver o problema daqueles que trabalharam grande parte de sua vida no Estaleiro Só e não tiveram indenização”, disse Antonio Dib, do PP. “Além de estarmos gerando renda para a cidade no aspecto turístico cultural, nós também vamos resgatar a dignidade destes bravos funcionários e a tranqüilidade de suas famílias”, disse Maristela Maffei, do PT.

O partido de Tarso, cujo líder Estilac Xavier era relator do projeto, votou em bloco, levando junto seu aliado do PCdoB Raul Carrion, que disse: “Somos favoráveis à aprovação para que os ex-funcionários do Estaleiro, que já esperaram seis anos, e a própria população que hoje não dispõe deste espaço, sejam brindados com este projeto”. A posição do PT a favor do projeto em 2001 deixou fragilizada sua bancada nas votações do projeto “Pontal do Estaleiro” em 2009. Os aliados do prefeito bateram nessa suposta incoerência do PT em quase todos os discursos.

Vale a ressalva da existência de uma diferença essencial não mencionada entre as votações de 2001 e a de 2009. A primeira ocorreu antes para que o terreno pudesse interessar a um comprador num leilão e a segunda com o terreno já

comprado por um valor inferior ao avaliado, exatamente porque os prédios não podiam ter mais do que 12,5 metros e nem serem residenciais, exatamente o que se pretendia mudar.

Com a mudança da lei aprovada por Tarso Genro, o terreno foi finalmente arrematado pela construtora *Titton Brugger & Cia* e em novembro de 2003 a empresa entrou com um projeto para a área, assinado pelo arquiteto Jorge Debiagi: uma plataforma de 34,5 mil metros quadrados, com garagens para 1.150 vagas embaixo e edifícios em cima. Os prédios teriam altura máxima de oito pavimentos em edifícios escalonados, com a altura média de quatro andares. Seriam cinco prédios destinados a atividades comerciais e serviços: lojas, hotéis, clínicas, escritórios. O projeto não previa habitações e se completaria com uma esplanada pública, trapiche, restaurantes, bares, espaços para entretenimento, comércio varejista, lojas de conveniência, danceterias e serviços, com acesso de veículos por via interna. Por razões que não se conseguiu esclarecer, o empreendedor pagou as duas primeiras parcelas do terreno, mas em seguida desistiu do projeto. Tudo voltou à fase inicial.

O terreno estava avaliado em R\$ 13 milhões. Foram vários leilões sem sucesso. No quinto leilão, organizado em 2005, o terreno foi comprado pela *SVB Participações e Empreendimentos* pelo valor de R\$ 7,2 milhões, que após a compra o transferiu para a *BM Par Empreendimentos Ltda*. Embora registrado em nome desta última, existe uma hipoteca registrada à *Expand Investimentos Imobiliários*, cuja sede localiza-se no Rio de Janeiro. Cabe salientar que a *Expand* é uma subsidiária da *Cyrela Brazil Realty S.A.*, dona da *joint venture Cyrela Goldztein*, formada juntamente com a empresa *Goldsztein* e sediada no Rio Grande do Sul.

O estudo apresentado para o terreno contemplava, além de quatro edifícios residenciais e dois comerciais (sendo um *flat*) de 43m de altura cada, uma marina pública, áreas de lazer, lojas, cafés, restaurantes e uma esplanada pública, num projeto avaliado em R\$ 165 milhões, que poderia alavancar negócios da ordem de R\$ 2 bilhões.

No dia 13 de setembro, a SVB pediu à SPM diretrizes urbanísticas para a área do Estaleiro, alegando necessidade de ajustes legais. Disse ainda que por questões de caráter econômico, urbanístico e também de segurança, o Pontal do Estaleiro somente seria viabilizado se fosse contemplada a construção de edifícios residenciais.

Foram emitidos pareceres favoráveis pelas Secretarias que compõem a Comissão de Análise Urbanística e Gerenciamento (CAUGE). A então secretária executiva da CAUGE, a arquiteta Liamara Nique Liberman, distribuiu um expediente às diversas secretarias que integravam a comissão e explicou que “é solicitado diretrizes para o empreendimento”, lembrando que incide sobre a área a Lei Complementar 270, “que através de um projeto de lei deverá ser alterada”. Liberman acrescentou ainda: “Deverão ser definidas quais diretrizes deverão constar no projeto de lei, para dar respaldo legal à aprovação de empreendimento na referida área”. Mencionou a reunião ocorrida na Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégicos com técnicos do Planejamento, Meio Ambiente e Procuradoria Geral do Município, na qual ficou acordado que o referido expediente tramitaria com prioridade face necessidade de elaboração do projeto de lei com posterior aprovação da Câmara de Vereadores. Disse que a data de uma reunião final seria discutida com todos na reunião da CAUGE de 21 de setembro de 2006, estando a princípio comprometido o município com o prazo de metade de outubro.

No dia 10 de outubro de 2006, foi emitido o parecer da SPM assinado por quatro arquitetos (Antonio Carlos Selmo, Antonio Luis Gomes Pinto, Marcelo Allet) e um engenheiro (Elisabeth Katter Hack), dizendo que “no entanto fazem-se necessárias modificações na lei, tendo por finalidade atingir os objetivos citados através da sustentabilidade econômica do empreendimento”.

O parecer elencou os itens a serem incluídos na proposta de modificação da Lei, os mesmos que integrariam o projeto apresentado pelos vereadores em abril de 2008.

Todos os outros pareceres favoráveis foram emitidos no mesmo dia, considerando viáveis as mudanças propostas. A única ressalva foi feita pelo urbanista Julio Miranda, da Secretaria Municipal dos Transportes, lembrando que o empreendimento proposto possuía forte poder de atração de viagens e pretendia instalar-se em área crítica da cidade, com intenso crescimento do fluxo de veículos e com redução paulatina da fluidez e da segurança viária. Essas vias são gargalos de circulação e pontos de risco para pedestres e condutores.

Em agosto de 2008, quando esquentava a discussão sobre o Pontal do Estaleiro, o Instituto de Arquitetos do Brasil/RS (IAB), por decisão de seu Conselho Estadual, divulgou uma Manifestação aos Vereadores para expor sua contrariedade com a forma pela qual o assunto estava sendo tratado. O Instituto alertou erros no encaminhamento da matéria e possíveis prejuízos à cidade. Apresentou argumentos referentes à alteração no projeto apresentado a partir do interesse de proprietários da área, sem que os benefícios para a comunidade e o município fossem explicitados. Segundo o IAB, a mudança pretendida permitiria um uso muito mais intenso da área, não previsto no Plano Diretor de Porto Alegre, à revelia de um estudo mais criterioso do Executivo Municipal e de uma ampla discussão pública

sobre a densificação da área. Além dos aspectos legais, o Instituto lembrou o aspecto moral da apreciação de uma matéria com o impacto imenso, de maneira apressada, confundindo o interesse público com um negócio privado.

Dizia ainda a nota que a área foi leiloada a baixo preço porque o seu valor era limitado aos usos compatíveis com o desenvolvimento projetado no PDDUA. A proposta de alteração somente surgiu após um projeto de ocupação patrocinado pelos proprietários, sem compatibilidade com as possibilidades da infra-estrutura de trânsito da região e em prejuízo da paisagem e do potencial turístico de Porto Alegre.

O IAB-RS questionou também qual seria o ganho do Município de Porto Alegre, quando o seu legislativo presenteia em plena época eleitoral um grupo privado com a alteração de valor tão significativa de um imóvel adquirido recentemente num singular processo de venda.

“A Orla do Lago Guaíba é o maior patrimônio paisagístico natural e cultural da Cidade de Porto Alegre, e sua ocupação deve ser criteriosa em respeito ao direito das futuras gerações, a desfrutarem de um desenvolvimento ambientalmente coerente e com qualidade. O processo ora examinado não garante isto. Ao contrário, a alta densidade proposta é ameaçadora, se considerarmos outros investimentos previstos, nas adjacências, que poderão gerar impactos consideráveis e prejudicar o desenvolvimento da Zona Sul de Porto Alegre [...]. Concluimos, lembrando aos nobres Vereadores e à sociedade porto-alegrense, que a requalificação da orla de Porto Alegre é uma das bandeiras históricas do IAB-RS, que já empreendeu grandes esforços na promoção de ações concretas neste sentido. Em nome dessa história e do interesse público, e tendo em vista a argumentação apresentada, solicitamos aos Srs. Vereadores o voto contrário à alteração proposta à Lei Complementar 470/02”. (Trecho do manifesto do IAB-RS)

O projeto chegou à Câmara, através do então vereador Alceu Brasinha, muitas vezes citado na imprensa como o autor do projeto Pontal do Estaleiro, e andou com rapidez incomum. Passou por duas votações em regime de urgência. Em menos de um ano se deu toda a discussão: as duas audiências públicas, as análises nas comissões e duas votações, sendo a primeira vetada pelo prefeito. No dia 15 de março de 2009, saiu a decisão final: 23 votos favoráveis e 10 contra. A mudança se

restringia à Lei Complementar 470, que regula a ocupação no Pontal do Melo. Dessa forma, foi aprovada sob medida para viabilizar o projeto “Pontal do Estaleiro”.

A primeira audiência pública, quando os vereadores aprovaram pela primeira vez o projeto, foi extremamente tumultuada. O movimento contrário ao projeto envolvia o Instituto dos Arquitetos do Brasil, Associação dos Geógrafos, Sindicato dos Engenheiros e outras duas dezenas de entidades comunitárias e ambientalistas, representadas pelo Fórum de Entidades. Ao verem os empresários da construção civil orientando a votação, as pessoas que superlotaram o plenário da Câmara Municipal jogavam moedas e acenavam com cédulas de dinheiro, gritando aos vereadores: “Vendidos, vendidos”.

A segunda audiência, ocorrida na Câmara Municipal três meses após a primeira, não foi tão tumultuada. Quarenta e dois oradores se revezaram com manifestações perante um público que lotou as galerias e o plenário.

Foi tamanha a repercussão na opinião pública e na imprensa, que o Ministério Público abriu investigação sobre suposta distribuição de propina aos vereadores, arquivada um mês depois por falta de provas.

Diante a reação, o prefeito José Fogaça vetou o projeto aprovado. Entretanto, poucos dias depois mandou para a Câmara um texto exatamente igual ao que havia vetado, com um adendo: a proposta de um referendo popular. Tão logo o projeto chegou à Câmara, agora proposto pelo Executivo, lideranças ligadas ao governo vieram a público declarar as dificuldades de realização de um referendo, devido aos seus altos custos. O secretário de Gestão e Planejamento Estratégico Clóvis Magalhães se apressou em dizer que município não teria condições de arcar com o custo de um referendo, estimado em R\$ 2 milhões. Além do custo, havia dificuldades operacionais, pois significaria uma eleição municipal, com voto obrigatório, urna

eletrônica em toda a cidade e controle do Tribunal Regional Eleitoral. Na audiência pública que retomou a discussão, ficou claro que a maioria dos vereadores que aprovara o projeto não queria o referendo.

Na segunda-feira, 16 de março, o projeto estava na pauta para votação. Para surpresa de muitos, devido à repercussão do assunto ele não mereceu mais que discretas notinhas nos principais jornais da capital. No *site* da Câmara, só apareceu na “Agenda do Dia” às onze e meia da manhã.

Não havia mais que 50 pessoas no plenário da Câmara quando começaram os discursos, no início da tarde. Entre o público, apenas um pequeno grupo em torno do presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, que era favor e, do outro lado, umas 40 pessoas contra o projeto. Ambos os grupos manifestavam-se com vaias e palmas. Mesmo os líderes estavam desanimados. Alguns se retiraram antes.

No dia da votação, Valter Nagelstein, líder do governo na Câmara, alterou a redação do artigo 4º. O referendo, universal e obrigatório, que seria de responsabilidade do TRE, com espaços de propaganda em rádio e TV divididos igualmente entre os dois lados, foi transformado em uma consulta pública. A consulta, organizada pela prefeitura (o TRE apenas cede as urnas eletrônicas), não tem espaços de propaganda e é facultativa a quem bem interessar. Além disso, restringiu o seu alcance a um determinado ponto: a permissão ou não de construções residenciais naquela área. Foi ainda introduzindo uma salvaguarda: se a prefeitura não realizasse a consulta em 120 dias, o projeto entraria automaticamente em vigor.

A seguir propomos uma comparação dos dois textos, antes e após a alteração do texto do artigo 4º:

Texto da proposta original de Fogaça: *“Art. 4º. A eficácia dos dispositivos desta Lei fica condicionada à sua aprovação por maioria simples, em referendo a ser convocado pelo Poder Público e homologado pela Justiça Eleitoral, na forma do art. 14, inc. II da Constituição Federal e do art. 97. inc II, e art. 99 da Lei Orgânica do Município.”*

Texto alterado: *“Art. 4º. As disposições do art. 2º. desta Lei Complementar passarão a ter eficácia após referendadas por maioria simples, em consulta pública dos eleitores inscritos em qualquer Zona Eleitoral da capital.”*

Dias depois da aprovação da lei, o empreendedor remeteu uma carta ao prefeito comunicando sua decisão de desistir de incluir prédios residenciais no projeto e deixando sem sentido a pergunta que a consulta viria a fazer.

Diante desse cenário, a consulta pública se tornou ineficaz e deixou os moradores numa armadilha: se votassem “sim” estariam validando todo o projeto. Se votassem “não” estariam recusando apenas a construção de moradias, coisa que o investidor disse não pretender mais. O fato de não incluir na consulta pública as diretrizes aprovadas pela CAUGE, que admitiam entre outras coisas construções com alturas de até 43m (14 andares), causou grande descontentamento junto ao movimento contra o Pontal do Estaleiro, ocasionando inclusive divergências internas. Denúncias de que a consulta não passava de uma farsa para dar ares de legitimidade ao projeto se avultaram e os grupos mobilizados contra a proposta dividiram-se entre aqueles que defendiam o boicote à votação como forma de protesto e aqueles que consideravam a aprovação pública das construções residenciais o fim da discussão acerca do assunto. Porém, um dado era certo, se as pessoas não votassem seria o mesmo que dizer sim para a mudança na lei e a privatização na orla do Guaíba.

Finalmente, no dia 23 de agosto de 2009, ocorreu a Consulta Pública acerca da permissão ou não de construção de prédios residenciais na área. Um contingente de 22.619 eleitores compareceu às urnas, garantindo ampla vitória do “não”, com 18.212 votos (80%) contrários às construções residenciais.

8.2.2 A atuação na luta

A partir do tombamento da Rua Gonçalo de Carvalho, os integrantes do movimento “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho” integraram-se ao movimento Porto Alegre Vive, criado em 2003 como uma união de esforços de associações de bairros, procurando divulgar suas opiniões e influenciar nas propostas de mudança do Plano Diretor. O Movimento Porto Alegre Vive promoveu diversas atividades como abaixo-assinados, passeatas, palestras, reuniões em praças, passeios e eventos. Muitas das associações do Porto Alegre Vive passaram a integrar o Fórum de Entidades, instituído em 2007 na revisão do Plano Diretor. O Fórum conta com tempo e sala de reuniões para os participantes debaterem, contestarem e apresentarem críticas, sugestões e emendas ao Plano Diretor dentro da Câmara Municipal de Vereadores. Em Porto Alegre, o Plano Diretor é reavaliado e atualizado na revisão do PDDUA pelos poderes Executivo e Legislativo e com um canal de participação do Fórum de Entidades.

A 2ª revisão do PDDUA, ocorrida entre 2008 e 2009, chegou ao conhecimento público justamente pelo projeto do Pontal do Estaleiro, votado pela Câmara de Vereadores fora dos parâmetros globais e das estratégias propostas para a revisão do Plano Diretor.

A revisão do Plano Diretor foi marcada por incoerências e protestos desde o início. A primeira audiência pública, ocorrida em 26 de março de 2007, começou com mais de duas horas de atraso e muita gente ficou de fora. Empresários do setor da construção civil eram contrários à redução da altura de prédios. Moradores e ambientalistas temiam a degradação da cidade. A dispensa de estudos de impacto para a construção de prédios com altura maior do que o permitido recebeu o “sim” da maioria. O Movimento Porto Alegre Vive encaminhou uma moção de repúdio à prefeitura e ao Ministério Público Estadual, uma vez que houve uma grande polêmica sobre a possível compra da audiência, após muitos admitirem não saber por que estavam no local, validando a suspeita de terem sido recrutados.

Dentro deste contexto originou-se o Movimento em Defesa da Orla do Rio Guaíba, constituído por diversas organizações articuladas dentro do Fórum de Entidades. O movimento é um agregador de entidades e ONGs que até hoje luta em defesa do meio ambiente, especialmente na orla do Guaíba, e conta com ativistas trabalhando em busca de visibilidade à causa.

Em agosto de 2007, foi criado o *blog* “www.poavive.blogspot.com”, como uma ferramenta de divulgação de todas as articulações do Movimento Porto Alegre Vive e, a partir de 2008 passou a ser o canal de comunicação do Movimento em Defesa da Orla. Com o lema “Porto Alegre RESISTE! Blog em defesa de uma cidade melhor para TODOS”, o *blog* apresenta matérias relevantes, informa a população sobre questões relacionadas ao meio ambiente de Porto Alegre, do Brasil e do mundo, convoca a sociedade para mobilização, traz informações de outros *blogs* e serve como consulta para *sites* interessados na questão ambiental. É principalmente um meio de comunicação alternativo aos meios de comunicação de massa, que na

grande maioria das vezes, com interesses econômicos e políticos, omitem informações que a população deveria ter acesso por direito.

No dia 21 de agosto de 2007, a população foi convidada através do *blog poavive* para participar, no dia 24, de um encontro com integrantes do movimento, com o objetivo de esclarecer as sugestões ao Prefeito Municipal de Porto Alegre relacionadas à revisão do PDDUA, que seriam apresentadas no mesmo dia. O *blog* falou sobre o texto do Prefeito e a importância da população saber que aquilo divulgado como consenso após debate democrático de fato não representava o que as entidades alertavam sobre os temas, passando sem a devida discussão pública. “Somente com a participação dos cidadãos de nossa cidade poderemos construir uma cidade melhor para todos”, finalizava o *post*.

Em 16 de outubro de 2007 foi anunciada pela presidência da Câmara Municipal de Porto Alegre a abertura das inscrições para as entidades que desejassem participar do Fórum de Entidades, para acompanhar a tramitação do projeto referente ao PDDUA. O anúncio foi informado pelo *blog poavive* no dia 19 de outubro. No dia 18 de junho de 2008, o Fórum encerrou oficialmente suas atividades nas discussões do projeto. Foram realizadas 35 reuniões, onde as entidades participantes discutiram inúmeros assuntos polêmicos na proposta do executivo municipal e apresentaram 87 emendas ao projeto. Na ocasião, o arquiteto Nestor Nadruz lamentou que propostas como a apresentada para a Ponta do Melo vinguem na cidade por conta da falta de clareza de muitos pontos do Plano Diretor e suas interpretações diversas. O Fórum de Entidades continuou articulando-se no Movimento em Defesa da Orla do Guaíba, originado na discussão do Plano Diretor.

No dia 04 de agosto de 2008 o *poavive* convidou a população para participar da primeira Audiência Pública para debater o Projeto Pontal do Estaleiro. O convite

também foi enviado para lista de *emails* de diversas entidades e publicado em diversos *blogs* que apoiavam a causa, como o Dialógico, Cão Uivador, Diário Gauche, Helio Paz e Gonçalo de Carvalho. A Agapan enviou *emails* para toda a sua lista, que foi replicado por diversos receptores com a seguinte mensagem: “A aprovação deste projeto, assim como está posto, dará início a privatização da orla do Lago Guaíba! VAMOS DEIXAR QUE ISTO ACONTEÇA? Nossa participação é de suma importância neste evento!”

Com o avanço da polêmica, a comunicação feita através da Internet tornou-se cada vez mais importante, uma vez que os grandes veículos de comunicação se omitiam ou demonstravam o apoio à iniciativa privada. Na terça-feira 05 de agosto, a matéria veiculada no Jornal Zero Hora deixou claro seu apoio à obra, com a seguinte chamada: “Um mega projeto com investimentos de R\$ 165 milhões que pode transformar a zona sul da Capital, entrará em discussão pública amanhã, às 19h, na Câmara de Vereadores”. (ZERO HORA, 05/08/2008)

Em 02 de setembro de 2008, os *blogs* e *emails* novamente entraram em ação para convocação da votação do projeto na câmara no dia 03 de setembro. O *blog poavive* trazia: “SESSÃO DA CÂMARA – Votação do Projeto PONTAL DO ESTALEIRO. Quarta-feira, dia 03/09, a partir das 14 horas – Plenário da Câmara Municipal. Mais uma vez a história convoca a cidadania para a luta. Nunca tão poucos significaram tanto, em nossa cidade. Quarta-feira, dia 03/09, a partir das 14 horas”. No dia seguinte os *blogs* noticiaram que a votação foi adiada para 10 de setembro. No dia 05 de setembro, porém, a assessoria de imprensa da câmara divulgou que a votação do projeto do Pontal do Estaleiro, prevista para acontecer no dia 10 de setembro, ocorreria somente após as eleições.

No dia 15 de setembro foram divulgadas por diversos *blogs* as 24 entidades que formaram a frente do NÃO e iniciou-se uma grande campanha contra o projeto “Pontal do Estaleiro”. Foi elaborado um material de divulgação com argumentos que davam respaldo à posição. O material era panfletado por integrantes das entidades, mas a principal divulgação se dava através dos *blogs* e dos milhares de *emails* que se multiplicavam, chegando a vários lugares do Brasil.

Em 22 de setembro, a Agapan criou um abaixo-assinado *online*, que contou com mais de 7 mil assinaturas. Dentre elas, nomes de pessoas relevantes no cenário político nacional que souberam do caso através dos *blogs* ou receberam *emails*. Dentre eles, nomes como o do ex-ministro da justiça, Miguel Reale Junior. Contatado pela Agapan se teria mesmo o renomado jurista assinado o abaixo-assinado pela preservação da Orla do Guaíba e contra o projeto Pontal do Estaleiro, veio a seguinte resposta por *email*, publicado no *blog* da Agapan em 16 de novembro de 2008 e nos diversos *blogs* apoiadores do movimento: “Sim, sou Miguel Reale Jr. advogado e professor. Há 13 anos resido entre SP, Porto Alegre e Canela. Sou casado com a advogada e professora de Direito Civil, Judith Martins-Costa. Preocupa-me a descaracterização da orla do Guaíba e a sua destinação, meramente especulativa, sem qualquer função social. A notícia do resultado da votação na Câmara, na semana passada, não poderia ser pior - agora, é esperar que o prefeito vete esse absurdo. Contem comigo na defesa do patrimônio de Porto Alegre. Cordialmente, Miguel Reale Jr”.

No dia 4 de outubro sábado, as entidades apoiadoras organizaram uma caminhada pela orla do Guaíba para demonstrar a preocupação aos cidadãos comuns pelo futuro da orla. Novamente foi feita uma grande divulgação através da Internet.

No dia da caminhada, apesar da chuva, representantes de diversas entidades que se posicionam contrárias ao projeto Pontal do Estaleiro estiveram presentes na Usina do Gasômetro, na capital. Distribuía panfletos que esclareciam a população sobre o grave problema que a cidade estava enfrentando. A grande maioria das pessoas que passeavam pela orla desconhecia o problema e pedia maiores informações. Um grande número de pessoas assinou o abaixo-assinado impresso da Agapan contra o projeto e pediam mais panfletos para distribuir entre seus vizinhos e amigos. Apesar do grande número de participantes, a mídia se omitiu na cobertura da caminhada, ficando mais uma vez a cabo dos *blogs* cobrirem o evento. Neste período, o assunto já era divulgado em *sites* de vários estados do Brasil, que demonstravam apoio à causa.

No dia 09 de outubro de 2008, o Movimento em Defesa da Orla do Guaíba, através do *poavive*, manifestou o agradecimento do apoio recebido e convocou mais uma vez a presença da população na votação da emenda para alterar a legislação da Ponta do Melo, remarcada para 15 de outubro. “Decidimos, portanto, montar uma vigília ao prédio da Câmara, com acampamento, material expositivo e cidadãos de Porto Alegre, para aumentar nossa visibilidade e nossa capacidade de pressão. Precisamos – repetimos – da presença física de vocês e de suas entidades, para termos sucesso na empreitada. Se você não reside em Porto Alegre, entre em contato com amigos ou parentes que residam aqui. Expliquem o sério problema que a cidade está enfrentando e solicitem que estejam presentes!” dizia parte do texto no *blog*, disseminado pelos apoiadores, através de seus *blogs* e lista de *emails*. Apesar da votação ter sido novamente remarcada para o dia 29 de outubro, após o segundo turno das eleições, as entidades mantiveram a mobilização do dia 15.

No dia 16 de outubro, diante da pressão do Movimento em Defesa da Orla, o Sindicato dos Engenheiros se posicionou alertando o perigo que representava a realização da obra na Ponta do Melo. Poucos dias depois, o IAB-RS também fez um pronunciamento via Internet sobre as irregularidades do projeto, já mencionado neste trabalho no histórico do caso. A Associação dos Geólogos do Brasil também se posicionou contra. O Movimento em Defesa da Orla passou a contar também com o apoio do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizando inclusive, no dia 28 de outubro, uma palestra sobre as questões sociais, legais, ambientais e políticas do Pontal do Estaleiro.

No dia 29 de outubro a população foi novamente convocada para estar presente na tão esperada votação. Na véspera, os estudantes universitários tinham acertado uma caminhada com saída na Faculdade de Arquitetura e chegada na Câmara de Vereadores no horário de início da sessão, 14h. Lá, eles juntaram-se aos participantes de entidades ambientalistas, associações e movimentos de moradores da cidade, para exercerem legítima pressão política, expressar com veemência seu desagrado ao projeto e questionarem a maneira como esse assunto estava sendo tratado no Legislativo municipal. Os participantes do Fórum das Entidades e estudantes ocuparam os lugares do plenário em companhia da vereadora eleita Fernanda Melchionna (PSOL) e, após debateram o assunto na área externa da Câmara, decidiram manter as mobilizações para acompanhar e divulgar melhor o que estava acontecendo, e exigir maiores discussões sobre o projeto. Porém, ao retornarem ao plenário, não foram tão bem recebidos como no início da sessão. Seguranças da casa quiseram impedir o acesso, alegadamente por estarem gritando palavras de ordem e por portarem um megafone e um tambor. Foi usada violência com empurrões e tentativa de fechar as portas para impedir o acesso ao plenário.

Após alguns minutos de extrema confusão, o presidente da casa, vereador Sebastião Melo, dialogou com os presentes e agendou para o dia 03 de novembro, a pedido da vereadora eleita Fernanda Melchionna, uma reunião para tratar do projeto.

O projeto foi votado e aprovado na íntegra. Com a aprovação pela Câmara de Vereadores, muitas indagações ficaram no ar e na quinta-feira grandes veículos de imprensa, que até então não haviam se manifestado a respeito desses fatos curiosos, expressaram sua estranheza. A RBS, maior empresa de comunicação do Rio Grande do Sul, até então havia sido muito elogiada pelo lado a favor da aprovação do projeto, através de pelo menos três de seus comunicadores mais conhecidos e respeitados, alimentou a dúvida.

Após a votação, a grande pressão da população provocou a instauração de um procedimento prévio por parte da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Capital.

O Movimento em Defesa da Orla organizou no dia 23 de novembro uma concentração no Brique da Redenção para explicar aos cidadãos por que o veto do prefeito à lei aprovada dia 12 pela Câmara de Vereadores era importante para qualidade de vida da população e para a preservação do Meio Ambiente. Sabendo da manifestação, muitos foram ao parque especialmente para expressar apoio ao pedido de veto. Representantes de entidades ambientalistas, de associações de moradores, de ONGs culturais, estudantes, políticos, artistas plásticos, escritores e, sobretudo, cidadãos comuns estiveram presentes no ato. Os *blogs* também divulgavam os nomes dos vereadores que votaram a favor e contra, para que a população pudesse ter consciência das pessoas que elegeram.

No dia 05 de dezembro, diante de tamanha manifestação, veio a notícia, logo circulando por *emails* e páginas na Internet, que o prefeito José Fogaça vetaria e devolveria o projeto aprovado na Câmara, aconselhado pelos próprios vereadores que haviam aprovado a alteração do regime urbanístico na Ponta do Melo (Pontal do Estaleiro), recomendando a realização de um referendo sobre o assunto.

No dia 11 de dezembro, o Fórum de Entidades e Movimento em Defesa da Orla protocolou uma carta ao prefeito, onde destacaram a questão da preservação ambiental, através das vocações urbanísticas da cidade e do rigoroso respeito às leis e o texto logo passou a circular pelos *sites* e *emails*.

No dia 9 de fevereiro, já em 2009, a Câmara apreciou o veto, porém com as ressalvas propostas por Valter Nagelstein, apresentadas no histórico deste trabalho, transformando o veto muito mais em uma manobra política. O *blog poavive*, seguido pelos demais *sites*, manifestou-se com diversos *posts* para demonstrar a farsa. Cada vez com mais apoiadores, o Movimento em Defesa da Orla convocou a população para participar de mais uma Audiência Pública sobre o projeto, no dia 05 de março de 2009, lembrando a população de que “as nossas mobilizações do ano passado foram decisivas para prorrogar e, até agora, sustentar o veto ao projeto”. Entidades de moradores, ambientalistas, movimentos estudantis, intelectuais e pessoas comuns compareceram para repudiar o projeto imobiliário na orla.

No dia 16 de março, o projeto estava na pauta de votação, sem atenção dos principais jornais da capital. A Câmara Municipal aprovou o projeto por 22 votos favoráveis contra 10 votos contrários e transformou o referendo em consulta popular, a acontecer no prazo de 120 dias.

Mesmo com a luta dos militantes parecendo vencida, o movimento não esmoreceu. Apesar da participação ter se restringido a uma consulta pública,

apenas para definir se teriam ou não prédios residenciais, e do movimento ter dividido opiniões em virtude dessa manobra política, eles entenderam que deviam continuar. A consulta pública para este tipo de caso foi inédita no Brasil e, se não votassem, a nova lei entraria em vigor. Os *blogs* continuaram em campanha para que a população votasse “Não” na consulta pública e divulgando matérias relevantes sobre o caso.

Em um dos *posts*, publicado em 15 de maio de 2009, o *blog poavive* alertou sobre os *emails* enviados por pessoas que pregavam a vitória do “sim” na consulta pública: “Nesses *emails* estão procurando confundir as pessoas, de maneira artilosa, com argumentações falaciosas, para que elas se omitam nessa importante questão. Omissão não é solução!”.

Os diversos *blogs* que apoiavam e informavam a população sobre o Pontal estavam em campanha para que, mesmo sendo uma farsa, as pessoas não deixassem de votar. Tais *blogs* também convidavam a população a protestar e solicitavam atenção aos argumentos e manobras da frente do “sim”: “Não façamos o jogo deles, no dia 23 de agosto PROTESTEM e VOTEM NÃO!” No dia 16 de junho foi publicado no *Youtube* um vídeo didático, com um resumo do caso e argumentos que respaldavam os motivos para votar “não” e contou com aproximadamente 1.000 visualizações.

No dia 1º de agosto, a Casa de Cinema de Porto Alegre gravou um vídeo com depoimentos contrários ao Pontal do Estaleiro, ao lado da Usina do Gasômetro. A população foi convidada a participar, através dos *blogs* e *emails*, que se multiplicaram.

O cineasta Carlos Gerbase dirigiu os ativistas, com produção de Luciana Tomasi. Ambos integrantes da Casa de Cinema de Porto Alegre, que inclui ainda

Jorge Furtado, Giba Assis Brasil, Nora Goulart e Ana Luiza Azevedo. “Todos os nossos sócios aderiram à campanha”, revelou Gerbase. Além do apoio da Casa de Cinema, o grupo atraiu a simpatia de outras personalidades da cidade. Estavam presentes na mobilização o escritor Carlos Urbim, a atriz Débora Finocchiaro e a artista plástica Zorávia Bettiol. O vídeo, postado no *Youtube* em 07 de agosto, contou com mais de 15 mil visualizações.

No dia 04 de agosto, o movimento recebeu uma moção de apoio do movimento “Butantã Pode”, dos moradores do bairro do Butantã, em São Paulo, manifestando seu total apoio à luta da população de Porto Alegre contra a privatização da Orla do Guaíba. O *email* do Movimento em Defesa da Orla e da Agapan recebiam mensagens de apoio diariamente e a cada dia novas entidades se mobilizavam em defesa do “não”.

Nos dias que antecederam a consulta, os *blogs* pediam também o apoio da população na fiscalização, para que possíveis fraudes, como supostamente aconteceu na audiência de revisão do Plano Diretor, fossem evitadas. No dia 21 de agosto o *blog poavive* trazia a seguinte mensagem: “Conversando com vizinhos e conhecidos, panfletando nas ruas, mandando torpedos, repassando *emails*, por mensagens no *Orkut*, sempre dizendo: Defenda a Orla do Guaíba! VOTE NÃO no dia 23 de agosto! Colabore você também, ajude a fiscalizar a consulta pública sobre o Pontal. Sabemos bem como eles costumam atuar... Denuncie possíveis irregularidades para as autoridades, para rádios, jornais, emissoras de TV, para entidades de moradores e ambientalistas!”.

E no dia 23 de agosto o veredito: Vitória do Não. Mais de 18 mil eleitores foram às urnas e 80,7% dos votos disseram Não.

8.3 CONCLUSÕES

No caso Gonçalo de Carvalho, um pequeno grupo se mobilizou contra parte da obra: queriam o teatro, como apreciadores da cultura, mas também queriam a preservação da Rua Gonçalo de Carvalho, como apreciadores do meio ambiente, e formaram o movimento “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho”. Grande parte dos porto-alegrenses desconhecia o que aconteceria ali, só saberiam quando já estivesse feito. A mídia de massa, com seus interesses, omitia-se. A RBS silenciava, afinal o real proprietário do terreno do *shopping* era uma empresa do presidente de sua concorrente Caldas Júnior, que por sua vez atacava o movimento.

Foi uma briga desigual contra interesses econômicos e grupos poderosos. Mas o movimento, através da luta dos moradores e do apoio conseguido através dos *blogs* e *emails*, conseguiu que muitos se juntassem a ele. Primeiro foram *emails* de apoio, ainda em 2005, quando os Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho resolveram fazer uma página na Internet para exporem suas idéias e levar a conhecimento da população verdades omitidas por interesses de grandes grupos econômicos.

A briga foi realmente grande. Foram 11 meses de debates acalorados. O tema apaixonou moradores e apoiadores da causa no mundo todo. De um lado, quem defendia a instalação do novo teatro da OSPA no estacionamento do *Shopping Total* e do outro, quem temia pela preservação da Rua Gonçalo de Carvalho, caso a construção fosse erguida.

Acima de tudo, os meses de manifestações contra a construção do teatro da OSPA e de seu edifício-garagem mostraram o poder de mobilização dos moradores, que em número muito pequeno, puderam dar voz à sua causa, graças à Internet, através de *blogs* e *emails*.

É uma prova de que o caminho da comunicação é a melhor maneira de encaminhar reivindicações. Foi um resultado independente da ação dos políticos e do apoio da mídia de massa. “Muitos de nós julgávamos impossível esta conquista”, afirmou Marcelo Ruas, presidente da Associação dos Moradores e Amigos do bairro Independência (Amabi).

Em junho de 2006 a rua coberta pelas árvores entrou para a história. No decreto assinado pelo prefeito, ficou estabelecida a manutenção das características locais, como a preservação das dezenas de tipuanas plantadas em 1937 e do calçamento. No mesmo mês, a OSPA desistiu de construir o teatro no *Shopping Total*, pois não poderia ser erguido ali o edifício-garagem, com uso não apenas quando ocorressem espetáculos, numa clara manobra do *shopping* para ampliação do seu estacionamento.

De acordo com depoimentos de integrantes dos “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho”, a Internet foi fundamental para que eles pudessem ter voz. Chegou um momento que os apoiadores da Gonçalo estavam em número maior fora da cidade do que dentro de Porto Alegre. A vitória foi da cidade e da cidadania.

Hoje, o *blog* da Gonçalo de Carvalho tornou-se referência para ecologistas em pelo menos dois países da Europa. Internautas de Portugal e Espanha entraram em contato com o administrador do *site* para buscar informações de como preservar as árvores urbanas. Eles se espelharam na vitória do movimento comunitário porto-alegrense, que impediu a construção de um edifício-garagem no *Shopping Total* e transformou a via em patrimônio da cidade. “Mesmo com a conquista resolvemos manter o *site* para encorajar outros grupos, assim como está acontecendo agora”, comemorou César Cardia, um dos administradores da página. “Recebemos diversos

emails pedindo que continuássemos, um deles dizia: vocês têm que mostrar que vale a pena exercer a cidadania”.

Desde que foi apresentado em 2006, o projeto Pontal do Estaleiro provocou uma das maiores polêmicas já vividas em Porto Alegre. Sensibilizar a população sobre o projeto imobiliário seria muito difícil. As pessoas comuns normalmente não tinham acesso a informações claras sobre questões que interessavam a grandes grupos econômicos, em detrimento do interesse público. A mídia de massa exaltava a beleza arquitetônica do projeto proposto para alterar uma Lei Municipal, sem uma análise crítica. Pessoas e entidades deram condições para bem informar a população e, dessa forma, os *blogs*, listas de *emails* e *sites* tiveram um papel fundamental. Todos colaboram com o Movimento de maneira voluntária. Médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, funcionários públicos, aposentados, donas de casa e estudantes colaboraram e se empenharam como e quando puderam. Deram voz aos cidadãos de Porto Alegre em questões que nem sempre a grande mídia costuma dar espaço.

“Como é que alguém compra algo por um valor abaixo do preço, faz um projeto com tudo que é proibido e pede que a lei seja mudada para ele?” Foi esse o questionamento das primeiras pessoas que se manifestaram contra a aprovação da lei. Em todas as manifestações, a Internet foi uma grande aliada e a causa chegou a conhecimento do Brasil e de alguns lugares do mundo. Através das listas de *emails* o movimento conseguia mobilizar a população e através dos *blogs* conseguia apoios.

Os materiais impressos foram produzidos em pequeno número, cerca de 200 adesivos e 10 mil panfletos. Toda a campanha foi feita apenas por conversas, *emails* e *blogs* na Internet. No início de agosto, às vésperas da votação, o apoio importante

da Casa de Cinema de Porto Alegre colaborou com um vídeo que foi visto mais de 14 mil vezes no *Youtube* até o dia da votação.

Tudo era feito através da Internet. Os manifestantes pediam apoio e todos os assuntos relevantes eram repercutidos através da rede. O Movimento em Defesa da Orla conta com mais de 10 mil *emails* arquivados, entre recebidos e enviados. O abaixo-assinado organizado pela Agapan contou com mais de 7 mil assinaturas, com nomes muito expressivos, como o já citado ex-ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior. Como não existe uma associação de moradores ou entidade com muitas pessoas, sem a Internet, os grupos ficariam restritos aos poucos participantes e conhecidos.

E assim conseguiram fazer pressão. Apesar das manobras políticas e da omissão da grande mídia, pela primeira vez no Brasil se fez uma consulta pública para decidir alguma coisa relacionada à cidade. Mais de 18 mil pessoas foram às urnas e 80,7% votaram “não” para a alteração de regime urbanístico daquela área. Foi um feito realmente memorável, histórico para a cidadania, não apenas de Porto Alegre, mas do país.

Nos dois casos estudados – Gonçalo de Carvalho e Pontal do Estaleiro – o que realmente mobilizou as pessoas foi a Internet, dando voz a população, que sem o apoio político e da grande mídia, conseguiu fazer pressão através dos meios alternativos de comunicação. Diante dos fatos e análises expostos, podemos aferir que a Internet foi decisiva para o tombamento da primeira rua declarada Patrimônio Ambiental na América Latina e para que, pela primeira vez no Brasil, a população fosse às urnas decidir sobre o futuro da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões presentes neste trabalho buscaram compreender como, a partir de exemplos concretos de uso e apropriação das tecnologias da informação e da comunicação, os indivíduos podem ser sujeitos da transformação social, promotores de novas cooperações, interações e possibilidades. Que vivemos em tempos de mudanças e que essas mudanças, de algum modo, têm a ver com as TICs já é uma idéia comum, difundida e repetida. O que pretendemos demonstrar foi, sobretudo, o que representa essa novidade para os processos democráticos.

Atualmente, estamos assistindo a constituição de novos sujeitos que utilizam a experiência do ambiente em rede não só para se reunirem, mas também para expressarem suas idéias e lutarem pelos seus direitos. O fino enredamento dos humanos em todos os horizontes em um único e imenso tecido aberto e interativo gera uma situação absolutamente inédita e portadora de esperança, já que hoje somos todos potencialmente ciberativistas.

Após os estudos de caso e as análises desenvolvidas nos capítulos anteriores, é possível fazer algumas considerações finais sobre este trabalho. Podemos perceber como as tecnologias de informação e comunicação, conectando milhares de pessoas hierarquicamente iguais, abrem a possibilidade de passarmos de um mundo de poder descentralizado para um mundo de poder distribuído, um mundo que todos nós podemos construir. Podemos, nos estudos de caso, captar a essência desse movimento global, no qual países de contextos muito diferentes, de fundamentos culturais de todo tipo, desenvolvem movimentos em rede que colocam diretamente a cidadania como fiscalizadora dos processos democráticos, denunciando fraudes eleitorais, corrupção, excessos autoritários de governantes e

manipulações por interesses políticos e econômicos. A importância e a amplitude de todos esses movimentos, que têm consequências locais e também modificam os equilíbrios internacionais entre potências, não pode ser ignorada.

O entendimento das redes nos permitiu compreender a realidade do ciberespaço. Nele, uma democracia torna-se possível porque a multidão, armada pelas tecnologias informacionais da comunicação, faz o problema da cidadania pós-moderna convergir na direção da organização das comunidades virtuais, apontando para um novo pacto democrático. A difusão dessas tecnologias permeia o tecido social de forma cada vez mais acelerada e intensa, modificando profundamente as relações entre os indivíduos, inclusive consigo mesmos, e destes, com as instituições. As consequências dessas transformações puderam ser sentidas observando a atuação dos cidadãos e dos movimentos que, inseridos em uma nova ordem digital, ultrapassaram as fronteiras nacionais, mobilizaram diversas organizações, atualizaram-se constantemente, despertaram novos valores entre seus componentes e, questionando eticamente os grupos que se comprometeram com a manutenção da desigualdade nos planos econômico, político, cultural e humano, puderam ser ouvidos.

O crescimento do ciberespaço possibilitou a experimentação de formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas, transformando a opinião pública em uma opinião midiática, nos propõem. A capacidade para transmitir é a capacidade para unir vontades, para convocar, para atuar. É uma condição prévia à ação política. E, sob a emergência das redes distribuídas, desenha-se uma perspectiva social e política: um mundo de fronteiras difusas, sem mediadores ou filtros, e o ciberespaço avança para novas formas de organização política pluriárquica.

Se a mídia, e sobretudo a televisão, havia privatizado a vida pública e o debate político, reduzindo o imaginário a um espetáculo totalitário, produzido industrialmente segundo os mesmos padrões da produção das coisas, o ciberespaço representa o começo de uma verdadeira reconquista da informação e do imaginário, como criações coletivas e desmercantilizadas.

Dessa forma, contrapondo-se o ciberespaço com os meios de comunicação de massa, podemos argumentar que os clássicos meios de comunicação não são mais os únicos instrumentos formadores das idéias partilhadas pelos membros de uma sociedade. “A nova mídia desenvolve sua cobertura como um documentário ficcional, cujo roteiro vai sendo escrito através das fabulações narradas pelos próprios participantes” (ANTOUN, 2001, p. 16).

Analisando sob outra perspectiva, destacamos Manuel Castells, quando ele nos diz acreditar que a população pode agir no mundo, através da sua força de vontade e utilizando seus próprios meios. A pesquisa nos mostrou que essa população está começando a introduzir, na comunicação, os avanços extraordinários do que constitui certamente uma nova forma de comunicação em massa, porém, produzida, recebida e experienciada individualmente. Podemos arriscar dizer, diante dos fatos, que estamos próximos de um contexto em que os movimentos sociais e os indivíduos, em rebelião crítica, comecem a agir sobre a mídia de massa, a controlar as informações, desmenti-las e até mesmo produzi-las.

No transcórrer do trabalho, foi possível constatar que as tecnologias têm criado, sim, novas formas de sociabilidade e engendrado comunidades virtuais capazes de interagir, fortalecer e articular movimentos. Elas têm se firmado como uma ferramenta de colaboração e transformação. Seu uso como instrumento de interação e construção de comunidades tem servido para ressignificar e incentivar a

esfera pública, pois permite o exercício da cidadania interativa, das mobilizações com uso da informação em tempo real, construindo uma ciberdemocracia planetária, bem como fortalecendo a democracia local.

Em nosso primeiro estudo de caso, o EZLN conseguiu contar seu lado da história durante um momento crítico do processo de negociação, quando o governo prematuramente anunciava um acordo de paz. Considerando o grande êxito do governo mexicano em controlar o conteúdo e a distribuição de notícias pelo país, o fato do EZLN ter aberto um espaço para falar e ser ouvido constituiu-se num fato extraordinário. Podemos afirmar que a estratégia de articulação mais poderosa empregada foi transmitir suas exigências sem o filtro da mídia oficial. Essa abordagem foi de fundamental importância para sua sobrevivência. Se não houvesse uma audiência internacional acompanhando de maneira ativa e constante os movimentos do governo mexicano contra os zapatistas, é bem provável que o EZLN tivesse sido derrotado logo nos primeiros anos. Os zapatistas inspiraram o desenvolvimento de uma rede próspera, extensa e diversificada de comunicação que lhes deu a oportunidade de comunicarem-se diretamente com a sociedade civil, e esta se motivou a participar de seu projeto. A própria existência dos zapatistas dependeu da integração dessa rede de mídia, cujo controle e operação eram autônomos. E, como mostra o estudo de caso, a mais crucial dessas mídias foi a Internet.

O segundo estudo de caso, “A Noite dos Celulares”, mostrou a potencialidade das ferramentas definidas na mobilidade, que permitiram e desenvolveram a informação distribuída. Durante o dia 11 de março, assim como nos dias que se seguiram, a rede desempenhou um papel protagonista no debate social. As manifestações via Internet e o *smart mob* que se criou diante da fraude

governamental, resultando em uma reviravolta eleitoral, comprovaram a formação de uma esfera pública virtual, de valor e velocidade de troca de informações inestimáveis.

No caso da Rua Gonçalo de Carvalho e do Pontal do Estaleiro, praticamente toda a comunicação foi feita através da Internet. E assim conseguiram fazer pressão. Apesar das manobras políticas e da omissão da grande mídia, pela primeira vez na América Latina uma rua foi tombada como Patrimônio Ambiental e, pela primeira vez no Brasil, se fez uma consulta pública para decidir alguma coisa relacionada à cidade. A vitória se deu devido à pressão realizada, vinda de vários lugares do Brasil e do mundo, através dos meios alternativos de comunicação. A Internet foi fundamental para os resultados conquistados por manifestações da sociedade civil.

Podemos concluir que em todos os casos estudados as tecnologias comunicacionais fomentaram novas potencialidades para a organização social e a ação coletiva. Configurando uma nova manifestação de liberdade de expressão, os meios tecnológicos tornaram a comunicação horizontal e permitiram a participação democrática dos cidadãos em situações de desigualdades, fraudes e manipulações, com conquistas concretas e amplas. A sociedade sentiu-se motivada e apta a responder diretamente aos pedidos para que os cidadãos participassem dos projetos. É possível afirmar também que o uso das tecnologias comunicacionais pelos atores durante as negociações forçou até mesmo a mídia de massa a transmitir, mesmo que de forma parcial, os fatos referentes às lutas. Dessa forma, a tecnologia facilitou o surgimento de uma esfera pública, uma arena de interação discursiva que possibilitou a produção e circulação de discursos que puderam ser ouvidos e provocaram ação, mudança e revolução.

Uma conclusão importante que podemos chegar foi que em todos os casos houve uma tentativa de mentira ou ocultação por parte dos grupos dominantes, reveladas pelos movimentos da sociedade civil. No caso de Chiapas, o mundo desconhecia as condições em que viviam as comunidades na Selva Lacandona. Na Espanha, o governo, utilizando-se inclusive dos meios de comunicação, mentiu de forma descarada para o mundo todo, com o objetivo de obter vantagens políticas. No caso da Rua Gonçalo de Carvalho, além da despreocupação com os moradores e com o meio ambiente, as decisões foram tomadas ocultando-se da população o fato da obra ser construída com dinheiro público para benefício de grandes grupos privados. No Pontal do Estaleiro houve tentativa, quase consumada, de se alterar uma lei, sem o conhecimento da população, também para fins privados.

Sendo assim, podemos trazer para todos esses casos o conceito de *Alethéia*, em grego antigo “ἀλήθεια”, em que “a” significa negação, e “lethe” esquecimento. Para os antigos gregos, significava verdade e realidade, simultaneamente. Nos anos 1930, Martin Heidegger retomou o termo para definir a tentativa de compreensão da verdade e realizou uma análise etimológica do termo, atribuindo-lhe a significação de desvelamento. Portanto, a *alethéia* é distinta do conceito comum de verdade, esta considerada como um estado descritivo objetivo. Nesse sentido de desvelamento, significa fazer vir, trazer algo da não-presença para a presença. Tal conceito aplica-se a uma característica em comum dos casos estudados, em que todos eles puderam trazer a tona fatos relevantes, ocultados dos cidadãos por interesses privados e que teriam resultados bem diferentes se não tivessem sido desvelados com o apoio das tecnologias.

Podemos concluir que esses casos, considerados vitoriosos por terem mudado destinos já praticamente certos, trouxeram à tona percepções reprimidas

pela grande mídia e que portanto, não vinham ao conhecimento público. As tecnologias funcionaram assim como porta-voz, e trouxeram a *lúmen* verdades sufocadas. Sem essas ferramentas de comunicação, as informações ficariam apenas com a minoria que pôde ter acesso a elas.

Podemos fazer aqui um paralelo com o escritor russo Aleksandr Isaevich Solzhenitsyn, um prisioneiro político do regime soviético que revelou as atrocidades dos campos de trabalho forçado no livro “Um Dia na Vida de Ivan Denisovich”. A publicação foi autorizada e Solzhenitsyn recebeu em 1970 o Prêmio Nobel da Literatura, com atitudes consideradas reacionárias por uns e progressistas por outros. Através *best-seller*, Solzhenitsyn tornou-se porta voz de um sentimento reprimido e estabeleceu a dissidência na União Soviética. Tal dissidência estava carregada de esperança e de desejos de uma multidão de pessoas, às quais foi aberto o campo da palavra e da ação e a perspectiva de renovação. Para Moscovici (1981) Solzhenitsyn caracterizou-se como uma minoria ativa, que pela firmeza das convicções, pelo permanente desafio que lançou ao adversário majoritário, tornou-se dissidência. Passou a ser minoria ativa e seu possível desvio se transformou em efetiva dissidência. “O horizonte de sua conduta vai desde a recusa a compromissar-se, até a decisão de modificar aos outros, atraindo-os a suas próprias posições” (MOSCOVICI, 1981, p. 270). Assim como Solzhenitsyn fez do livro um porta-voz de verdades reprimidas, os casos estudados usaram as tecnologias comunicacionais para o mesmo fim.

Podemos também fazer um paralelo com os estudos do educador Paulo Freire, que focalizou diretamente a noção de diálogo, com claras implicações para as funções democráticas da mídia apresentada neste trabalho. Freire (1970), preocupado principalmente com a alfabetização como forma de estender poder ao

público, situou no centro do processo de comunicação as estruturas opressivas e o engajamento político contra elas. Em seu conceito de conscientização, ele enfatizava a importância de evocar a inteligência e as percepções dos alunos em vez de transmitir conhecimento superior a sujeitos vazios. Assim, Freire desenvolveu um trabalho com educadores que alfabetizavam utilizando as linguagens e as imagens que faziam parte do cotidiano dos alunos, em sua maioria moradores de comunidades carentes, e rejeitando as linguagens e as imagens pré-fabricadas do ambiente acadêmico. Isso significava participar, desde o início, de um diálogo com a realidade dos aprendizes, incentivar sua manifestação de oposição à exploração que sofriam e à sua pobreza material. Freire via a alfabetização como uma técnica que capacitava os alunos a mudar o mundo, em vez de amoldar-se a ele, ajudando-os a desafiar a história de sua própria formação, reconhecendo inclusive a oportunidade para o educador de crescer nesse processo junto com o aluno.

Freire concentrou-se totalmente na interação face a face e não incluiu a mídia em seus trabalhos. No entanto, se por educador dialógico entendemos o ativista com a utilização de uma mídia alternativa, a pedagogia de Freire pode servir de filosofia central para movimentos ativistas. Refletindo-se sobre os casos analisados neste trabalho, encontramos a natureza da relação produtor-ativista para uma audiência ativa. Assim como na proposta de uma democracia na educação, encontramos em nossa análise a possibilidade de uma audiência atuando como co-arquiteta na produção da mídia, de forma radicalmente oposta à ideologia da mídia comercial, de um para todos. Os processos de aprendizado de Freire, embora não distinguisse os diferentes grupos entre os oprimidos, podem ser um importante recurso para os movimentos sociais, em sua luta por alcançar e manter um entendimento comum acerca dos problemas que tencionam abordar e, a partir daí trabalhar para obter um

consenso sempre renovado sobre estratégias, táticas e procedimentos. Freire oferece apoio para uma visão dialógica das tecnologias de informação e comunicação, atuando como mídia alternativa, com audiências ativas que produzem bem como recebem o conteúdo.

Entretanto, considerando a dimensão histórica e o terreno dinâmico em que se processam as lutas sociais, não é possível mensurar com exatidão as conseqüências que as inovações tecnológicas na área informacional e comunicacional trarão para a transformação da estrutura material da sociedade. Por enquanto, o que temos é uma esperança assentada na amplitude das possibilidades engendradas pela utilização tecnológica, a partir dos casos estudados neste trabalho.

Nesse sentido, esperamos que a chamada revolução tecnológica possa significar mais do que inovações sobre os métodos de produção e consumo, mas que a luta organizada pela emancipação humana possibilite ultrapassar a fronteira virtual da sociedade capitalista para concretizar a dimensão política, através de uma nova *práxis*.

Não queremos e nem podemos afirmar que tudo o que é feito com as redes digitais seja bom. O que precisamos é permanecer abertos e receptivos à novidade, e tentar compreendê-la, pois a verdadeira questão não é assumir uma posição contra ou a favor, mas sim reconhecer as mudanças qualitativas em nossa vida social e cultural. Apenas assim seremos capazes de desenvolver estas tecnologias dentro de uma perspectiva humanista.

Apesar de não ignorarmos o fato da exploração econômica da Internet ou o fato de que atualmente nem todos tem acesso a ela, não assumimos uma condenação da cibercultura e, sim, um convite a pensá-la de forma crítica. Não há sentido em se opor o comércio contra a dinâmica libertaria e comunitária que

comanda o crescimento da Internet. Os dois são complementares. Essa questão não deve nos impedir de contemplar as implicações culturais da cibercultura em todas as suas dimensões. Acreditar em uma disponibilidade total das técnicas e de seu potencial para indivíduos ou coletivos supostamente livres, esclarecidos e racionais seria nutrir-se de ilusão.

Não queremos transformar a Internet em um eldorado digital, habilitado a suplantando o poderio de veiculação dos megagrupos, o que seria desconhecer o indiscutível predomínio dos conglomerados multimídias no atual cenário dos mercados de informação e entretenimento. O que podemos, a partir da análise deste trabalho, é ressaltar a emergência de potencialidades no âmbito virtual, fundadas em práticas comunicativas interativas, descentralizadas e não submetidas aos mecanismos habituais de seleção e hierarquização adotados pela grande mídia. As entidades civis valem-se da Internet enquanto esfera pública de comunicação, livre de controles externos, para veicular informações e análises quase sempre orientadas para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento de hegemonias construídas.

Podemos apontar e valorizar espaços alternativos e promissores de difusão de conteúdos contra-hegemônicos, sob reivindicação de organismos sociais e políticos que se opõem à lógica perversa de reprodução de capital. Nesse sentido, Castells (1997) sublinha a importância estratégica de “se utilizar o enorme potencial da Internet, por exemplo, para reviver a democracia, não enquanto substituição da democracia representativa por meio do voto, e sim, para organizar grupos de conversação, plebiscitos indicativos e consultas sobre distintos temas, disseminando informações na sociedade”.

Não vemos o esplendor nas tecnologias de comunicação, e sim a virtualidade de mudanças que nos convidam a imaginar horizontes, “quer de um desenvolvimento da informática no sentido de uma nova e mais poderosa barbárie, quer de uma nova tomada de consciência da resistência e da possibilidade de retomarmos nas mãos da multidão o desenho do futuro” (NEGRI, 1996). É um empenho de luta, consciente de que as transformações que se processam no âmago das redes podem facultar à inteligência humana novos ângulos de revolução.

Assim, as indagações iniciais desta dissertação foram respondidas e a idéia de que as tecnologias de informação e comunicação representam uma possibilidade dos cidadãos participarem de processos democráticos fica claramente estabelecida. É neste sentido que se desenvolveu este trabalho, na esperança de que o conhecimento aqui reunido possa vir a ser acrescido por outras contribuições e questionamentos que se prestem a aprimorar as relações entre comunicação e cidadania. Devido à abrangência do tema não possibilitar a exploração de todos os aspectos do novo ambiente de comunicação, a forma como os grandes grupos midiáticos têm atuado nesse novo cenário e o fato do acesso a tais tecnologias ainda ser restrito podem ser aprofundados em futuras pesquisas.

“Vocês me dizem que isso é utópico, eu peço a vocês que me digam precisamente por quê?” (Brecht, citado por Moscovici, 2007). “(...) Utopia não é a invenção do que não existe mais, é uma forma de ver alternativamente o que pode existir, de concebê-lo previamente” (MOSCOVICI, 2007, p. 79).

REFERÊNCIAS

ALONGE, Wagner. Ágoras digitais: a emergência dos blogs no ciberespaço e suas implicações na sociabilidade e cultura midiática. In: CONGRESSO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 1, 2006, Salvador: Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, 2006.

AMIGOS DA RUA GONÇALO DE CARVALHO. Blog. Disponível em: <www.goncalodecarvalho.blogspot.com>. Acesso em: novembro e dezembro de 2010.

ANTOUN, Henrique. O poder da comunicação e o jogo das parcerias na cibercultura. **Revista Fronteiras**. São Leopoldo, v.2, p. 67-86, jul - dez. 2004.

ANTOUN, Henrique. A multidão e o futuro da democracia na cibercultura. In: XI Encontro Anual da Compós, Rio de Janeiro, 2002.

ANTOUN, Henrique. Jornalismo e ativismo na hipermídia: em que se pode reconhecer a nova mídia. **Revista Famecos**, PUC-RS. Porto Alegre, (16), p. 135-148, 2001.

ARQUILLA, J.; RONFELDT, D. Networks, Netwars and the Fight for the Future. In: **First Monday**. Chicago: University of Illinois, ano 6, n.10, 2001.

ARQUILLA, J.; RONFELDT, D. **Swarming and the Future of Conflict**. Santa Monica: RAND, 2000.

ARQUILLA, J.; RONFELDT, D. **Cyberwar is Coming**. Filadélfia: Taylor & Francis, 1993.

BARRETO, José. Modalidades, condições e perspectivas de um pacto social. **Análise Social**. Lisboa, v. 14 (53), p. 81-106, 1978.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BISCO JUNIOR, José Gaspar. Nas trincheiras da mídia: a utilização da internet na divulgação do EZLN. **Revista Eletrônica da Anphlac**. n. 5, 2006. Disponível em: <http://www.anphlac.org/periodicos/revista/revista5/revista.html>. Acesso em: ago. 2010.

BISCO JUNIOR, José Gaspar. **Guerrilha em Foco: a presença na mídia do discurso Zapatista, de seu surgimento até a Quinta Declaração da Selva Lacandona**. Tese (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

BLUMER, Herbert. **Symbolic Interacionism: Perspective and Method**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.

BONES, Elmar. Pontal do estaleiro. **Jornal Já**. Porto Alegre, 2009, n. 395, ago. 2009. Seção especial.

BRUST, Gabriel. Vizinhança debate novo teatro da Ospa. **Zero Hora**. Porto Alegre, 2005, n. X, 22 dez. 2005. Cultura.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Site Institucional. Disponível em: <www.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em novembro e dezembro de 2010.

CAÑADA, Javier. **Pásalo**: redes y dispositivos en la víspera electoral. 2004. Disponível em: <<http://www.terremoto.net/x/archivos/000080.html>> Acesso em: out. 2010.

CASTELLS, Manuel. La izquierda tiene una actitud retrógrada respecto a las tecnologías de la información. **Enredando**, Barcelona, out. 1997. Disponível em <http://www.lafh.info/articleViewPage.php?art_ID=514>. Acesso em: out. 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Volume I. A Era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo : Paz e Terra, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. et al. **Mobile communication and society**: a global perspective. Boston: MIT Press, 2005. Disponível em: <www.smartmobs.com/archive/2005/07/10/manuel_castells.html>. Acesso em: outubro de 2010.

CASTELLS, M. et al. **Comunicacion Movil y Sociedad**. Barcelona: Ariel, 2007.

CASTELLS, M. et al. **The mobile communication society**: A cross-cultural analysis of available evidence on the uses of wireless communication technology. Presentation to the International Workshop on Wireless Communication. Annenberg School for Communication, University of Southern California, Los Angeles. 2004. Disponível em: <<http://arnic.info/workshop04/MCS.pdf>>. Acesso em: novembro e dezembro de 2010.

CAVALCANTI, Eduardo. Tudo o que é sólido se desfaz no ciberespaço: a guerrilha digital dos zapatistas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande, 2001.

CÃO UIVADOR. Blog. Disponível em: <caouivador.wordpress.com> Acesso em: novembro e dezembro de 2010..

COSTA, Rogério da. **A Cultura Digital**. São Paulo: Publifolha, 2002.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DI FELICE, Massimo; MUÑOZ, Cristobal. **A Revolução Invencível – Subcomandante Marcos e EZLN**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

DIALÓGICO. Blog. Disponível em: <dialogico.blogspot.com>. Acesso em: novembro e dezembro de 2010.

DIÁRIO GAUCHÉ. Blog. Disponível em: <diariogauche.blogspot.com>. Acesso em: novembro e dezembro de 2010.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: O sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Paulinas, 1989.

FREIRE, Geovana M. C. A. Ciberespaço e smart mobs: a ressignificação de lugares e construção da cidadania planetária. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 28, Maringá, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FUTURO do Estaleiro Só em debate. **Zero Hora**. n. 15684. Porto Alegre, 05 ago. 2008.

GENNARI, Emilio. **EZLN: passos de uma rebeldia**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GIRAUTA, Juan Carlos. **13-M: el golpe de una estructura organizada**. 2004. Disponível em: <<http://www.libertaddigital.com/opinion/juan-carlos-girauta/13-m-el-golpe-de-una-estructura-organizada-17943/>>. Acesso em: novembro e dezembro de 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro. Zahar editores. 1982.

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia crítica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia Social Crítica como Prática de Libertação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho. **Os Construtores da Informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho (org). **Comunicação e Controle Social**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GUARESCHI, Pedrinho & BIZ, Osvaldo. **Mídia, Educação e Cidadania**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

GUATTARI, Felix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HELIO PAZ. Blog. Disponível em: <heliopaz.wordpress.com> Acesso em: novembro e dezembro de 2010.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

LEMOS, André. Celulares, funções pós-midiáticas, cidade e mobilidade. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**. v. 2, n. 2, p. 155-166, jul - dez. 2010.

LEMOS, André. (org). **Cidade Digital. Salvador**: EDUFBa, 2007.

LEMOS, André. Cibercultura e Mobilidade. A Era da Conexão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28. Rio de Janeiro, 2005. São Paulo: Intercom, 2005.

LEMOS, André. (org). **Cibercidade. As cidades na cibercultura**. Rio de Janeiro: E Papers, 2004.

LEMOS, André; CUNHA, Paulo (orgs). **Olhares sobre a Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Editions Odile Jacob. 2002.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual**. São Paulo, SP: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999b.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na Era da informática**. São Paulo: Editora 34, 1993.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARCOS, Subcomandante. **A História das Cores**. São Paulo: Conrad, 2003.

MARX, Karl. **Para a crítica da Economia Política**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Abril Cultural, 1996.

MÁXIMO, Maria Elisa. O eu encena, o eu em rede: um estudo etnográfico dos blogs. **Civitas**. Porto Alegre, v.7, n. 2, p. 25-47, jul-dez 2007.

MÁXIMO, Maria Elisa. Novos caminhos da socialização na Internet: um estudo das listas eletrônicas de discussão. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 22., Brasília, 2006.

McLUHAN, Marshall (1964). **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2002.

MEXICO. Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos – Constitución publicada en el Diario Oficial de la Federación el 5 de febrero de 1917. Disponível em: <<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/1.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2010.

MEYROWITZ, J. Global Nomads in the digital veldt. **Revista Famecos**. 2004, PUCRS, Porto Alegre, p. 23-30, jul. 2004.

MIGUEL, Luís Felipe. As novas tecnologias e a democratização da informação. **Revista Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia**. n. 9-10, 2000.

MINISTÉRIO PÚBLICO. Site Institucional. Disponível em: <www.mp.rs.gov.br>. Acesso em novembro e dezembro de 2010.

MORAES, Dênis. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. v. 23, n. 2, jul-dez 2000.

MOSCOVICI, Serge. **Natureza, para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **Psicologia de las minorias activas**. Madri: Ediciones Morata, 1981.

NEGRI, Antonio. A melancolia dos catastrofistas: novos modos de revolução ainda podem surgir com as mudanças da informática. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 nov. 1996. Caderno Mais!.

NEGROPONTE, Nicholas. **Vida Digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NEVES, Rosane. Notas para uma Genealogia da Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis, 6 (2), p. 12-19, mai - ago. 2004.

ORTIZ, Alvaro. **Pásalo**. 14 mar. 2004. Disponível em: <<http://www.furilo.com/archivos/psalo/>>. Acesso em: outubro de 2010.

ORTIZ, Pedro. **Zapatistas On-Line**. Tese (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ORTIZ, Pedro. **Zapatistas: a velocidade do sonho**. Brasília: Entrelivros-Thesaurus, 2006.

PELLANDA, Eduardo C. Comunicação Móvel: das potencialidades aos usos e aplicações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., Natal, 2008. São Paulo: Intercom, 2008.

PELLANDA, Eduardo C. Olhar Complexo sobre a Internet Móvel e o rompimento do cordão umbilical com a informação. **Razón y palabra**. Cidade do México, n. 49, p. 43, 2006.

PELLANDA, Eduardo C. Desdobramentos dos olhares móveis sobre o terrorismo em Londres: como as vítimas viraram repórteres. **Revista E-Compos**. Dez. 2005. Disponível em: <www.compos.com.br/e-compos/>. Acesso em: out - nov. 2010.

PELLANDA, Eduardo C. Ambiente Midiático Potencializado pela Convergência de Mídias e Internet Móvel. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27. São Paulo: Intercom, 2004.

PELLANDA, Eduardo C. Convergências de Mídia Potencializada pela Mobilidade e um Novo Processo de Pensamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 6., Belo Horizonte, 2003. São Paulo: Intercom, 2003.

PELLANDA, Eduardo Campos. **A Internet como ambiente de convergência de mídias e criação de linguagem própria**. Porto Alegre, Porto Alegre: PPGCOM-PUCRS, 2001.

PIMENTA, Francisco J. Paoliello. Zapatismo e Ciberativismo: a busca de uma conexão perdida. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., Natal, 2008.

PORTO ALEGRE RESISTE. Blog. Disponível em: <poavive.wordpress.com>. Acesso em: novembro e dezembro de 2010.

PRUDENCIO, Kelly C. S. **Mídia ativista: a comunicação dos movimentos por justiça global na Internet**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

QUEVEDO, Josemari P. **Comunicação e debate público: o caso pontal do estaleiro em Porto Alegre**. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RHEINGOLD, Howard. **Multitudes inteligentes**. Madrid: Gedisa, 2004.

RHEINGOLD, Howard. **Smart Mob. The next social revolution**. Cambridge: Perseus Publisinhg, 2003.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A Política Armada - Fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo: UNESP, 1999.

SALAVERRIA, Ramón. Los cibermedios ante las catástrofes: del 11S al 11M. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE COMUNICACIÓN. 19., Pamplona, 2004.

SANTOS, Hermílio. Alteridade, decepção e estigma no ciberespaço: desdobramentos da interação social mediada. **Revista Famecos**. Porto Alegre, n. 26, p. 41-46, abril 2005.

Sarfati, G., Toutin, G. Análise cognitivista do terrorismo do ETA e da Al Qaeda. **Revista de Psicologia Política**. n. 6(12), 2007. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=4>>. Acesso em: out. 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v.21, n.1. jan-abril 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ÉTICA E CIDADANIA. Curitiba. 2000. **Mesa Redonda: A sociedade em rede e cibercultura**. Curitiba, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em cena... e as teorias por onde andam? REUNIÃO ANUAL DA ANPEd. 21., Caxambu, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e espaços virtuais (para a pesquisa de ações coletivas na Era da informação). **Cadernos de Pesquisa do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina**. n. 11, jul. 1997.

SCHRAMM, W. **Notes on case studies of instructional medi projects**. Workingpaper, the Academy for Educational Development, Washington, 1971. Disponível em: <<http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED092145.pdf>>. Acesso em: agosto de 2010.

SIMMEL, Georg. **On individuality and social forms**, editado por D. Levine. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

SOBRAL, Thiago. Terrorismo e mídia: discursos e enquadramentos presentes na cobertura da Folha de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 28., Rio de Janeiro, 2005.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

TURKLE, Sherry. **La vida en la pantalla: la construcción de la identidad en la era de internet**. Barcelona: Paidós, 1997.

UGARTE, David. **O poder das redes**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

UGARTE, David. **11M: Redes para ganar una guerra**. Barcelona: Icaria, 2004.

URRUTIA, Juan. **Aburrimiento, rebeldía y ciberturbas** . 2003. Disponível em: <<http://juan.urrutiaelejalde.org/aburrimiento/aburrimiento.pdf>>. Acesso em outubro de 2010.

VIEIRA, Isabela D. **A hora e a vez do povo**: opinião pública e contra-agendamento no caso dos movimentos das Diretas Já e dos atentados de 11 de março, em Madri. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.